

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS**

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL/FRANÇA: A NOVA PERSPECTIVA  
BRASILEIRA PARA A FRONTEIRA AMAPÁ/GUIANA FRANCESA NO  
CONTEXTO GLOBAL.**

**BRASÍLIA - DF  
2008**

**CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS**

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL/FRANÇA: A NOVA PERSPECTIVA  
BRASILEIRA PARA A FRONTEIRA AMAPÁ/GUIANA FRANCESA NO  
CONTEXTO GLOBAL**

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Centro de Pesquisa e Pós-  
Graduação Sobre as Américas da  
Universidade de Brasília, para  
obtenção do grau Mestre em Ciências  
Sociais.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Cristhian Teófilo da  
Silva, D. At.

**BRASILIA - DF**

**2008**

M383r Martins, Carmentilla das Chagas

Relações bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global. / Carmentilla das Chagas Martins. ----- Brasília: UNB, 2008.

146 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2008.

Orientador: Profº Cristhian Teófilo da Silva, D. At.

1. História do Amapá. 2. Campo político. 3. Estado nacional. 4. Reformulação qualitativa. 5. Globalização. 6. Integração regional. 7. Cooperação fronteiriça. I. Título.

CDD: 327.8103

CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS

**RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL/FRANÇA: A NOVA PERSPECTIVA  
BRASILEIRA PARA A FRONTEIRA AMAPÁ/GUIANA FRANCESA NO  
CONTEXTO GLOBAL.**

Dissertação de Mestrado submetida à Comissão Examinadora designada pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas na Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Brasília, 18 de fevereiro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Crísthian Teófilo da Silva, CEPPAC/UNB.  
Orientador.

---

Profa. Márcia de Melo Martins Kuyumijan, HISTÓRIA/UNB.

---

Profa. Simone Rodrigues Pinto, CEPPAC/UNB.

---

Prof. Gustavo Lins Ribeiro, CEPPAC/UNB. (suplente)

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação:

A meu pai Mário – vivo em meu amor – com quem aprendi que existem duas maneiras de entender o mundo: “ou lendo sobre o mundo, ou viajando pelo mundo”; a escolha recaiu sobre a primeira opção.

A minha mãe Luza, que com seu espírito aguerrido não me deixou desistir diante das adversidades.

A meu esposo David, pelo amor, compreensão, auxílio e sugestões ao longo da caminhada.

A David Hian e Gabriel, que não reclamaram nunca de minha tão constante ausência.

A Deyverson e Kristylia pelo carinho e amizade ímpares.

A Vera, Conceição, Júlia e Carmen pelo estímulo nos momentos difíceis.

A Neuci, cuja participação foi essencial para o desenvolvimento de minha carreira.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que me agraciou com habilidades e oportunidades que tornaram possível este trabalho.

Ao meu orientador e professor Crsthian Teófilo da Silva, pelos conhecimentos e orientações na realização desta dissertação.

Aos meus colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Amapá pelo apoio concedido para que eu pudesse cursar o mestrado.

A todos que me receberam em Oiapoque e se disponibilizaram a fornecer informações sobre a cooperação fronteiriça.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente auxiliaram para o cumprimento de mais esta etapa em minha vida acadêmica e profissional.

*“De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria sempre interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro”.*

*Fernando Sabino*

## RESUMO

O presente trabalho partiu da problematização em termos históricos da celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/França em maio de 1996. O acordo contemplou um tipo de cooperação até então inédita no relacionamento entre os dois países: a cooperação na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Isto conduziu ao diagnóstico da mudança na perspectiva política brasileira para a fronteira. Foi adotada a visão diacrônica de sociedade conforme Norbert Elias. As grandes transformações que assinalaram as últimas décadas do século XX, denominadas de globalização, motivaram debates em torno do papel e função dos Estados nacionais, os quais se encontrariam em crise em virtude dos desafios impostos pelas configurações da globalização. No Brasil, alcançada a estabilidade econômica, se inicia nos anos de 1990, intenso debate quanto à necessidade de reformas básicas que assegurassem ao Estado maior eficácia na elaboração das estratégias e políticas de ação. Os conceitos de campo político e globalização foram inspirados nas formulações teóricas de Pierre Bourdieu. O percurso analítico seguiu a orientação metodológica de Michel Foucault, levando em consideração a institucionalização da cooperação fronteiriça, para deste ponto alcançar toda a rede de disposições estabelecidas nos Planos Plurianuais de 1996-99 e 2000-03. Como nos planejamentos muitas são as referências a governo, para melhor compreender políticas de governo foi utilizada a explicação de Michel Foucault sobre governamentalidade. A intensa competitividade internacional e as demandas sociais internas acabaram por conduzir o país a empreender esforços no sentido de integrar-se com os países vizinhos, em uma tentativa de neutralizar os efeitos da globalização e alcançar melhor posicionamento na nova hierarquia mundial. Como parte dessa tendência, os espaços fronteiriços passaram a ser concebidos como favoráveis a tais iniciativas, em função da contigüidade territorial que lhes é inerente. Isso traduz que os espaços de fronteiras passam a ser percebidos pela potencialidade que apresentam para projetos de integração regional. Deste modo o objetivo deste estudo foi demonstrar que a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa deve ser dimensionada na reformulação qualitativa promovida no campo político brasileiro. O conteúdo político que informava o significado estratégico da fronteira foi flexibilizado em favor do conteúdo econômico.

**Palavras-chaves:** História do Amapá, campo político, Estado nacional, reformulação qualitativa, globalização, integração regional, cooperação fronteiriça.



## ABSTRACT

This work was originated from the historical problems regarding the celebration of the Brazil-France Cooperation Agreement in May, 1996. The agreement enabled a kind of cooperation still not used before, in regard to the relationship between the two countries: the cooperation within the border area between Amapa and the French Guiana. This fact led to the diagnosis of a change of the Brazilian political perspective for its borders. A diacronic vision of society based on Norbert Elias' work was adopted. The great changes that marked the last decades of the Twentieth Century, called globalization, have provoked debates about the role and function of Countries, that would be experiencing a crisis due to the challenges imposed by the configuration of globalization. In Brazil, once the economic stability was attained, an intense debate begins in the years 1990, about the need to perform basic restructuring that would give Government more efficiency in designing its strategies and action policies. The political and globalization concepts were based on Pierre Bourdieu's theories. The analytical path followed Michel Foucault's methodology, taking into consideration the institutionalization of the border cooperation, from which to reach all of the legal instruments established in the Pluriannual Plans for the periods 1996-99 and 2000-03. Due to the fact that in planning many of the references regard government, in order to better understand governmental policies, Michel Foucault's explanation about governing conditions was used. The intense international competition and the internal social demands finally led Brazil towards efforts in order to integrate itself with the bordering countries, as an attempt to neutralize the effects of globalization and to attain a better position in the new world hierarchy. As part of this tendency, the border areas began to be seen as favorable to these initiatives, due to the territorial proximity that characterize them. This means that the frontier areas began to be seen for their potential to implement regional integration projects. Therefore, the goal of this study was to show that the Amapa/French Guiana border cooperation must be carefully analyzed, under the qualitative restructuring promoted in the Brazilian political sphere. The political content used in establishing the strategic meaning of the borders had to migrate to a second position, in order to give place to the content of the economic aspects of those areas.

**Key-words:** History of Amapa, political sphere, Country, qualitative restructuring, globalization, regional integration, border cooperation.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Projetos de transporte – Região Norte.....	103
Quadro 2. Corredor Fronteira Norte.....	114

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Território em litígio de posse, pretendido pela França.....	26
Figura 2. Mapa da Costa do Cabo do Norte.....	37
Figura 3. Marco da fronteira do Oiapoque.....	88
Figura 4. Detalhes do marco da fronteira do Oiapoque.....	88
Figura 5. Localização do lixo público.....	89
Figura 6. Local de desembarque das catraias.....	89
Figura 7. Detalhes da rodovia Transguianense.....	100
Figura 8. Mapa da rodovia Transguianense.....	101
Figura 9. Eixos de integração e desenvolvimento.....	105
Figura 10. Áreas Institucionais no Amapá.....	108
Figura 11. Obra incompleta.....	121
Figura 12. Obra incompleta.....	121
Figura 13. Situação da praça central da cidade.....	122
Figura 14. Situação da praça central da cidade.....	122
Figura 15. Trecho da BR-156.....	124
Figura 16. Trecho da BR-156.....	124
Figura 17. A outra margem do rio Oiapoque.....	125

Figura 18. Porto de embarque/desembarque.....	126
Figura 19. Identificação da área do Projeto Oyana.....	131

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1 A Fronteira do Amapá com a Guiana Francesa: a história do conflito.....	23
1.1 Contextualização da problemática de pesquisa.....	23
1.2 A Questão do Amapá.....	25
Capítulo 2 Globalização: os parâmetros paradigmáticos.....	54
2.1 Primeiras considerações.....	54
2.2 A Globalização e as ciências sociais.....	58
2.3 O conceito de globalização.....	61
2.4 A globalização e a crise dos Estados nacionais. O poder mudou de lugar?.	69
Capítulo 3 A integração regional e a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa....	81
3.1 Integrar para não desintegrar.....	81
3.2 A integração na perspectiva política brasileira: o que os Planos Plurianuais revelam.....	91
3.2.1 O projeto IRSA.....	91
3.2.2 O Acordo-Quadro de Cooperação: relações bilaterais Brasil/França e a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa.....	94
Capítulo 4 Oiapoque: “aqui começa o Brasil”.....	117
4.1 O estudo de campo: a coleta das informações.....	117
4.2 Dados gerais do município.....	119
4.3 A observação e as entrevistas com os moradores de Oiapoque.....	121
4.4 As entrevistas nas instituições representativas do Governo Federal.....	129

Considerações Finais.....	134
Referências.....	138
Anexos.....	147

# Introdução

Um olhar atento ao mapa do Amapá<sup>1</sup> de pronto assegura a percepção que mais um pouco de esforço da natureza e ele seria uma península no território brasileiro. Situado no extremo norte da Amazônia, coloca em termos geopolíticos a Europa e a América do Sul como continentes vizinhos e em termos comerciais aproxima a União Européia e o Mercosul. Tão estratégica é sua localização geográfica que durante a Segunda Guerra Mundial os americanos do norte construíram uma Base Área<sup>2</sup>, a qual atendeu a logística das forças aliadas.

Às peculiaridades geográficas, acrescentem-se particularidades históricas referentes a esta fronteira no setentrião do Brasil, quais sejam: o Amapá guarda um dos maiores monumentos da arquitetura colonial lusitana, a Fortaleza de São José de Macapá, construída para afastar as ameaças estrangeiras, em especial os franceses; até o dia 1º de dezembro de 1900, boa parte de seu território não estava sob soberania brasileira; na década de 1920, as margens do rio Oiapoque, limite natural com a Guiana Francesa<sup>3</sup> (AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento do Amapá, s/a) foi fundada uma Colônia Agrícola, cujo destino se assemelhou ao dos desterrados que recebeu a partir de 1924, o esquecimento; em 1943 Getúlio Vargas (durante a Segunda Guerra Mundial) desmembrou o Amapá do Pará e o transformou em Território Federal; em 1996 o estado foi visitado pelo presidente Fernando

---

<sup>1</sup> Estado da República Federativa do Brasil. Segundo dados do IBGE possui área de 142.814,585 km<sup>2</sup> distribuída entre 16 municípios e uma população, estimada em 2005, de 594.587 habitantes. Disponível em [www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap](http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap).

<sup>2</sup> Situada no município de Amapá (ao norte do estado do Amapá), foi construída durante a Segunda Guerra Mundial para servir de ponto de apoio à força área norte-americana, cujos aviões pousavam na Base para de lá seguirem viagem para África e Europa. Ainda hoje é possível ver algumas ruínas de casas, da torre de atracação de zepelim, dos abrigos antiaéreos e a fundação do prédio que servia de frigorífico.

<sup>3</sup> Departamento de Ultramar da França, parte integrante da União Européia, segundo artigo 227 parágrafo 2 do Tratado de Maastricht, tal como é interpretado pela jurisprudência da Justiça Européia, na qual as disposições do tratado e da lei complementar se aplicam em pleno direito aos Departamentos de Ultramar (DOM). Ainda assim, a Guiana Francesa é considerada periferia da União Européia e isolada no continente sul-americano, padecendo, portanto de dupla insularidade.

Henrique Cardoso e pelo presidente francês Jacques Chirac, que numa cerimônia simbólica na Fortaleza de São José de Macapá, comunicaram ao povo do Amapá a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/França (assinado em Paris), o qual veio a institucionalizar uma cooperação inédita nas relações entre as duas nações: a fronteiriça.

E assim foi se constituindo o Amapá como fronteira: a fronteira separação dos tempos coloniais; a fronteira periferia das primeiras décadas republicanas; a fronteira de recursos naturais da modernização autoritária; a fronteira cooperação da globalização. No que se refere a uma política de Estado esta última concepção merece destaque. Até a institucionalização da cooperação fronteiriça por meio do Acordo-Quadro, a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa significava para o Brasil área de salvaguarda da soberania territorial.

À luz dessas informações iniciais, percebe-se o aspecto polissêmico que a noção de fronteira apresenta, pois as idéias que informam seu significado variam de acordo com o campo em que são produzidas. Este trabalho enfatiza em particular o campo político. As idéias propostas pelos agentes desse campo estruturam um arcabouço teórico que norteia a organização, ação e intervenção do Estado na sociedade.

O conteúdo político presente na noção de fronteira encontra-se estreitamente vinculado ao processo de formação dos Estados, que implicou na configuração do território nacional por meio da conquista e apropriação de espaços (MAGNOLI, 1997).

Dessa forma, é possível entender que na perspectiva brasileira as fronteiras representassem fonte de preocupação, por serem áreas confinantes a outras unidades políticas, onde a questão da soberania territorial se mostra constante e imperativa, e por serem lugares de interpenetração de identidades diversas, ampliando a possibilidade de desenvolvimento nesses espaços, de interesses distintos, ou mesmo subversivos à ordem nacional (MACHADO, 1998; FAULHABER, 2001).



O objetivo desta dissertação é demonstrar que houve uma mudança na perspectiva brasileira em relação às suas fronteiras, por meio do estudo da institucionalização da cooperação entre o Brasil e a França na fronteira Amapá/Guiana Francesa. Para atender a esse propósito, buscou-se alcançar a teia de relações na qual se insere nosso objeto, para desse modo apreender a nova perspectiva brasileira (FOUCAULT, 1979). A hipótese é de que a instituição da cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa relaciona-se à reformulação qualitativa do campo político brasileiro, empreendida no Brasil na última década do século XX. A escolha do termo reformulação qualitativa, ao de uso mais comum Reforma do Estado, ocorreu pelo destaque que se deseja atribuir a idéia de sociedade em movimento; sua adjetivação se refere às instituições/funções de competência do Estado.

Os anos 1980 anunciaram, que finda a ditadura militar, iniciava-se um novo momento político e econômico. Como acontece em momentos de transformações, no campo político brasileiro organizou-se um intenso debate acerca de esgotamento do modelo de Estado no Brasil (DAMATTA, 2000; FAUSTO, 2004). A novidade residia em reconhecer o *Fim da Era Vargas*. De acordo com Francisco Silva a caracterização desse período se deve à adoção do modelo de Estado fordista-keynesiano por Getúlio Vargas e, ainda que imperfeito, foi o modelo vigente no Brasil até o governo do general Geisel (1990, pp. 418-419).

O fim do modelo de Estado intervencionista, protetor e nacionalista corresponde à crise dos Estados nacionais, temática que veio a baila com a emergência da globalização, tornando perceptível que as transformações em curso no planeta não poderiam mais ser relegadas a um segundo plano na constituição do novo modelo de Estado.

A abordagem não poderia prescindir de Norbert Elias (2006) e sua proposta teórica de tratar sociologicamente as transformações, na medida em que elas denotam os movimentos em que seguem as sociedades em longo prazo. Colocar em foco a mudança expressa o esforço epistemológico de compreender as conjunturas mais pontuais e seus desdobramentos

imediatos sobre as estruturas sociais e os sujeitos. Na visão diacrônica é possível diagnosticar qual a direção dos acontecimentos, revelando o que há de intransitivo na transitividade.

O conceito de campo político segundo a definição de Pierre Bourdieu (2006) é o lugar onde se interpenetram forças simbólicas no sentido de formular as idéias que estruturam os postulados que reconhecem uma dada realidade; a partir da qual se constituem as estratégias e os mecanismos de ação fora do campo. Em outras palavras, as idéias são estruturas estruturadas em um determinado campo. Considerando que os campos se encontram hierarquizados, a intersecção entre campos, implica que as idéias de um campo dominante passem a estruturar os princípios dos campos subordinados. O pensamento de Bourdieu se aplica, por exemplo, para explicitar o fenômeno, de que no campo econômico mundial, as economias mais desenvolvidas postulem os princípios que conformam as relações econômicas entre os Estados nacionais.

No entanto, as idéias advindas dos campos políticos e econômicos mundiais, só alcançam o nível acima exemplificado, quando postuladas como universais e, nesse sentido, atua o que Bourdieu denomina de idéia-força dessa dominação simbólica: a política de *globalization* (2001, p. 29, grifo do autor). A razão desta escolha diz respeito à discussão em torno da crise dos Estados nacionais identificada nas configurações da globalização. Propõe-se explicar que as idéias econômicas e políticas internacionalizadas pela globalização foram apropriadas pelos agentes de campos políticos e econômicos singulares.

A orientação metodológica da dissertação é de que a produção de um conhecimento em escala micro oportuniza a apreensão do complexo no simples, como também significa o esforço de superação do aparente e aproximação do relacional. São relações que tecem o real e permitem ao cientista demonstrar as analogias entre acontecimentos e estruturas (FOUCAULT, 1979). Isso oferece ao estudioso a possibilidade em transcender o geral em

favor do singular, por meio da inversão da dimensão de análise e no atual momento de supremacia do global (IANNI, 1994) é importante retomar o local como dimensão analítica.

Abordar a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa não é relevante como ato político, poderia mesmo ser considerada de menor importância ao se ter em conta processos de integração que abrangem regiões mais prósperas do Brasil (como é o caso do sul do país). Ou ainda, ser considerado somente mais uma evidência da globalização, cujas configurações indicam como inevitável a desfuncionalização das fronteiras, que em certa medida, naturaliza a institucionalização da cooperação fronteiriça entre países com territórios contíguos.

Como a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa se inicia em 1996 selecionou-se os Planos Plurianuais de 1996-99 e 2000-03. Os PPA's alvo de reflexão, apresentam diretrizes elaboradas tendo em foco o cenário externo (global) e o cenário interno (nacional). O externo se encontra vinculado à inserção soberana do Brasil na economia e política mundiais; o interno segue na busca do desenvolvimento da nação. A primeira constatação é de que tais cenários se imbricam e interpenetram.

As diretrizes seguem o arcabouço teórico definido pelo governo, porém é do campo político que derivam tais idéias e a partir delas se elabora o planejamento. Nos planos plurianuais se estabelece o nível de atuação dos projetos e programas, os quais devem cumprir em um prazo de quatro anos, as metas e os objetivos definidos em escala macro – nacional – mas cuja aplicabilidade deve alcançar a escala micro – local – na qual situa-se a fronteira Amapá/Guiana Francesa. Os projetos são mais temáticos, enquanto os programas mais finalísticos, o viés foi identificar quais projetos e programas foram definidos para a fronteira Amapá/Guiana Francesa e se estão relacionados à cooperação fronteiriça. Por meio desses documentos foi possível examinar a mudança na perspectiva brasileira no que tange ao espaço da fronteira.

Assim sendo, a ação do Estado se faz pelo governo, que conforme Michel Foucault (1979) é um tipo de poder do Estado. O exercício desse poder se expressa na governamentalidade, que significa o modo como deve agir e intervir. Portanto a análise dos PPA's permite apreender a governamentalidade do Estado durante um tempo particular. Para o autor a governamentalidade se define como:

1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (*Ibid.*, pp. 291-292).

O governo reúne os saberes necessários ao Estado para enfrentar situações contingentes. Tendo em conta as configurações da globalização que delineiam novos cenários para essas unidades políticas, a atuação do Estado deve ser precípua. A governamentalidade revela tal competência, ser eficiente em curto prazo e eficaz em médio e longo prazo.

A dissertação será desenvolvida em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem a finalidade de historicizar à fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. Ao se colocar em foco a história do Amapá, observa-se que a perspectiva brasileira para essa fronteira, até fins do século XIX, se pautou na cautela em delimitar a linha fronteira e manter os vizinhos franceses bem afastados do território do Brasil. A idéia foi fornecer ao leitor informações sobre essa temática que não é muito freqüente na historiografia brasileira.

O segundo capítulo trata das formulações teóricas em torno da globalização, em função de que se constituem nos parâmetros da reflexão, os quais possibilitarão entender algumas das

transformações em curso nas sociedades humanas e verificar em que medida o contexto global afetou a reformulação qualitativa do campo político brasileiro em seu empreendimento na construção de um novo modelo de Estado.

O intuito em demonstrar as analogias entre a institucionalização da cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa e a reformulação qualitativa no campo político brasileiro delinea o eixo do terceiro capítulo, por esse motivo seu enfoque está na análise dos PPA's selecionados. Buscou-se identificar nesses documentos as idéias que constituem o seu arcabouço teórico. Pressupõe-se que o sentido cooperativo atribuído à referida fronteira contemporaneamente seja mais bem compreendido a partir desse ponto.

Em Oiapoque: “aqui começa o Brasil” contemplam-se as informações que foram coletadas no estudo de campo realizado em Oiapoque, município localizado na fronteira com a Guiana Francesa. Ainda que este capítulo apresente muito mais dados pertinentes, do que conclusivos (BOURDIEU, 2006, pp. 25-26), justifica-se ter sido incorporado à dissertação por oportunizar a apresentação dos desdobramentos mais concretos, em nível local, da cooperação fronteira.

A observação simples e entrevistas foram os procedimentos adotados na investigação em Oiapoque. A observação considerou o cenário da cidade e o comportamento de seus habitantes (GIL, 2006).

Como a institucionalização da cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa foi sucedida por promessas – por parte das autoridades municipais e estaduais – de melhorias infra-estruturais no município, com o sistema de sinais, buscou-se listar os itens que pudessem indicar a materialidade dessas promessas (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2004).

Para conferir o impacto da convivência entre nacionalidades diversas no cotidiano da cidade de Oiapoque, selecionou-se para observação ambientes públicos de maior movimentação, tais como os principais corredores da cidade, a praça central, os bares, restaurantes e pousadas. Isso também favoreceu examinar em que medida a institucionalização da cooperação afetou as relações sociais na fronteira Amapá/Guiana Francesa.

Devido ao caráter exploratório da pesquisa de campo em Oiapoque e também porque os entrevistados – em especial os funcionários públicos – temiam algum tipo de comprometimento, as entrevistas não foram focalizadas, apenas houve uma introdução do tema e os entrevistados falaram livremente sobre o assunto.

As entrevistas foram realizadas com pessoas que puderam ser tomadas como agentes de setores considerados relevantes para o objetivo do capítulo. Desta maneira foram entrevistados comerciantes, funcionários públicos federais, membros de associações comunitárias, motoristas que atuam no transporte de pessoas no trecho Oiapoque/Macapá/Oiapoque e franceses. Foram diagnosticadas as homologias presentes nas entrevistas, ou seja, as informações foram demarcadas segundo o critério de repetição na fala dos entrevistados.

Contemporaneamente, muitos fenômenos sociais são desconsiderados como objeto de pesquisa por não acarretarem problemas sociais. Ao orientar pesquisadores quanto à construção do objeto de pesquisa Bourdieu chama atenção de que

Têm-se demasiada tendência para crer, em ciências sociais, que a importância social ou política do objecto é por si mesmo suficiente para dar fundamento à importância do discurso que lhe é consagrado. (...) O que conta na realidade é a construção do objecto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objectos socialmente insignificantes em objectos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objectos socialmente importantes, apreendendo-se de um ângulo imprevisto (2006, p. 20).

A institucionalização de uma cooperação fronteiriça entre Brasil e França parece se inserir nessa prerrogativa. Esta dissertação não tem a pretensão de esgotar um objeto que ainda está em construção, contudo sua contribuição repousa justamente em anunciar uma observação até então despercebida.

# Capítulo 1

## **A fronteira do Amapá com a Guiana Francesa: a história do conflito.**

### **1.1 Contextualização da problemática de pesquisa.**

Para que uma comunidade não se faça conhecer apenas a partir de relatos históricos e se torne evidente nas muitas questões suscitadas pela realidade atual; é preciso observar as variáveis com poder interpretativo e explicativo, capazes de se sobrepôr a outras, contribuindo para complexificar certas realidades particulares, reconhecidas como simplórias e sem grande significação. Este capítulo pretende problematizar em termos históricos a institucionalização da cooperação fronteiriça Brasil/França.

O estranhamento que provocou a emergência da problemática adveio de duas informações: uma teórica, que veio à tona na leitura de uma considerável bibliografia sobre a história dos homens na Amazônia, em particular no estado do Amapá; e outra empírica relacionada à celebração de um tratado internacional entre Brasil e França em maio de 1996.

A primeira se refere a um fato na história de demarcação das fronteiras na Amazônia e se vincula a uma contenda diplomática de quase três séculos (REIS, 1993). Se em 2000 o Brasil comemorou 500 anos de história, uma parte da população brasileira – os amapaenses – festejou cerca de cem anos de Brasil, comemoração que só se tornou possível após a sentença arbitral emitida no Laudo Suíço em dezembro de 1900:



Vistos os fatos e os motivos expostos, o Conselho Federal Suíço, na sua qualidade de Árbitro chamado pelo Governo da República Francesa e pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, segundo o Tratado de arbitramento de 10 de abril de 1897, a fixar a fronteira da Guiana Francesa e do Brasil certifica, decide e pronuncia:

1º) Conforme o sentido preciso do artigo 8º do tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do Cabo Orange e que por seu thalweg forma a linha de fronteira.

2º) A partir da nascente principal deste rio Oiapoque até a fronteira holandesa, a linha de divisão das águas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituída na sua quase totalidade pela linha de cumeada da serra Tumucumaque, forma o limite interior (SARNEY, 1999, p. 30).

Com o arbitramento, resolvia-se, por um lado, a pendência diplomática e, por outro, reconhecia-se à soberania brasileira o território contestado (aproximadamente duzentos mil quilômetros quadrados da área do atual estado do Amapá), no extremo norte do Brasil. Após a fase dos conflitos, encerrada com o Laudo Suíço, as relações políticas Brasil/França, referentes à fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, foram marcadas pela indiferença.

A outra informação adveio com a notoriedade dada pela mídia amapaense à notícia da celebração do Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República da França em maio de 1996. Além disso, a assinatura do acordo foi sucedida pela visita dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac ao Amapá. O referido tratado contempla em seu sexto artigo uma cláusula de fomento à cooperação na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa.

As Partes Contratantes realizarão a cada ano consultas visando ao favorecimento da cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos dois países, no quadro das legislações nacionais. Representantes dessas coletividades locais poderão estar associados a esses trabalhos (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1996).

A despeito de uma história pontuada ora por conflitos, ora pela indiferença; a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa se torna alvo de uma política de incentivo à cooperação. A

percepção de que ocorreu uma mudança de perspectiva na política brasileira para a região fronteiriça Amapá/Guiana Francesa emerge quando se confrontam as duas realidades, que produziram tanto o Laudo Suíço, quanto o Acordo-Quadro.

O presente capítulo desenvolverá um relato histórico dos principais eventos que converteram a referida fronteira em “sítio nevrálgico” (REIS, 1982, p. 46) nos quase três séculos de disputas diplomáticas, envolvendo primeiramente Portugal e França e, posterior à independência de Portugal, Brasil e França. A narrativa contempla a conquista e a colonização do vale amazônico, enfoca os tratados sobre limites e fronteiras entre as metrópoles colonialistas, aborda questões relacionadas à criação da República do Cunani e finaliza com a assinatura do Laudo Suíço em 1900.

## **1.2 A Questão do Amapá.**

Pouco citada no cotidiano dos amapaenses; lembrada apenas em comemorações oficiais ou datas históricas, hoje, o título *Questão do Amapá*, é somente a sombra de um fato da história nacional; chegando mesmo a suscitar dúvidas quanto a sua relevância; em nada lembra os sentimentos ufanistas e nacionalistas que provocava em fins do século XIX; poucos se recordam que se trata da nomeação de um conflito diplomático entre o Brasil e a França numa disputa pela soberania sobre um território no extremo norte da Amazônia. Tais considerações só são compreensíveis quando se adentra na considerável bibliografia sobre a história dos homens na Amazônia, em particular no estado do Amapá.

Em fins do século XX a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, passou a ser alvo de uma política de fomento à cooperação. Historicizar a fronteira Amapá/Guiana Francesa, não denota um ato cognitivo de relatar fatos políticos do passado que acentuam a ocorrência

de uma mudança na percepção do Estado nacional brasileiro quanto à referida fronteira; mas de captar o movimento do presente em processo, sem separá-lo do passado.

A cooperação fronteiriça não deve ser abordada como evento isolado em um tempo estanque, pois a problemática se esvaziaria de significância; contudo, ao ser situada historicamente, torna-se visível uma modificação ocorrida na política do Estado brasileiro em relação a essa fronteira, que ao final do século XIX, foi motivo de sério conflito diplomático entre Brasil e França, designado na historiografia brasileira como “Questão do Amapá”.



Figura 1 Território em litígio de posse, pretendido pela França.

A partir de Caio Prado Júnior (1996), a historiografia brasileira passa a analisar o processo de colonização no Brasil, relacionando-o ao processo de formação dos Estados Modernos e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Por esse prisma analítico, a descoberta e a colonização da América portuguesa se articulam a dois fatos: ser Portugal a primeira nação unificada dos tempos modernos, empreendimento concebido na luta portuguesa contra a invasão árabe; a ampliação do comércio europeu no século XIV, cristalizada na abertura de novas rotas comerciais.

Com os avanços lusitanos pela costa do continente africano em 1444, Portugal transforma-se no maior centro de difusão de mercadorias africanas. O pioneirismo português faz com que Portugal fosse cada vez

mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados, e para que contavam com vantagens geográficas apreciáveis: buscaram a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas (PRADO JÚNIOR, 1996, p. 22).

Para Fernando Novais, o ponto de partida, ao se analisar a colonização do Novo Mundo, é situá-la nos quadros da política e economia europeias dos séculos XVI aos séculos XVIII.

Nesta acepção o autor destaca que

o capital comercial comandou as transformações econômicas, mas a burguesia mercantil encontrava obstáculos de toda ordem para manter o ritmo de expansão das atividades e ascensão social; daí no plano econômico, a necessidade de apoios externos – as economias coloniais – para fomentar a acumulação, e no nível político a centralização do poder para unificar o mercado nacional e mobilizar recursos para o desenvolvimento (1995, pp. 66-67)

A ocupação, o povoamento e a valorização de novas áreas para exploração mercantil significavam não apenas comercializar, mas, sobretudo, criar as condições de produção de mercadorias e estruturação de uma sociedade nova. A colonização é, para Novais (*Ibid*), um fenômeno global, porém seu eixo propulsor localiza-se no plano político e econômico.

As conjunturas nos quadros da política e economia mundiais apresentaram desdobramentos, e o específico de cada resposta local a esses desdobramentos, por ocasião da organização do território colonial, descortina a possibilidade em apreender as implicações na emergência dos conflitos diplomáticos, que assinalaram a demarcação das fronteiras internacionais na Amazônia. Isso implica estabelecer analogias entre postulados políticos e econômicos com a organização do território e as estruturas sociais e culturais que nele se estabeleceram.

As terras, descobertas pelos portugueses ao sul do continente americano, foram ocupadas a partir do litoral. Sua valorização se processou por meio do sistema de *plantation*: plantações de um só gênero agrícola em vastas extensões de terras e utilização de mão-de-obra escrava, predominantemente de africanos. A existência da colônia se justifica enquanto fator essencial no desenvolvimento da metrópole:

Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim a *forma mercantilista de colonização* (...) Noutras palavras, é o *sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial (NOVAIS, 1995, p. 58, grifos do autor).

A partir do final do século XV, começam os movimentos de penetração para o interior da América portuguesa, eram expedições que excursionavam no sentido litoral/sertões. Em referência à concepção de sertões, Emmanuel Araújo ressalta que “... o primeiro e inequívoco significado do termo aponta para algo como ‘interior’, ‘longe do litoral marítimo’ (2000, p. 79)”.

O objetivo *a priori* dessas campanhas era o apresamento de índios e, posteriormente, a busca de metais preciosos. Nos livros didáticos de história do Brasil, esse período aparece como ciclo das entradas e bandeiras, cuja importância é assinalada pelo reconhecimento de

que, ao final dessa movimentação, o povoamento das áreas internas da colônia teria se expandido para bem além do meridiano de Tordesilhas e, ainda que isso tenha provocado a emergência de diversos conflitos diplomáticos com a Espanha, ao final dos setecentos o território brasileiro já apresentava praticamente a configuração que tem até os dias atuais.

Os focos criados aqui e ali, ao longo do litoral, no cometimento das capitanias, eram seguramente, focos a manter e a expressar o objetivo dominador. Os novos focos que foram sendo semeados, em direção sul e norte, constituíram outra demonstração positiva desses objetivos, de que não se afastou mais a nação que empreendia feito memorável da criação do Brasil. Núcleos de povoamento, de significação política, deles saíram os homens que bateram a hinterlândia, tomaram contato com a gentilidade, com ela mesclaram, combateram os entrelopos gauleses, garantiram, enfim, com seu sangue, as origens da nacionalidade (REIS, 1993, p. 20).

Para além dessas considerações, importa tornar mais clara a inserção da Amazônia e da Capitania do Cabo Norte (atual estado do Amapá) nesse universo, ou seja, indicar as condições políticas e econômicas que se articularam no processo de conquista e colonização do vale amazônico e demonstrar como a demarcação dos limites entre a colônia portuguesa e Guiana Francesa, colônia da França, transformou-se sítio nevrálgico em quase três séculos de disputas pela soberania de vasto território.

Nesse sentido, Maria Regina Celestino de Almeida destaca particularidades que caracterizam a colonização da Amazônia:

Região de fronteira, pobre em imigrantes e em capitais, com condições ecológicas e geográficas que dificultavam a exploração econômica e exigiam a manutenção de formas de produção tipicamente locais, e com uma imensa população indígena que se tornou indispensável à colonização, impôs a presença do missionário como único elemento capaz de canalizar esse potencial de mão-de-obra para a empresa colonial (1988, p 108).

Assim, é possível argumentar que o processo de colonização na Amazônia apresentou características que o distinguem da colonização do litoral brasileiro, a saber: a utilização do indígena como força de trabalho; a importância do religioso como elemento responsável pela organização dessa mão-de-obra, e a coleta das chamadas drogas do sertão (produtos naturais da floresta amazônica) como a principal atividade econômica. Índio, missionário e extrativismo são, portanto, fatores úteis para se estabelecer os nexos entre a ocupação do território, o povoamento e a valorização da Amazônia, e o sistema mercantil de colonização.

O movimento de penetração na Amazônia se deu pela navegação do rio Amazonas. Os europeus a conheceram numa expedição fluvial, em 1541, sob o comando do espanhol Francisco Orellana. Antes da viagem de Orellana já tinham acontecido duas tentativas frustradas de ocupação por parte dos portugueses nas terras que formam a calha do rio Amazonas: a primeira em 1535, com Aires da Cunha, e a segunda em 1539, com Luís de Melo e Silva. Com esses sucessivos fracassos, a região ficou relegada ao esquecimento, que isso teria favorecido a aproximação de outros europeus (CARVALHO, 1998).

Referindo-se a justificativas que impulsionaram a empresa colonizadora lusitana na Amazônia, João Rênor F. de Carvalho (*Idem*, p. 35) destaca que "... São razões de segurança ou razões de guerra que motivam os empreendimentos de defesa e de reconhecimento, inicialmente na calha do rio e, posteriormente, na área como todo...".

Portanto, segundo Carvalho, a aproximação de ingleses, franceses e holandeses da Amazônia preocupou os portugueses, que implementaram, no primeiro quartel do século XVII, uma política de ocupação e povoamento, ainda que, segundo o citado autor, sem a consciência do potencial econômico da região.

Outro aspecto de maior relevância na conquista e povoamento da Amazônia é a mobilidade das populações que habitavam a colônia. A ocupação, povoamento e valorização

foram ações empreendidas pelos colonizadores, que resultavam numa intensa movimentação: adentrar pelas terras desconhecidas, assim como revelar suas riquezas.

Fernando Novais (1997, p. 20) ao buscar demarcar, no plano demográfico, as estruturas do cotidiano na colônia, entende que “A intensa mobilidade aparece, portanto, como a mais geral característica da população no mundo colonial, em contraposição à relativa estabilidade característica do Velho Mundo”.

Na Amazônia, porém, esse movimento se apresenta peculiar. Sem dúvida, a corrida à floresta em busca da especiaria local mobilizou grande quantidade de pessoas, principalmente os autóctones. A ‘coleta das drogas do sertão’, como se convencionou chamar tal movimentação, atraía pelo pretense valor de seus produtos no mercado, chegando, até, a se igualar às especiarias da Índia. Tanto que a droga presidiu à formação do domínio político de Portugal na Amazônia (REIS, 1994, p. 46).

Contudo, se até meados dos seiscentos, não havia instruções régias de aprimorar o cultivo e a coleta das drogas nativas da floresta, ao final do século XVII, no escopo da reforma administrativa do Império português, houve um incentivo para que se reconstruísse na Amazônia o comércio de especiarias perdido no Oriente. Assim, além das especiarias naturais, outras foram transplantadas e aclimatadas (SILVA, 1990, p. 86).

Depreende-se, portanto, um movimento mais intenso para Amazônia, impulsionado pelo incentivo à coleta e ao cultivo das drogas do sertão. Os indígenas mobilizados para essas atividades adentravam pelos sertões amazônicos, favorecendo “... a ocupação dos sertões mais longínquos do vale amazônico (ARAÚJO, 2000, p. 55)”.

O extrativismo foi atividade econômica por excelência até meados do século XVIII. A coleta das chamadas drogas do sertão (produtos da floresta) associada à ação dos missionários



e à utilização da mão-de-obra indígena compôs o tripé que distingue a colonização da Amazônia à colonização do litoral marítimo.

De um lado, a gentilidade era amistosa principalmente com os franceses e, de outro, mostrava rejeição aos colonizadores luso-brasileiros. Em face disso, estes últimos cuidaram de providenciar a parceria dos missionários, cujo papel, no litoral, já houvera garantido a organização da mão-de-obra dos índios. Ciro Flamarion Cardoso (1990), ao abordar as formas de trabalho sob compulsão na colônia, afirma que aos religiosos coube a conversão dos índios em camponeses sedentários de acordo com o sentido mercantil da colonização.

Cacau selvagem, salsaparrilha e pau-cravo eram recolhidos na floresta amazônica por trabalhadores recrutados através de ordens administrativas nas numerosas missões espalhadas ao longo do Amazonas e do baixo curso de seus afluentes. Em cada missão, os índios adultos do sexo masculino eram teoricamente divididos, cada ano, em três grupos: um terço – até o limite de vinte e cinco índios – ficaria à disposição dos próprios religiosos, os restantes do grupo disponíveis para os colonos como remadores das canoas que subiam o rio para a coleta; o último terço trabalharia para o governo na medida em que lhe fosse solicitado. As missões, aqui como em outras partes da América portuguesa – mas com maior êxito por mais tempo – tinham a função de gerar um campesinato sedentário em uma região que não o conhecia em tempos pré-colombianos. Por outro lado elas produziam um excedente de alimentos que contribuía para o abastecimento de Belém e outras pequenas cidades amazônicas (1990, p. 108).

Aqui a atividade extrativista exigia essa mão-de-obra, pois sabiam, os portugueses, que a coleta dos gêneros e drogas, abundantes nos sertões da capitania do Grão-Pará, não podia prescindir dos índios: “... únicos capazes de deste trabalho tanto pela experiência que tinham da navegação, como pelo conhecimento das matas dos mesmos gêneros e lugares em que eles se produziam... (CALDAS *apud* ARAÚJO, 2000, p. 54)”. E esse ofício se revelava bem mais proveitoso “com os indígenas aldeados nas missões religiosas” (ARAÚJO, 2000, p. 55).

Inerente à orientação mercantilista que norteava as ações dos monarcas europeus, instaura-se uma intensa rivalidade. De um lado, os pioneiros Portugal e Espanha; e de outro,

os Estados retardatários na conquista de novas áreas para expansão comercial: Inglaterra, Holanda e França.

A presença desses competidores em terras brasileiras foi uma constante preocupação para os portugueses. A pirataria e o corso eram práticas subversivas no quadro institucional do sistema colonial, contudo contavam com certa anuência das monarquias em competição. Arthur Cezar Ferreira Reis (1982) afirma que ingleses e holandeses foram os primeiros a ocupar e explorar a Amazônia.

A documentação referente à construção de fortins ingleses e holandeses na margem esquerda do rio Amazonas, às proximidades da Costa do Cabo do Norte, corrobora o argumento. Alguns exemplos desta presença são os fortins de nacionalidade inglesa: Forte do Torrego de 1612, Casa Forte do rio Felipe de 1620, Forte North, 1629; ou holandesa: Forte de Maricary ou Maiacaré, 1633 (CASTRO, 1999, pp. 138-152).

Somente na segunda década do século XVII é que os portugueses iniciam sua política de defesa do patrimônio, como eram vistos os domínios coloniais (NOVAIS, 1995, p 136). O perigo iminente de perder esse “patrimônio” impôs aos luso-brasileiros avançar no empreendimento em implementar uma política de defesa que incorporasse a costa litorânea leste-oeste. Por certo, que isto significava avançar para domínios espanhóis, conforme as prescrições previstas pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Contudo, encontravam-se os reinos de Portugal e Espanha sob administração do mesmo monarca (União Ibérica 1580-1640).

Inicialmente as ações da França no movimento de expansão comercial e marítima dos Tempos Modernos se caracterizam pela prática de estratégias não contempladas na legislação ultramarina das nações colonialistas. Desde o descobrimento do Brasil, tais práticas causavam apreensão. Numa investida mais ousada em 1555 (vinte e cinco anos após o início da expedição de Martin Afonso de Souza que assinalou o início da colonização efetiva na América portuguesa), os franceses organizaram uma expedição, sob os auspícios do projeto

da França Antártica, com vistas a fundar uma colônia na Baía da Guanabara, a tentativa foi malograda devido à ação dos portugueses, que os expulsaram em 1565 e a colônia foi substituída pela cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (SILVA, 1990, p. 67).

em França, a primeira fase da expansão marítima se caracterizou, como na Inglaterra e Províncias Unidas, pela pirataria e pelo corso. Entrementes, realizaram-se algumas tentativas mal sucedidas de fixação e povoamento no Ultramar. Com Richelieu (1624/1642) a expansão adquiriu novo impulso e deu os primeiros frutos. Para o comércio e colonização ultramarinos, incorporavam-se companhias monopolistas: tais as companhias da nova França (1627), das Ilhas da América (1635), da Senegâmbia (1641), do Oriente (1642); os resultados não foram brilhantes, mas ficavam lançadas as primeiras bases (NOVAIS, 1995, pp.87-88).

Depreende-se da afirmação do autor que a postura mais agressiva da França, na primeira metade do século XVII, na disputa pela posse de novos territórios, teria como principal força impulsionadora o mercantilismo, que é por excelência a política econômica do Estado Moderno, centralizado e unitário.

A nova tentativa francesa em criar uma colônia ao sul do continente americano ocorre em 1612, quando avançam mais a nordeste da colônia portuguesa, numa expedição chefiada por Daniel de la Touche – Siuer de La Ravardière – que ocupou uma área situada na Baía de São Marcos, excursionando, a partir desse ponto, para uma extensa região do interior, onde fundam a cidade de São Luís – homenagem ao rei de França, Luís XIII – núcleo do segundo projeto expansionista francês: a França Equinoxiale (GAMA, 1996, pp. 42-43).

O objetivo francês de constituir um sítio que lhes favorecesse alcançar a via natural de penetração ao vale amazônico, qual seja o rio Amazonas, significava uma conquista que lhes traria projeção política e econômica em face das outras nações européias, com as quais concorriam na disputa pela hegemonia no ultramar: “Assim, era da própria lógica do sistema de exploração colonial do Antigo Regime que as potências mercantilistas competissem

furiosamente na órbita do ultramar; tal competição só se resolvia, enfim com a hegemonia de uma delas. (NOVAIS, 1995, p. 115)”.

Sabedores das ameaças francesas, os membros do Conselho das Índias mandam instruções régias para escolher um lugar adequado à construção de uma fortificação e firmar posição em nome da soberania de Espanha e Portugal (REIS, 1993, pp. 24-25).

Em janeiro de 1616, o chefe da expedição Francisco Caldeira Castelo Branco chega à baía de Guajará e de pronto mandou erigir um fortim (Presépio). A área ao seu redor denominou-se Feliz Lusitânia, povoado que deu origem a cidade Nossa Senhora de Belém (REIS, 1993, p. 26).

A importância de fixar um ponto de apoio às novas incursões pelo vale amazônico residia na estratégia de dominar o rio Amazonas, pois este era considerado a porta de entrada da região. No que concerne ao papel da hidrografia na ocupação e povoamento de suas vastidões, é pertinente a observação de Synésio Sampaio Góes Filho acerca da escolha do nome do rio revelado com a viagem de Francisco Orellana em 1541:

O rio que teve vários nomes, como o indígena Pará, o português Maranhão e os espanhóis São Francisco de Quito e rio de Orellana, acabou ficando com o nome de rio (das) Amazonas, pela impressão que deixou nos seus leitores a história das mulheres guerreiras, contada pelo cronista da expedição, Frei Gaspar de Carbajal (1999, p. 138).

Em outro trecho do texto o autor justifica o relato de Carbajal em relação ao nome do rio:

E, assim, talvez inspirado em fatos reais – é possível que houvesse mulheres guerreiras; homens de cabelos compridos poderiam também ser confundidos – mas certamente influenciado pela mitologia clássica, cujos personagens os europeus queriam encontrar na América, o nome enganoso ficou. Mas se ficou “índio” para os naturais de uma terra que não eram as Índias, “América” para o continente que

Américo Vespúcio não descobriu, por que não “Amazonas” para o maior rio de um mundo novo que nada tinha a ver com a Grécia antiga (*idem*, p. 139).

A bacia amazônica representava para seus conquistadores caminhos líquidos, uma rede de canais, rios, igarapés, furos, lagos, por meio dos quais o território do vale amazônico poderia ser povoado e de onde sairiam muitas riquezas à prosperidade da metrópole. Portanto não é possível desconsiderar o fator geográfico como um dos que contribuíram para o sucesso da colonização portuguesa na Amazônia. Conforme afirmação de Synésio Filho:

Certamente mais importante para explicar por que foram os portugueses e não os espanhóis que ocuparam a Amazônia são as razões da geografia fluvial. Desde o começo da colonização, os portugueses haviam-se apossado das melhores portas de entrada da planície. Pelo sul, existiam trilhas dos bandeirantes e, no século XVIII, a rota das monções, que conduzia ao rio Cuiabá e, depois de um percurso terrestre, ao Guaporé, isto é ao sul da bacia amazônica; pelo norte, ocupada a foz do Amazonas (com a fundação de Belém), estava assegurado o acesso, na expressão de um historiador francês de nossos dias, à “voie royale” da penetração (*Ibid*, p. 172-173).

Não desistiram os franceses e empreenderam nova tentativa, desta feita no extremo norte, em terras sob domínio espanhol, conforme determinação do tratado de Tordesilhas de 1494. O meridiano de Tordesilhas dividira o mundo conhecido entre Portugal e Espanha, potências mercantilistas nos séculos XVI e XVII. Arthur Cezar Ferreira Reis (1949) entende a cobiça no extremo norte como decorrência do desejo francês em dominar a foz do rio das Amazonas.

A Costa do Cabo do Norte, área litorânea entre a foz dos rios Oiapoque e Amazonas, apresentava uma extensão de terra que adentrava as águas do Atlântico. Sua importância estratégica era versada pelos cartógrafos portugueses da época: “O ponto extremo das Coroas espanhola e portuguesa era mais acima, no Vicente Pizon, mas as preferências mercantis dos que procuravam a vasta área litorânea voltavam-se para o trecho marcado pelo acidente fisiográfico (REIS, 1949, p. 21)”.

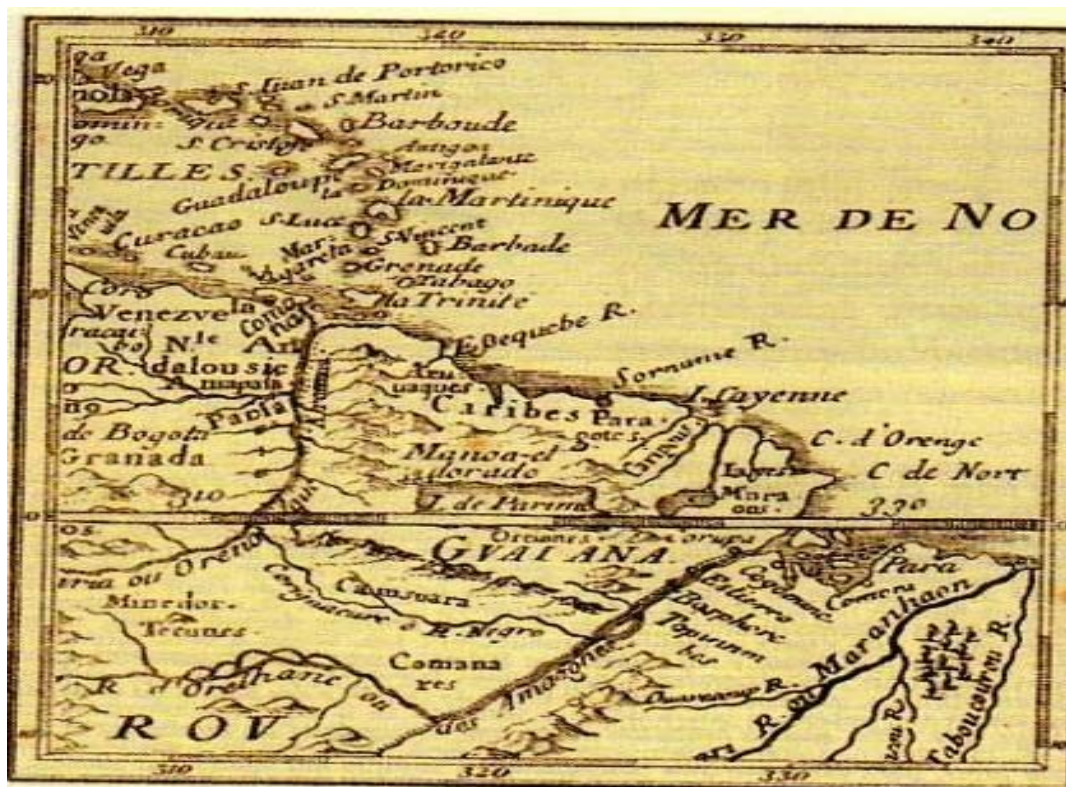


Figura 2. Mapa da Costa do Cabo do Norte (Autor Pierre-du-Val, 1664 *apud* SARNEY. COSTA, 1999, p. 89).

O acesso e domínio dessa área poderiam vir a significar o encontro de um caminho natural de penetração (sentido leste-oeste) para chegar às minas de prata de Potosí no Vice-Reinado do Peru, além das especiarias (produtos da floresta) e pescados, abundantes na região.

Em 1637, Felipe IV, rei de Espanha e Portugal, doa a Bento Maciel Parente a Capitania do Cabo do Norte (REIS, 1949, p. 23). Dois anos após a doação, toma posse o donatário, cujos objetivos eram: coletar especiarias; desenvolver agricultura; e estabelecer laços de amizade com os indígenas da região, os Aruan e os Tocujus, famosos pela resistência à dominação luso-brasileira.

Contudo a morte de Bento Maciel Parente e de todos os herdeiros, sem que se efetivasse a ocupação e valorização da Capitania, fez com as terras retornassem à Coroa portuguesa.

Ao mesmo período os franceses se estabeleceram no planalto das Guianas e constituíram a Companhia de Comércio do Cabo Norte, iniciando a colonização da Guiana com a fundação de Caiena em 1634. Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 78) assinala que a criação das companhias de comércio era estratégica e atendia ao espírito do mercantilismo das nações européias em competição comercial. Essas empresas mercantis detinham o estanco do fornecimento de produtos metropolitanos à Colônia e o monopólio de comercialização dos produtos coloniais, que também contribuía para defesa do patrimônio.

Conforme Reis (1982), o primeiro governador da Guiana Lefebvre De La Barre escreveu um livro no qual defendia uma fronteira para a colônia a partir do rio Amazonas. Sua sugestão serviu de pretexto para o próximo governador, Marquês de Ferroles, atacar em 1697 os fortes de Santo Antônio de Macapá e do Paru na Capitania do Cabo Norte, de onde foram expulsos pelos comandantes Francisco de Souza Fundão e João de Bitencourt Muniz.

Reis destaca, também, como a nova configuração no colonialismo francês despertou o interesse, não apenas pela ocupação e povoamento da Guiana Francesa, como também pelo extremo norte do Brasil;

A política colonial francesa só com a ascensão de Colbert tomaria um impulso admirável que começou a distingui-la. Os incentivos com que alimentou os programas de vitalização de França, compreendendo também o campo colonial, atingiram o caso particular da Guiana, que na geografia francesa, cobria igualmente o espaço que é hoje o litoral do território do Amapá, vindo, portanto, até a margem esquerda do Amazonas (1982, p. 39).

Em 1640 a monarquia portuguesa restaura sua autonomia política e começa a enfrentar dificuldades para garantir suas conquistas territoriais. A decadência do reino de Espanha engendra o estabelecimento de uma intensa competição entre Inglaterra e França na disputa pela supremacia continental e ultramarina, essa rivalidade será em certa medida propícia aos reinos ibéricos, pois encontraram nela a oportunidade de empreenderem um sistema de

alianças que lhes garantirá o resguardo de seus impérios durante a próxima centúria. Nesse sistema de alianças, Portugal aperta os laços com sua antiga aliada Inglaterra; e a Espanha une forças com a França (NOVAIS, 1995).

É interessante observar que esta política de alianças desenvolvida pelos portugueses tornaria Portugal refém de seus domínios no ultramar, mantê-los era sinônimo de submissão à Inglaterra e perda de importantes colônias na Índia. As Coroas Ibéricas que tantas conquistas e vitórias alcançaram entre os séculos XV e XVII mergulham em uma espiral descendente.

Os acontecimentos no continente – ligados à Guerra de Sucessão ao trono espanhol (1701-1713), exigiam aos franceses, certa cautela, o que “... aconselhava Paris à paz na América” (DORATIOTO, 2003, p. 57) – somados aos conflitos da invasão de 1697 na fronteira setentrional do Grão-Pará, iriam confluír para assinatura do Tratado Provisional de 1700, pelo qual as terras contestadas ficaram em suspensão de posse.

O século XVIII abre-se com a derrocada final da preponderância espanhola. De acordo com Arthur César F. Reis (1982), inicialmente os lusitanos aliaram-se aos franceses, momento marcado pela celebração do Tratado Provisional; pouco tempo depois, Portugal romperia com Luís XIV e passaria para o lado inglês.

Ao final da crise dinástica espanhola, a Inglaterra confirmaria seu predomínio no cenário político internacional, e sob seus auspícios Portugal conseguiria a assinatura dos tratados de Utrecht. No primeiro de 1713, fixava-se em definitivo o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón como marco de fronteira entre a colônia portuguesa e a francesa. No segundo de 1715, a Espanha abre mão da posse da colônia de Sacramento no sul do Brasil. A postura inglesa procede, em parte, com receio de que os franceses, aliados de Espanha, conseguissem chegar mais facilmente às ricas e prósperas colônias espanholas.



O grande movimento de penetração impulsionado no século anterior vai assumindo ao longo de Setecentos as feições de uma política definida de arredondamento territorial: o domínio do vale amazônico, a margem setentrional do Prata, a posse dos planaltos centrais. Nos tratados de Utrecht, a grande vitória diplomática de D. Luís da Cunha e do Conde de Tarouca, ao se fixar o *statu quo ante bellum*, já se ia engendrando o princípio da posse definitiva; ao norte cedendo a França às reivindicações portuguesas, fixava-se o limite no Oiapoque, e no sul se impunha a devolução da Colônia de Sacramento, bastião português isolado nas margens do Prata, em frente a Buenos Aires. Ao longo do século, e acompanhando as vicissitudes da política portuguesa de neutralidade e dos confrontos entre França e Inglaterra, os ajustes vão se realizando no norte, no oeste e no sul do Brasil; na medida em que os problemas coloniais crescem em importância, esses pontos de encontro vão se transformando em zonas de tensão. (NOVAIS, 1995, pp. 50-51).

Alcançar a posição hegemônica, em uma Europa que se encontrava sob o signo da expansão comercial, gerava uma corrida pela posse de territórios que pudessem desempenhar a função de pontos de apoio ao desenvolvimento econômico das potências européias. Nesse contexto, as fronteiras brasileiras transformam-se em áreas vulneráveis, caso da fronteira setentrional na Capitania do Cabo Norte com a Guiana Francesa, que desde fins do século XVII é alvo de freqüentes invasões francesas, inicialmente manifestas na presença de colonos, que vinham negociar com os indígenas, e posteriormente nas expedições militares.

O acirramento dos ânimos se manifestava inclusive na severidade com que os portugueses tratavam os índios que eram amistosos com os franceses, ainda que estes tivessem por desígnio em suas aproximações escravizar o gentio e o comércio com os Aruan, tribo famosa por sua valentia e belicosidade:

E de tal maneira procederam [os franceses], sobre o ânimo desses índios, que, logo em 1722, atacaram êles o aldeamento de Moribira para arrebanhar o gentio manso ali localizado, numa coragem incrível. Se Moribira era um núcleo instalado nas vizinhanças de Belém! (REIS, 1993, p. 131)

Após o tratado Provisional, foi assinado o tratado de Utrecht em 1713, definindo o rio Oiapoque ou Vicente Pizon como fronteira natural entre as colônias francesa e a portuguesa. Todavia, já em meados de 1720, os franceses começaram a questionar a fronteira definida em

Utrecht, manifestavam dúvidas sobre a localização do rio Oiapoque, como destaca Rosa Acevedo Marin:

A questão da posse do 'Contestado' havia de ser uma matéria ligada aos cursos d'água pois a cartografia da ocupação havia mantido reiterados equívocos, apontados ora pela França, ora por Portugal, sobre o nome (s), percurso dos rios e, desse modo, os divisores das terras em disputa (1999, p. 36).

Se os franceses tornaram-se mais agressivos em suas investidas nas terras do Cabo Norte, também os portugueses resolvem implementar uma militarização nessa área. Adler Homero Fonseca de Castro afirma que "...até 1646 os portugueses não tinham deixado nenhum sinal permanente de sua posse além das ruínas das fortificações inimigas destruídas (1999, p. 134)". A política de defesa do patrimônio instaurada por Portugal se expressa no sistema de fortificações estruturado pelos colonizadores. Ressalte-se que o aspecto militar foi sempre acompanhado do caráter mercantil.

Na segunda metade dos setecentos, a Amazônia foi alvo de uma série de reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal. Déspota ilustrado instaura uma política de governo com vistas a renovar política e economicamente o então decadente Império de Portugal.

Povoar e militarizar, essas eram as propostas para colonizar as praças de São José de Macapá e Mazagão na segunda metade do século XVIII. Rosa Acevedo Marin (1999) analisa a ambivalência presente no plano de valorização da Capitania do Cabo Norte durante a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado: salvaguardar a soberania territorial e desenvolver a agricultura.

O fomento ao povoamento atendia às exigências do princípio jurídico que sustentou a celebração dos tratados referentes à demarcação das fronteiras e limites: o *uti possidetis*

conferia soberania sobre dado território, no qual o Estado tivesse instalações e súditos nacionais.

Macapá e Mazagão cumpriam duplo papel: o de colônias agrícolas e de guarnições militares. Pois as famílias transferidas para lá com vistas a fomentar o povoamento não eram apenas famílias de colonos, pois estes “... Encontravam-se em regime de disponibilidade compulsória para servir como militares, o que implicou ser objeto de um sistema de requisição especial ...”, eram, nas palavras da autora: colonos-soldados (MARIN, 1999, pp. 37, 39).

A esta época, em 1750, foi celebrado o mais importante tratado para solução de disputas territoriais entre Portugal e Espanha: Madri. Portugal legalizou a posse da Amazônia, do Oeste e Sul do Brasil, regiões situadas para além do meridiano de Tordesilhas (GÓES FILHO, 1999, p. 187).

Nos termos do tratado, Portugal cederia a colônia de Sacramento aos espanhóis que compensariam a perda com uma área equivalente. À medida que avançavam as negociações, Os Sete Povos das Missões (aldeamentos fundados pelos jesuítas espanhóis ao sul da colônia) configuravam-se como esta contrapartida (*Idem*, p. 185).

O tratado de *El Pardo*, em 1761, anulou o de Madri e as questões territoriais com a Espanha continuaram pendentes. O desdobramento disso foi o envio de instruções ao governador do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado, para providenciar a fortificação de Macapá, pois as terras da Capitania do Cabo Norte poderiam novamente ser alvo de contestação por parte dos franceses.

Como resposta a ameaça foi erguido o que talvez seja o maior monumento à engenharia militar portuguesa no Brasil, ou seja a fortaleza de São José de Macapá, Imensa e bem construída, essa fortificação se ajustou razoavelmente a proposta do Marquês de Pombal para a região, servido de prova efetiva e tangível de que a coroa portuguesa era proprietária do Cabo Norte e de que qualquer pessoa que

tentasse disputar a posse teria que superar esse gigantesco obstáculo antes de atingir seu objetivo. A fortaleza passava a ser o verdadeiro “fecho do Império” na foz do Amazonas (CASTRO, 1999, p. 136).

A construção iniciada em 1764 foi inaugurada em 1782. Ainda que nunca tenha sido utilizada em combates, a fortaleza de São José de Macapá cumpriu seu objetivo em defender e preservar o território. O monumento faz parte da memória coletiva da população amapaense. Sua importância atualmente não se refere apenas ao fato de ser patrimônio histórico nacional, mas principalmente pelo fato de configurar elemento de identidade para o povo do Amapá.

Outros acordos diplomáticos foram firmados no decorrer do século XVIII e começo do século XIX. Em Paris, 10 de agosto de 1797, foi fixada a fronteira no rio Calçoene. Em Badajós, 06 de junho de 1801, modificou-se a fronteira para o rio Araguari. Em Madri, 29 de setembro de 1801, transferiu-se novamente para o rio Carapanatuba. Ainda um último, assinado em Amiens a 27 de março de 1802, retornou-se a fronteira para o rio Araguari, mas foi desconsiderado pela Corte Lusitana, por causa da ausência de representantes portugueses em sua celebração (REIS, 1993).

Decerto que esses tratados foram firmados em uma época de triunfos para a França, decorrentes da Revolução Francesa (REIS, 1982), o que leva a sustentar que conjunturas políticas e econômicas no cenário europeu influenciavam, sobremaneira, os domínios no Ultramar.

Compreender a atuação da política de neutralidade lusitana da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, no que se refere à fronteira de sua colônia sul-americana com a Guiana Francesa, implica o entendimento das mudanças na situação econômica e política européia. Na esfera econômica, a Revolução Industrial marca a passagem do mercantilismo para o modo de produção capitalista. Na esfera política, as Revoluções democrático-burguesas assinalam o fim do regime absolutista. E, na raiz dessas

transformações, encontra-se a crise final do que se convencionou chamar de Antigo Regime (NOVAIS, 1995).

Em 1808, com a transferência da Corte para o Brasil, por causa da invasão de Portugal pelo exército de Napoleão, D. João, em represália, autoriza a tomada da Guiana Francesa por tropas luso-brasileiras. Os portugueses permaneceram na colônia francesa até a assinatura do tratado de Paris, que pôs fim às guerras napoleônicas e determinou a devolução da colônia para a França.

A 8 de Novembro de 1817, em presença da população da colônia, das forças de ocupação e da guarnição francesa chegada a 3, as autoridades brasileiras faziam entrega de Caiena e demais territórios ao General e Conde Carra Saint Cyr, Comissário de sua Majestade Cristianíssima. Uma convenção, celebrada entre os governos português e francês a 28 de agosto de 1817, fixara que a fronteira entre os territórios das duas nações na sulamérica era o Oiapoc ou Vicente Pinzon, conforme ficara assentado no Tratado de Utrecht. Por essa convenção, Portugal e França nomeariam comissários que fixariam definitivamente a fronteira, no prazo máximo de um ano. Na hipótese de não chegarem a entendimento, esses comissários, as duas partes contratantes procurariam um novo entendimento, sob mediação da Grã-Bretanha, sempre, porém, conforme ao artigo 8 do Tratado de Utrecht que marcava a fronteira no Oiapoc ou Vicente Pinzón (REIS, 1993, p. 169).

Apesar de tantos tratados o limite não foi estabelecido. Como em 1822 o Brasil torna-se independente, a política externa preocupa-se primeiramente em providenciar o encaminhamento das negociações diplomáticas no sentido de reconhecimento internacional do Império brasileiro.

É importante observar que os Estados monarquistas europeus mostraram-se resistentes em reconhecer oficialmente a separação do Brasil de Portugal. Na busca da legitimidade de sua emancipação política, teria o Brasil empreendido uma política externa, assinalada pelas nuances econômicas até meados do século XIX (SILVA, 1990).

A Cabanagem na província do Grão-Pará favoreceu a primeira atuação dos diplomatas brasileiros na questão fronteiriça setentrional, na medida em que, sob a alegação de impedir o

ingresso de revoltosos cabanos na Guiana Francesa, os franceses providenciaram a instalação de uma guarnição militar no lado brasileiro da fronteira em 1836.

Conforme Arthur César Ferreira Reis (1982), a invasão provocou diversos protestos da parte dos brasileiros, inclusive porque já se restabelecera a ordem na província do Pará sob a coordenação do General Soares Andréia, mesmo assim os franceses recusavam-se a deixar a área. A postura francesa provocou manifestações na capital do Império:

No Rio de Janeiro, onde alcançara grande prestígio, desenvolvendo-se amplamente, o comércio francês começou a sofrer na própria carne. Dirigindo-se ao Governo de Paris, solicitou uma decisão imediata para o assunto que ameaçava agravar-se com pesados danos para ele (...). Ante a boicotagem do comércio francês no Rio, a intransigência brasileira, que não cedeu um milímetro na conjuntura grave, e a interferência britânica, que era garantida no Tratado de Utrecht, e a princípio procurara escusar-se de qualquer atuação no caso, a França decidiu voltar atrás (REIS, 1982, p. 91).

Para o referido autor, os franceses teriam na verdade apenas mudado sua posição. Fixaram-se um pouco mais acima, no Maracá ainda do lado brasileiro da fronteira. O conflito quanto à demarcação do limite com a Guiana Francesa estaria centrado na interpretação que os franceses faziam do artigo VIII do tratado de *Utrecht*, pois, para eles o rio Oiapoque (fronteira oficial segundo o acordo internacional) não seria o mesmo Vicente Pinzón.

Mediante a falta de entendimentos diplomáticos capazes de promover uma demarcação definitiva, teria sido determinada uma nova neutralização em 1841 na região entre o Oiapoque e a vila de Amapá, a partir do acordo firmado entre o Brasil e a França. O território em contestação passou a ser denominado Contestado Franco-Brasileiro (DORATIOTO, 2003, p. 63).

Após o governo imperial solucionar os problemas internos do Brasil, relacionados ao jogo político-partidário e aos conflitos regenciais, pôde então se preocupar com os procedimentos da política externa. De 1842 a 1844, as iniciativas no sentido de demarcar a

fronteira entre a Guiana Francesa e o Império brasileiro malograram novamente. Em 1855 e 1856, foram providenciadas conferências com o mesmo intuito, nas quais propôs o negociador brasileiro estabelecer o rio Calçoene como limite fronteiro, contudo a França de Napoleão III, só admitia a fronteira no rio Araguari (*Idem*, 2003, p. 64).

Ao final da década de 1850 começava a circular no Brasil, a obra de Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapock et l'Amazon*, resultado de suas pesquisas nos arquivos franceses e em cujo bojo constavam os melhores argumentos para garantir que as terras em litígio ficassem sob domínio brasileiro (REIS, 1982, p. 91).

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis (1949), a área neutralizada, em 1841, ficou em estado de suspensão jurisdicional, ou seja, nem brasileiros, nem franceses nela podiam exercer poder de justiça. O vácuo de poder favoreceu a ação de aventureiros, como o francês Jules Gros, que em 1885 proclamou no vilarejo do Cunani, a República da Guiana Independente, extinta pelo governo da França em 1892.

José Sarney argumenta que a versão que apresenta Jules Gros como fundador da República do Cunani, trata deste evento sem definir suas reais dimensões. Na releitura que realizou depois de pesquisar em arquivos brasileiros e franceses, Sarney afirma que o fundador da República do Cunani foi o Capitão Trajano Benitez protegido pelo governo francês; e que seu objetivo era estabelecer uma área independente no Contestado Franco-Brasileiro sob tutela da França (2003, pp. 17-18). A iniciativa caiu em ridículo nos quadros da política internacional.

Outro acontecimento ligado ao Contestado iria despertar novas negociações entre o Brasil e a França: a descoberta de ouro na área litigiosa. Arthur Cezar Ferreira Reis (1949) ressalta que até o ano de 1883 não havia nenhum fundamento econômico impressionante para atrair o homem, mas afirma que “Naquele ano verificou-se, porém, alguma coisa que ia modificar inteiramente a paisagem econômica e a paisagem humana. Dois velhos moradores

da zona contestada, de nome Germano Ribeiro Pinheiro, paraense de Curuçá, e Firmino de Tal, descobriram ouro no Amapá (1949, p. 97)”.

No Contestado Franco-Brasileiro foi constituído um governo dual, com um representante brasileiro e outro francês, os quais prestavam contas do que sucedia na região à Belém e Caiena. As jazidas auríferas precipitaram uma corrida de garimpeiros de várias nações em busca de riquezas. Conforme João Rênor Ferreira de Carvalho:

Esses estrangeiros passaram (principalmente os franceses de Caiena) a dominar a região como verdadeiros senhores; perseguindo índios, escravizando mulheres, desmoralizando a rede populacional dos garimpos e acampamentos, trazendo como conseqüência à proliferação da desordem e o descontrole geral na área (1998, p. 186).

Diante dos acontecimentos, os moradores da vila brasileira teriam criado uma junta governativa, um triunvirato composto pelo Cônego Domingos Maltês, Desidério Antonio Coelho e Francisco Xavier da Veiga Cabral - Cabralzinho. Conforme informações do referido autor, a constituição de um poder autônomo no Contestado fez com que Mr. Charvein, governador da Guiana Francesa, organizasse uma expedição militar para tentar tomar de assalto a vila do Amapá. Destruição e trinta e oito mortos formam o saldo do confronto.

Diante disso, o momento tornou-se propício à arbitragem internacional, ou seja, veio servir para que fosse resolvida definitivamente a questão fronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa, vencida pela diplomacia defendida pelo Barão do Rio Branco, cuja vitória deu-se em 01 de dezembro de 1900 (*Idem*, p. 187).

Nesses termos, com o Laudo Suíço, chegaram ao fim as divergências entre Brasil e França, na questão de fixação dos limites entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Não se pode, entretanto, restringir o relacionamento entre Brasil e França à questão fronteiriça. Pois tanto no campo da cultura, como no da ciência e também no da tecnologia, a



ligação entre esses países é excelente e antiga, remontando à época em que o Brasil era colônia de Portugal. Na compreensão de Eduardo Portella, a presença francesa no Brasil “... nos forneceu, em momento dos mais transitivos de nossa história, valores, referências, modos de convivência, vinculados em promessas solidárias, ainda hoje persistentes” (PORTELLA, 1996, p. 1 ).

Corroborando sua afirmação, em fins do século XVIII apesar dos fortes vínculos de Portugal com a Inglaterra, foram os ideais libertários da Revolução Francesa que influenciaram os inconfidentes da Conjuração Mineira. Nesse ponto, é válido observar a existência de uma preocupação, por parte dos administradores da colônia, em manter os escritos franceses desta época fora do alcance da população, evitando assim uma possível propagação desses ideais, capazes de criar um clima propício às insubordinações contra a metrópole.

Pelo mesmo percurso, na instalação da Corte lusitana no Brasil em 1808, o príncipe regente D. João, com seu apoio e incentivo às artes e ciência, teria atraído para cá, diversos artistas e naturalistas franceses, que encontravam aqui reconhecimento aos seus trabalhos. A intenção com essa referência é demonstrar que as relações internacionais entre Brasil e França no tocante à cooperação científica, tecnológica e cultural apresentam raízes históricas.

Cabe aqui esclarecer qual a relação existente entre cooperação cultural, científica, tecnológica e a cooperação fronteiriça. Nesse intuito foram buscadas informações junto aos diplomatas Carlos Alberto Azevedo Pimentel e Marcos Prado Troyjo (1996), ambos afirmam que a cooperação brasileiro-francesa, naquele âmbito, é bastante sólida e antiga, podendo, inclusive, servir de inspiração para que novos temas sejam contemplados. Em suas considerações, pontuam que a ligação do então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso com as instituições acadêmicas francesas, bem como seus laços de amizade com

indivíduos da vida pública e da comunidade científica da França, foram fatores que muito contribuíram para estruturar e consolidar essa cooperação bilateral.

Após o Laudo Suíço em 1922 foi instalado o Núcleo Colonial de Clevelândia, com vistas a promover o povoamento da região e assegurar a presença brasileira na área. Com as irrupções sociais e políticas que assinalaram a década de 1920, o Núcleo de Clevelândia foi escolhido para receber presos políticos, “em breve, Clevelândia perdia sua característica inicial, para tornar-se famosa como cemitério desses povoadores ‘sui generis’ (REIS, 1949, p. 111)”.

À época da visita da Comissão de Inspeção de Fronteiras (1929), teria sido constatado o fracasso da experiência de Clevelândia e, a partir do ano seguinte, as autoridades novamente colocariam na pauta da política nacional a importância da questão de reiterar a soberania brasileira em áreas fronteiriças (REIS, 1949). Portanto, em 1943, seria criado o Território Federal do Amapá, para assegurar e manter a soberania nacional em áreas fronteiriças e estratégicas.

A Constituição Federal de 1937 (...) proclamara a existência do campo territorial diretamente dirigido pelo Poder Federal. Esse campo territorial seria composto das áreas incorporadas ao Estado brasileiro conforme as regras de direito internacional, das áreas provenientes da perda de autonomia dos Estados que revelassem ausência de capacidade financeira para administra-se, e finalmente das áreas que o Poder Federal, no interesse nacional, retirasse da direção dos Estados, de que vinham sendo partes integrantes (REIS, 1949, p. 113).

Pelo exposto torna-se claro que as relações diplomáticas referentes à demarcação da fronteira setentrional na Amazônia expressam transformações processadas no sistema econômico e político das nações envolvidas, engendrando uma nova configuração na política em relação à fronteira entre Brasil e França. A exemplo desta afirmação, temos a celebração

do tratado de *Utrecht*, de 1713, que forneceria, em 1900, o fundamento teórico para decisão da arbitragem suíça, na demarcação definitiva da fronteira.

Segundo Fernando Novais:

Utrecht, como todo acordo internacional, representava um ponto de parada, uma etapa no jogo das potências. As flutuações do desenvolvimento político e econômico interno das nações na etapa subsequente havia de acrescentar novos lances na luta pela hegemonia (1995, p. 43).

O Laudo Suíço veio no momento em que o Brasil buscava, com a adoção de um regime republicano, ajustar-se ao novo contexto mundial, qual seja: o capitalismo monopolista gerado em função da formação de grandes complexos financeiros e industriais provocava um novo impulso colonial, que se intensificaria com a emergência de Estados Unidos, Japão e Alemanha como potências industrializadas.

Desencadeou-se uma corrida pela anexação de regiões onde o capital pudesse obter melhores condições de rendimentos, Francisco Falcon e Gerson Moura fazem referência ao fato de que isso “... influenciou sobre o clima das relações internacionais (1989, p. 91)”.

Para Paulo Vizentini foi, à época da expansão do capitalismo imperialista das nações industrializadas da Europa, que o Barão do Rio Branco conseguiu com o Laudo Suíço demarcar vantajosa e pacificamente alguns mil quilômetros de fronteira litigiosa na Amazônia, impedindo desta forma que a região fosse partilhada, como acontecia na África e na Ásia (1995, pp. 21-22).

Quando Rio Branco assistiu, em 1904, aos Estados Unidos da América partilhar a Colômbia e criar o Panamá assim escreveu:

Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a (...) colonizar na África e na Austrália hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada Doutrina Monroe, porque na América do Norte também haverá

excesso de população (bem como continuará a política imperialista) e já se sustenta hoje o direito de desapropriação pelos mais fortes dos povos mais incompetentes (RIO BRANCO *apud* DORATIOTO, 2003, p. 72).

Percebe-se que o interesse francês foi mais arraigado (bem como a defesa contra o mesmo), tendo em conta a instalação de intensa competição colonial envolvendo as nações européias, seja no período mercantilista, seja na fase de expansão do capitalismo. Durante os quase três séculos de conflitos, sempre o direito de posse norteou a condução das negociações. Com base no princípio do *uti possidetis*, em que cada nação conservaria as terras que de fato houvesse ocupado, o Barão de Rio Branco conseguiria acrescentar mais de duzentos mil quilômetros quadrados de território ao Brasil, resguardando em definitivo o setentrião brasileiro.

A fronteira do Amapá com a Guiana Francesa teve sua ocupação territorial condicionada por medidas governamentais, que visavam manter essa fronteira articulada com o restante do território brasileiro, descartando qualquer possibilidade de uma nova contestação aos nossos limites.

A questão da soberania e da integração nacional foi marcante na história do Amapá. Pois para Portugal a orientação política na colonização da Amazônia era de militarização e defesa, garantindo a posse através da construção de fortificações (CARVALHO, 1998, p. 98). Sob esta perspectiva, a Fortaleza de São José, na sua grandiosidade, expressa fielmente a preocupação dos portugueses em manter a posse das terras no extremo norte do Brasil.

Na criação do Território Federal do Amapá, em 1943, novamente emerge essa concepção, em torno da qual se estabelece um debate sobre defesa ou segurança nacional na Amazônia. Para Fernando Rodrigues dos Santos (1998, p. 25) “A criação de Territórios Federais decorreu por imperativos geopolíticos e de defesa da soberania do Brasil sobre regiões fronteiriças e estratégicas”. E no bojo de uma discussão de defesa ou segurança

nacional, surge na verdade “uma abertura internacional das potencialidades amazônicas desde a década de 1950” (PORTO, 2003, p. 47); no caso do Amapá, descobrira-se o manganês.

Na década de oitenta, nasce o Projeto Calha Norte, sob a égide do ‘desenvolvimento com segurança’, política de ocupação para Amazônia fundamentada na instalação de bases militares nas áreas localizadas ao norte das calhas dos rios Solimões e do Amazonas ao longo das fronteiras com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Projeto Calha Norte cristaliza a ação direta do governo central no espaço amazônico.

Oliveira (1995, p. 123) assim se refere ao Calha Norte: “... instala-se na Amazônia para fechar o círculo de um longo planejamento estratégico que busca tornar realidade a ‘vocação continental’ do Brasil. Ou seja, garantir a integridade política e econômica de seu território”.

Esta localização geográfica, que em outros tempos provocava inquietação no governo federal do Brasil, com a globalização, ganha nova feição, pois os 655 Km de fronteira com a Guiana Francesa conferem ao Amapá uma posição ímpar e privilegiada no cenário político mundial. O rio Oiapoque é um limite internacional separando o Brasil da França, ou em termos mais globais, o Mercosul da União Européia.

O texto pretendeu informar o leitor de como foi sendo definido o limite internacional brasileiro no extremo norte da Amazônia. O enfoque tem em vista a possibilidade de demonstrar que a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa foi se constituindo como um espaço de disjunção.

As divisões políticas que constituíram as unidades do território nacional podem ser apreendidas sob a perspectiva de um poder central, contudo não se deve perder de vista que outras forças atuaram sobre esses mesmos espaços, e essas determinações em nada se relacionam com os desideratos do Estado. O nacional não anulou o local, pois objetivamente

nesses “lugares de morada” contam, efetivamente, as condições, que tornaram possível aos homens produzirem socialmente suas vidas.

## Capítulo 2

### Globalização: os parâmetros paradigmáticos.

*Hoje, literalmente do Amazonas ao Prata há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte num infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional<sup>4</sup>.*

*Para o Brasil, ante todas essas variáveis que concorrem para um contexto internacional bastante nebuloso, o essencial é inverter a equação que bem sintetiza o desafio internacional do Brasil hoje: com todas as transformações recentes, o mundo tornou-se mais relevante para o Brasil do que o Brasil para o mundial<sup>5</sup>.*

#### 2.1 Primeiras considerações.

O historiador Le Goff, em defesa de uma história das mentalidades, afirma que “... a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo...” (*apud* CHARTIER, 1990, p. 41). As idéias devem, portanto, ser consideradas nas condições sociais em que foram formuladas, pois tais padrões são formados na história dos homens, no modo como eles produziram socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo com sua posição na sociedade e no Estado, e gerando, assim, os eventos e processos históricos que evidenciam como a sociedade e o Estado se preservam ou se alteram ao longo do tempo.

---

<sup>4</sup> Rui Barbosa.

<sup>5</sup> Celso Lafer.

Este é o postulado que serve para explicar o objetivo das citações: destacar o diagnóstico de uma mudança na perspectiva política brasileira em referência à fronteira do Amapá com a Guiana Francesa.

Deseja-se fazer um contraponto entre as duas citações: de que aproximadamente há cem anos o elogio de Rui Barbosa (quanto à importante conquista do Barão do Rio Branco no conflito fronteiriço com a França) ajustava-se perfeitamente à idéia de fronteira como salvaguarda da integridade territorial. Já Celso Lafer, em texto editado em 1994, concebe as fronteiras – quaisquer que sejam – como espaço de cooperação. Sua ponderação advém da diluição do primeiro conteúdo político em meio aos interesses políticos e econômicos dos Estados nacionais diante do contexto internacional contemporâneo.

Rui Barbosa, eminente intelectual do pensamento social brasileiro e político engajado (ministro da fazenda e candidato derrotado duas vezes a Presidência em 1910 e 1919), fez tal citação num arroubo de louvor nacionalista ao feito do Barão do Rio Branco, na salvaguarda da integridade territorial do Brasil, no dia seguinte à divulgação da vitória brasileira na definição dos limites fronteiriços entre Amapá e Guiana Francesa.

Celso Lafer, PhD em Ciência Política, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, elabora uma reflexão acadêmica acerca da postura do Brasil no cenário internacional contemporâneo. Advoga em favor de uma política externa brasileira norteadas por uma “... discussão de suas possibilidades de inserção internacional a partir, tanto das realidades do mundo – um mundo em transformação –, quanto da especificidade de seus interesses e anseios permanentes como nação soberana (1994, p. 24)”.

Rui Barbosa e Celso Lafer são homens de seus tempos, ambos intelectuais e envolvidos com a vida pública, portanto podem ser considerados para ilustrar quadros mentais e projetos políticos, em especial no que tange ao viés da política externa brasileira, em dois momentos distintos que muito nos interessam: fins do século XIX, quando da assinatura do Laudo Suíço



e fins do século XX, mais especificamente 1996, quando da celebração, entre Brasil e França, do Acordo-Quadro de Cooperação.

Em termos históricos, tanto a atmosfera da *Belle Epoque*, vivenciada por Rui Barbosa, quanto da Globalização, quando Celso Lafer esteve submetido à lógica do processo decisório parecem demonstrar que são períodos em que o presente se manifesta em complexidade e o futuro se anuncia peremptoriamente novo, ou seja, tempos de rupturas, tempos de crise.

Ressalva-se que não se trata de apresentar visões de mundo como idiossincrasias culturais, mas de ressaltar a problemática que motivou este estudo. Em ambos períodos, as fronteiras mostravam-se como variáveis merecedoras de especial atenção por parte dos indivíduos envolvidos no campo da política brasileira. Além disso, são espaços imaginados na periferia do território nacional, cuja concepção foi pautada da perspectiva de um poder centralizado. As cidades localizadas nas áreas de fronteira na Amazônia ocupam posição marginal em relação ao território nacional, o que de certa forma compromete as funções de controle e regulação do Estado brasileiro. Acrescente-se a isso o fato de que nesses locais as instituições estatais são mais capilares.

No âmbito dessas considerações, é possível caracterizar o relacionamento fronteiriço na região do Amapá com a Guiana Francesa em dois períodos distintos. O primeiro, que se estende do século XVI ao XIX, quando, em 1900, foi assinado o Laudo Suíço, à época em que

A descoberta de ouro no Calçoene, entre os Rios Oiapoque e Araguari, alvoroçou as autoridades de Caiana, atraiu mineradores brasileiros. Um desses Veiga Cabral, em 27 de dezembro de 1894, declarou a região independente da França. Contra ele enviou o Governador da Guiana o Capitão Lunier com 130 homens. Os franceses entraram na Vila de Montenegro [atual município de Amapá], e o Capitão quis prender o pioneiro, que mais ágil, o matou com a própria arma. Travou-se um combate mortífero. Caíram 38 “caboclos” e 28 estrangeiros, retirando-se os demais. No Rio e em Paris, a notícia desse conflito irritou as multidões. Carlos Carvalho conseguiu encaminhá-lo para o arbitramento da Suíça; e Rio Branco foi advogar em Berna os direitos do Brasil, transparentes, visíveis. Dependia do laudo do Presidente Hauser uma zona de 200.000 Km<sup>2</sup> ... A justificação de Rio Branco arrastou o honrado juiz: a sentença de 1º de dezembro de 1900 deu o Amapá ao

Brasil. Foi delirantemente festejada no Rio de Janeiro (...) A Amazônia permanecia brasileira! O Congresso galardoou Rio Branco com o título de “brasileiro benemérito” (CALMON *in*: FRANCO, 2003, p. 212-213).

O segundo, que se iniciou com a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação em maio de 1996, no qual Brasil e França se mostram:

Desejosos de desenvolver suas relações de boa vizinhança na zona fronteira situada de um lado e de outro de sua fronteira comum. Tendo em vista ser o Brasil membro do Mercosul e a França, da União Européia, e conscientes da importância do diálogo cada vez mais estreito que se desenvolve entre esses dois grupos regionais (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1996).

Como deve ser entendida tal mudança nas idéias que estruturam as ações da política externa brasileira, que passa do conflito à cooperação na região fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa? Considera-se relevante analisar em que medida a cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa expressa uma reformulação qualitativa no campo da política brasileira, partimos do pressuposto de que estudos particulares em recortes locais podem significar a oportunidade de diagnosticar e entender contextos mais gerais.

As grandes transformações no contexto internacional, indicadas por Celso Lafer, manifestam-se na dimensão social, política, econômica e cultural e afetam tanto o Brasil quanto a Amazônia. Assim sendo parece correto tomar como contexto metodológico de nossa reflexão crítica a contemporaneidade, pois além de assinalar a transição de um século para outro, também se caracteriza pela prevalência das rupturas sobre as continuidades. O termo que comumente vem nomeando esse processo alude ao globo terrestre: globalização. O presente capítulo será desenvolvido no sentido de apresentar uma reflexão sobre a globalização, examinar suas configurações e identificar suas problemáticas.

## 2.2 A Globalização e as ciências sociais

Para pensar o ponto de mutação na perspectiva brasileira para a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, diagnosticado na implementação da cooperação fronteiriça, é preciso distinguir os parâmetros paradigmáticos de nossa reflexão, pois o Acordo Quadro foi firmado em circunstâncias particulares no que concerne a um contexto mundial: o processo de globalização. Não há como negar, mesmo aqueles que dispõem de um mínimo de informação, que a globalização provoca as ciências sociais, na medida em que aponta para a emergência do mundo como categoria sociológica, portanto deve “... ser considerada como uma espécie de mega-sociedade, modificando as relações políticas, econômicas e culturais, entre as partes que a constituem...” (ORTIZ, 2000, p.16).

Para não incorrer em léxico comum como “quebra de paradigmas”, comumente aplicado para expressar os novos rumos que tomam as ciências hodiernamente, preferiu-se adotar a acepção dada por Thomas Kuhn:

De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (2006, p. 220).

Como é possível depreender da citação, paradigma deve ser entendido como um conjunto de regras, princípios de pensamento e procedimentos de pesquisa que constitui a situação em que são produzidos os textos acadêmicos em uma comunidade científica. Ele fornece as questões fundamentais conforme os compromissos dos membros do grupo e permite uma antecipação dos resultados da investigação, de modo a tornar possível aos pesquisadores chegarem a conclusões sistemáticas e confiáveis. Legitima internamente a

coerência e consistência do campo científico, conferindo-lhe especificidade, distinguindo-o de outras disciplinas. Esse é o treinamento que favorece ao aspirante à vida acadêmica participar de uma comunidade científica. Porém o autor demonstra que é característica do paradigma limitar a visão do sujeito do conhecimento.

Caso as expectativas paradigmáticas não se concretizem, Kuhn (2006) afirma que temos uma anomalia, nesse ponto deverá atuar a teoria para convertê-la no previsto. Se a anomalia persistir instaura-se a crise, e dela emergirá uma descoberta científica modificando conceitos, categorias e procedimentos paradigmáticos.

As ciências sociais se encontram numa crise paradigmática que aponta para a relevância em se elaborar noções para reflexão, compreensão e/ou explicação sobre a globalização.

Nesta altura da história, no declínio do século XX e limiar do XXI, as ciências sociais se defrontam com um desafio epistemológico novo. O seu objeto transforma-se de modo visível, em amplas proporções e, sob certos aspectos, espetacularmente. Pela primeira vez, são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global. As relações, os processos e as estruturas econômicas, políticas, demográficas, geográficas, históricas, culturais e sociais, que se desenvolvem em escala mundial, adquirem preeminência sobre as relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala nacional. O pensamento científico, em suas produções mais notáveis, elaborado primordialmente com base na reflexão sobre a sociedade nacional, não é suficiente para apreender a constituição e os movimentos da sociedade global (IANNI, 1994, p. 147).

Na acepção de Octavio Ianni (*loc cit*), a crise paradigmática nas ciências sociais advém dos “... desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos...” impostos pela emergência da sociedade global no bojo da globalização. A globalização se apresenta como realidade obscura e não completamente reconhecida, por conta disso coloca em questão conceitos, categorias e interpretações das ciências sociais. Segundo o autor a problemática da globalização põe em suspenso o paradigma clássico constituído com base nos movimentos e reflexão sobre a sociedade nacional, o qual é confrontado pelo surgimento de um novo

paradigma voltado às análises sobre a sociedade global. Porém o autor faz um alerta quanto à tentativa simplista de distender o aparato conceitual de um paradigma a outro:

Ocorre que a sociedade global não é a mera extensão quantitativa e qualitativa da sociedade nacional. Ainda que esta continue a ser básica, evidente e indispensável, manifestando-se inclusive em âmbito internacional, é inegável que a sociedade global se constitui como uma realidade original, desconhecida, carente de interpretações (*Idem*, p. 148).

Ao mesmo tempo reconhece que os objetos se encontram em uma relação de reflexividade e

Logo fica evidente que não se trata de dois objetos distintos, com tessituras e dinâmicas próprias, alheias. Implicam-se reciprocamente, em articulações sincrônicas e diacrônicas diversas, desde convergentes e antagônicas. Envolvem possibilidades diferentes no que se refere às formas do espaço, às durações do tempo. São duas totalidades bastante articuladas, cada uma a seu modo, mas reciprocamente referidas, sendo que a global tende a subsumir formal ou realmente a nacional (*Ibidem*, p. 153).

O novo objeto das ciências sociais – a sociedade global – estaria subsumindo, assimilando ou recobrando a sociedade nacional. Ressalta que o esforço investigativo não deve recorrer à adaptação dos conceitos e procedimentos pertencentes ao paradigma clássico, como alternativa teórica e metodológica no sentido de estabelecer uma lógica de entendimento quanto à dinâmica da sociedade global (IANNI, 1994).

Revertem-se perspectivas e possibilidades de ser de uns e outros, em todo o mundo. O local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e conseqüente, outras de modo desigual e desencontrado. Mesclam-se e tencionam-se singularidades, particularidades e universalidades (*Ibidem*, p. 151).

Sustenta-se, então, uma primeira concepção: de que em face da globalização o contexto relacional entre indivíduos, sociedades, empresas ou países se altera. Dimensões analíticas,

firmemente definidas no campo das ciências sociais, são atualizadas e re-significadas: o local, o nacional, o regional e o global passam a se definir não mais pela oposição excludente, mas pela oposição dialética, como dimensões distintas, contudo imbricadas e indissociáveis, de um mesmo processo.

Cada vez, faz mais sentido às ciências sociais buscar distinguir, nas sociedades, em que nível se configura as relações entre indivíduos, empresas, países ou organizações. A interpenetração entre local/nacional/global se apresenta substantiva e, por isso, determina o intercâmbio entre essas dimensões. Sua reciprocidade, suas implicações políticas, econômicas, e simbólicas na vida concreta das pessoas permitem, abstraídas as condições objetivas, tornar mais inteligíveis os processos sociais que assinalam o tempo presente e que geram expectativas para o futuro.

### **2.3 O conceito de globalização.**

David Held e Anthony Macgrew (2001) resumem as posições adotadas pelos protagonistas do debate sobre a globalização, sendo possível discriminar os aspectos que mais freqüentemente são citados em sua definição. Eles servem de parâmetros paradigmáticos quanto à capacidade explicativa do conceito em relação às transformações que assinalam a contemporaneidade. Quais sejam:

- Os céticos entendem a globalização como construto ideológico, “... um ‘mito necessário’, através do qual os políticos e governos disciplinam seus cidadãos para que eles satisfaçam os requisitos do mercado global ...” (2001, p. 16). Isso pressupõe a inexistência de objetividade ao se tentar conceituar globalização,

já que não é possível diferenciar-lhe um referente geográfico. Perguntam-se os céuticos: afinal o que é o global?

- O outro posicionamento ocupa o pólo oposto, são os globalistas, os quais postulam que a globalização reflete mudanças reais, que podem ser observadas na forma como os seres humanos atualmente reorganizam seus padrões de pensamento, conduta, sentimentos e expectativas. A globalização rompe com princípios estruturados na organização social e econômica, no território e no poder. Os globalistas concebem a “... globalização como um conjunto de processos inter-relacionados que operam através de todos os campos primários do poder social, inclusive o militar, o político e o cultural ...” (2001, p. 18). À pergunta dos céuticos quanto à materialidade do global, respondem os globalistas, dizendo que suas atividades e relações são tangíveis nas dimensões inter-regionais e intercontinentais. Um só mundo configurado pelos fluxos e redes cujo alcance transpassa regiões e continente.

Para Pierre Bourdieu (1998, pp. 42-45), a globalização não passa de um mito justificador, ou seja, a idéia de globalização cria um espaço imaginado no qual o neoliberalismo se espalha determinantemente e inevitavelmente por sobre as nações. A dominância do discurso neoliberal é garantida pela retórica de seus arautos recheada de eufemismos, como também por um jogo com palavras como flexibilização, maleabilidade, desregulamentação, nessas há uma mensagem subliminar de universalização da liberdade, o que dificulta quaisquer pretensões de crítica. Constituiu-se na principal arma contra o *welfare state*.

Não há como negar a influência que o campo científico exerce na organização da sociedade. Pierre Bourdieu chama nossa atenção para o fato de que o campo científico estabelece postulados e pressupostos que promovem o reconhecimento de uma dada

realidade. A posse desse conhecimento manifesta-se no poder simbólico que detêm os agentes do campo para definir o real e fazer com que esse real seja consensualmente reconhecido na sociedade. As pesquisas na área dessas ciências devem seguir no sentido de “... escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’ ”, sujeita a todas as demandas político-econômicas...” (2004, p. 21).

Por este viés analítico, o autor não só critica a teoria econômica cujos postulados se expandem graças à política da globalização, como também se opõe e ainda nega este mito que mascara o real. A economia que se mundializa pelo discurso neoliberal é constituída a partir de um mundo econômico particular, oriundo de uma história social singular ...” (2001, p.29).

A crítica política aos Estados Unidos é de fato dirigida contra uma relação de dominação e contra a política que visa perpetuá-la ou impô-la, podendo e devendo mobilizar tanto americanos como não-americanos – e, de fato, a luta contra a política de “globalization” freqüentemente foi empreendida por americanos e americanas (BOURDIEU, 2001, pp. 28-29, grifo do autor).

Censura tal modelo que se universaliza sob uma doutrinação simbólica (resultante do trabalho de jornalistas, intelectuais e cidadãos comuns), que assegura aos Estados Unidos as condições necessárias à manutenção de uma relação de dominação e lhe outorga direitos em conformar uma rede de pressões e coerções. Dessa maneira, universaliza-se o modelo de economia dos Estados Unidos da América, que ganha vantagens competitivas, não apenas práticas, mas também simbólicas. Seus efeitos produzem um discurso que se propaga e se impregna, em escala global, por meio de instituições e agentes – herdeiros de uma visão de mundo que se impõem sobre outras nações – que, “... com a cumplicidade dos próprios europeus, (...) não deixa de lembrar a da colonização... (2001, pp. 28-35)”.

Bourdieu argumenta que a globalização não é resultante de uma fatalidade econômica, mas de uma política deliberada que, sob o escudo da idéia de liberalização, deixa cidadãos e



governos indefesos diante dos determinismos econômicos. Advoga em favor de uma crítica que assegure um retorno a uma política eficaz, não apenas eficiente; uma política que saiba seu lugar, que não cesse sua ação em face da relação de forças definidas pelo campo econômico mundial saturado da crença na inevitável superação do social (2001, pp. 60-73).

O historiador Marc Ferro (2004, p. 40), ao elaborar uma caracterização da globalização neste *fin de siècle*, compartilha, em parte, da concepção de Bourdieu. Para Ferro, a globalização é mais uma das figuras da colonização cuja interface, o colonialismo, distingue-se por sua violência modernizadora e modernizante.

no tempo das colônias, as populações dominadas sabiam qual era seu opressor estrangeiro, ao passo que, na era da globalização, sua dependência é anônima; elas podem apenas culpar seus dirigentes, e mudá-los não altera muito a dependência perante o mercado mundial (*Idem*, p. 36)

O vetor do pensamento do autor é de que poderosos interesses econômicos de alguns Estados nacionais em luta pela manutenção de privilégios conseguiram sustentar a dominação por meio da substituição da dominação objetiva por uma mais sutil: o governo de empresas, bancos e organizações internacionais.

A leitura que Renato Ortiz (2000) faz sobre a globalização assenta-se na problemática cultural, no contexto de uma sociedade global. Ortiz preocupa-se em distinguir globalização de internacionalização do capitalismo. Sua definição é de que a globalização representa uma modificação qualitativa na atividade econômica, supõe um nível elevado de integração e se aplica à produção, distribuição e consumo de produtos e serviços, os quais são esquematizados em escala planetária e cuja meta é a estruturação de um mercado mundial. Enquanto internacionalização do capitalismo apenas se refere ao grau de interação entre atividades econômicas dispersas, sem que se processe um deslocamento de poder (*Idem*, p. 15-16).

Por certo a integração econômica não é fenômeno recente no desenvolvimento histórico da humanidade. Do século XVI ao XIX por força das trocas comerciais, configurou-se um circuito mercantil em nível intercontinental. África, Ásia, América e Europa foram regiões do planeta integradas nesse circuito. Giddens (1991, pp.73-78) ressalta que a essa época o sistema de Estados contava com múltiplos centros de poder, em contraste com a realidade atual em que as relações entre os Estados são reflexivamente ordenadas, um verdadeiro “puxa-e-empurra” entre tendências à centralização, por um lado, e a soberania de estados específicos, por outro.

Ao considerar a dinâmica do processo é possível perceber a passagem de um estágio a outro, pois, em se tratando das prerrogativas políticas e tecnológicas, o processo apresenta modificação nos surtos de sua direção (ELIAS, 2006). Na vigência dos impérios coloniais, seja em sua fase mercantil (iniciada com as grandes navegações) ou industrial (na expansão do capital monopolista), o *locus* da política permanecia os Estados nacionais, que se caracterizavam justamente pela centralização de poder e pelo esforço na manutenção da integridade em seus domínios, a exemplo das alianças empreendidas por Portugal e Espanha no século XVII (NOVAIS, 1995). Hoje o estabelecimento de novas circunstâncias expõe os Estados nacionais a uma situação crítica e bem diversa da integração nos dois períodos citados anteriormente. A agenda política dessas comunidades políticas deve contemplar

uma concepção de mudança global que implica uma reordenação significativa dos princípios organizadores da vida social e da ordem mundial. Três aspectos dela tendem a ser identificados na literatura globalista, quais sejam: a transformação nos padrões dominantes da organização socioeconômica, a do princípio territorial e a do poder (HELD e MCGREW, 2001, p. 21).

Anthony Giddens (1991) propõe entender a globalização como parte de mais um movimento da modernidade, que se caracteriza como inerentemente globalizante. Para melhor

conceituar o fenômeno da globalização recomenda, o autor, tomar a estrutura conceitual de distanciamento tempo-espço como referente para pensar as relações sociais na era moderna. O desencaixe se expressa nas relações entre local/global, os quais passam a se determinar mutuamente, por meio de um alongamento dos vínculos entre transformação local e evento global, o que provoca a sensação de que as dimensões do mundo se apequenaram por conta do alongamento das relações que aproximam homens e lugares. Temporalidades e lugares distintos são englobados de maneira que:

A globalização poder ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético por que tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. (*Idem*, pp. 69-70).

O autor em suas ponderações argumenta que, grosso modo, os estudos sobre a globalização podem ser classificados em duas perspectivas teóricas: a teoria do sistema mundo e a literatura das relações internacionais. Da primeira interpretação, deriva a compreensão das mudanças sociais a partir de determinações econômicas, ou seja, os fenômenos que assinalam o desenvolvimento histórico das sociedades correspondem à evolução da economia capitalista. No que concerne a consideração de um sistema de Estados nacionais essa interpretação se assemelha a dos estudiosos das relações internacionais. Nas relações internacionais o foco é o desenvolvimento desse sistema e sua complexidade, a qual proporciona entendimento quanto à ampliação nos níveis de interdependência que o caracteriza.

Por um lado ou pelo outro, em ambos os estudos os fenômenos políticos e econômicos, estariam moldando uma rede de pressões que apresenta desdobramentos além e aquém das fronteiras nacionais. Giddens interpreta a globalização, classificando suas dimensões

institucionais: economia capitalista, sistema de estados-nação, a ordem militar e a divisão internacional do trabalho. Não nega que as duas primeiras dimensões se encontram imbricadas, contudo não admite que haja possibilidade de uma se reduzir a outra.

A influência de qualquer estado específico na ordem política global é fortemente condicionada pelo nível de riqueza (e a conexão entre esta e a força militar). Entretanto, os estados fazem derivar seu poder das capacidades de soberania (...). Eles não operam como máquinas econômicas, mas como “atores” ciosos de seus direitos territoriais, preocupados com a promoção de culturas nacionais, e tendo envolvimento geopolítico estratégico com outros estados ou aliança de estados (*Ibidem*, p. 77).

Grosso modo, são conflitantes os discursos sobre os benefícios ou malefícios da globalização, e, tendo em conta a reflexividade e desencaixe que lhe são subjacentes, percebe-se sua lógica como dialética. Mas se, por um lado, os atuais processos de integração colocam em discussão a perda de soberania por parte dos Estados nacionais, por outro, as probabilidades de um Estado mundial perdeu sua força inicial (*Ibidem*, p.71). Tão pouco é crível que prevaleça o ideal de humanidade como uma “aldeia global”, sem fronteiras, sem conflitos étnicos, religiosos, ideológicos ou sem desequilíbrios.

Contudo para positivar uma idéia de que local/global são dimensões analíticas imbricadas, é pertinente a definição de Giddens, porque teoriza com a compreensão tempo-espaço. Assim assegura apreender o quanto se ampliou e se amplia a consciência humana, e de como os horizontes de cada um, em um tempo e espaço singulares, não se encontram mais limitados ao alcance da visão; “... a transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço...” (*Ibidem*, p. 70).

Devido aos limites impostos pelo texto, partiu-se da formulação acerca de política proposta por Max Weber (2005, p. 60), para quem política é “... o conjunto de esforços feitos

visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado...”. Pode-se, assim, argüir que o conceito de globalização não pode ser informado apenas por aspectos relacionados à história do capitalismo, tampouco que é consequência de fatalidades econômicas. Perfilha-se a Pierre Bourdieu (1998. 2001) a noção de globalização tanto como efeito de uma política de validação das prerrogativas econômicas neoliberais, como uma ação política; esta última deriva sua competência do sentido conferido pela despolitização da política hodiernamente.

A ação política de globalização só se realiza, ao ter seu sentido compartilhado em escala planetária pelos pares, ou seja, há todo um empenho no intuito de provocar uma confusão nas consciências em relação ao lugar da política no mundo contemporâneo. Como bem questiona o autor: qual o lugar da política? Local, nacional, “europeu”, ou mundial? Ou seja, despolitizar governos e indivíduos ao descaracterizar o locus do poder, e, por conseguinte, eliminar a possibilidade de luta pelo poder e impedir o favorecimento de desenvolverem-se influências paralelas na divisão do poder (BOURDIEU, 2001, pp. 60-61, 74-75).

Jacob Gorender considera as manifestações da globalização na economia, na política, nas atividades culturais e nos comportamentos sociais. No entanto sua leitura de globalização recai na tese de que se trata da mais atual fase da evolução do capitalismo, o detalhe da mudança reside na acentuação e aceleração como se processa e expande. Mesmo assim, observa que o esforço epistemológico em lhe conferir significação é perpassado pela busca de causalidades:

No enfoque das tendências operantes no mundo concreto atual, afasta-se a atuação de causas finais. Ainda que a teleologia como explicação para a motivação subjetiva de ações humanas, os resultados objetivos destas extrapolam o âmbito da teleologia. Assim, a globalização deve ser vista como processo submetido a determinações, não a fatalismos. Acidentes de percurso são possíveis e não são improváveis desvios de rumo. Numerosas variáveis interagem sobre o agregado de sociedades humanas coexistentes no planeta e semelhante interação permite a projeção de mais de um cenário (1995, pp. 93-94).

À procura de causas, sejam finais ou iniciais (primeiras), somos inevitavelmente conduzidos a um sem número de tautologias, num indo e vindo de um evento ou fenômeno a outros. A exemplo da explicação que os fluxos de capitais, mercadorias, serviços ou movimentos migratórios flexibilizaram fronteiras e subtraíram aos Estados seu poder em regular a economia nacional.

## **2.4 A globalização e a crise dos Estados nacionais. O poder mudou de lugar?**

Uma das questões que provoca grande polêmica nos debates acerca das configurações da globalização é a pretensa crise e, conseqüente, desaparecimento dos Estados nacionais. No hodierno contexto mundial, prevalece a lógica da sociedade global (IANNI, 1997), a qual lhes imporia novos parâmetros – sociais, políticos, econômicos, culturais, geopolíticos, demográficos, etc. – transcendentés aos limites clássicos de atuação soberana; isso, por conseguinte, faria com que essas unidades políticas estivessem se tornando ineficazes. Adjacente a essa colocação é perceptível uma aporia revelada nas duas dimensões em que se exerce a soberania: a interna e a externa.

Em referência ao conceito de soberania e sua vinculação ao processo de constituição dos Estados, Luigi Ferrajoli afirma que

é indubitável que a noção de soberania como *suprema potestas superiorem non recognoscens* (poder supremo que não reconhece outro acima de si) remonta ao nascimento dos Estados nacionais europeus e à divisão correlativa, no limiar da Idade Moderna, da idéia de um ordenamento jurídico universal, que a cultura medieval havia herdado da romana. Falar de soberania e de seus eventos históricos e teóricos quer dizer, portanto, falar dos acontecimentos daquela formação política-jurídica particular que é o Estado nacional moderno, nascida na Europa há pouco mais de quatro séculos, exportada no século XX a todo o planeta e hoje em declínio (2002, p. 2).

No postulado que serviu a Thomas Hobbes, em sua formulação de soberania, encontramos o reconhecimento da condição naturalmente egoística dos indivíduos, por conta da qual se faz necessário o estabelecimento de um poder supremo que proporcione equilíbrio através da supressão dos conflitos e contradições subjacentes àquele estado: “Na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória” (2006, p. 97).

Retomam-se novamente as dimensões em que se manifesta o poder soberano dos Estados. Uma dimensão interna, manifestada na relação com os cidadãos, gradualmente limitada a partir da segunda metade do século XIX com a emergência da sociedade em luta por direitos civis e políticos. Outra externa, progressivamente expandida, no mesmo período, em função do reconhecimento da reprodução do natural desregramento na relação entre os homens, no relacionamento entre Estados, cristalizado nas duas Guerras Mundiais (FERRAJOLI, 2002).

Pacificação e ordem são princípios imanentes ao entendimento de poder soberano. Historicamente a organização do aparato jurídico e político dos Estados nacionais se fez pela centralização administrativa do poder e integração de populações, mesmo que a consecução desse projeto se fizesse, na maioria das vezes, ao arripio de forças locais. Sem deixar de ter em consideração as particularidades desse processo na América do Sul, numa comparação ao ocorrido na Europa Ocidental, cita-se como exemplo a instabilidade que vigorou no Brasil no período que se estendeu de 1822 a meados dos oitocentos, época em que aconteceram várias sublevações de norte a sul do país, as quais podem ser tomadas como expressão dos conflitos entre poderes localizados e o esforço das autoridades estatais em centralizar o poder, unificar o território nacional e integrar a população.

No âmbito dessas primeiras colocações constata-se que o colapso dos Estados nacionais alude ao fato de que no momento presente são considerados grandes demais, no que tange à

maioria de suas funções administrativas, progressivamente transferidas para domínio extra-estatal ou supra-estatal. Pequenos demais, no que diz respeito às suas funções de governo e de tutela por conta das grandes mudanças em escala mundial, que exigem novos procedimentos no relacionamento de uns com os outros, e com seus cidadãos (FERRAJOLI, 2002, pp. 50-51).

Alguns autores validam a tese de que a transnacionalização da economia capitalista e/ou as prescrições neoliberais, restringem a soberania dos Estados em controlar suas economias, fenômeno que acabaria por se estender a outras áreas de atuação estatal. Por exemplo, na década de 80 os países latino-americanos foram conduzidos, devido ao endividamento externo e a uma crise econômica de grandes proporções, a seguirem a orientação do Consenso de Washington, adotando a doutrina neoliberal.

Os norte-americanos exigiram do presidente brasileiro [José Sarney 1985-1990] a aceitação das novas regras para o “livre comércio” e se mostraram irritados pelo fato de o Brasil retardar e atrapalhar as negociações com o FMI (além de ter abandonado o monitoramento do Fundo). O Brasil, após algumas medidas e projetos econômicos frustrados, termina por recorrer às linhas de crédito do Fundo (VIZENTINI, 2003, p. 69).

Desde então, governos latino-americanos vêm promovendo uma diminuição das ações do Estado na sociedade, o ajuste neoliberal na América Latina teve um custo social muito alto. O modelo político de modernização sob a batuta do Estado, em vigor nos países latino-americanos desde a década de 1930, passou a ser sinônimo de ineficiência, despesa, atraso.

O campo político brasileiro a partir da década de 1990 (período em que se insere a institucionalização da cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa) empreende uma reorganização nas idéias que estruturam ações e projetos nacionais, por conta das configurações suscitadas pela globalização. Para melhor ilustrar a argumentação acerca de que a política estatal brasileira intui, não apenas sobre o tempo presente, carente de



compreensão, como também o futuro, que deverá ser contemplado em planos e projetos que objetivem o desenvolvimento da nação e sua inserção nessa ordem globalizada. Destaca-se do Plano Plurianual 1996-99, na parte dedicada à política agrícola, a redução da intervenção estatal no que diz respeito a comercializar e subsidiar diretamente a agricultura.

A União deverá transferir para Estados, Municípios, organizações não-governamentais e setor privado funções sob sua responsabilidade. Dessa forma, o Governo Federal afastar-se-á gradualmente da comercialização direta e da geração de poupança para o financiamento agrícola e centrará suas ações na reestruturação fundiária, no fortalecimento da infra-estrutura básica, inclusive para irrigação, na ampliação e modernização do transporte intermodal, na geração de tecnologia básica, na disseminação de informações, na fixação de regras claras e estáveis de atuação no mercado e no estabelecimento de parcerias com o *agribusiness* (BRASIL, Ministério do Planejamento, 1996).

O destaque justifica-se justamente, porque, em particular, esta atividade econômica, no Brasil, sempre foi considerada estratégica para o crescimento econômico, tanto que nas rodadas de negociação junto à Organização Mundial do Comércio, o Brasil lidera um grupo de 20 países (G-20) na luta contra os subsídios agrícolas praticados, por exemplo, em alguns países da União Européia e nos Estados Unidos.

Argumenta-se que a redução pode ser identificada como uma estratégia do governo brasileiro em reformular seus critérios de atuação em políticas setoriais, tendo em vista o contexto internacional, de modo a alcançar mais produtividade e competitividade. Ressalta-se que a importância da agricultura é devido ao peso que os produtos agrícolas têm nas exportações brasileiras.

Ao avaliar retrospectivamente a falência que se instalou na economia capitalista em 1973-75, e suas manifestações em escala mundial nas décadas subsequentes, Erick Hobsbawm afirma que a partir da década de 1990 é necessário reconhecer que “... o sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou “transnacionalizado” em uma extensão extraordinária e com conseqüências

impressionantes...” (1995, p. 402). O autor remete globalização à transnacionalização da economia capitalista, dizendo que a globalização da economia provê esclarecimento para crise dos Estados nacionais.

Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado nação territorial, pois um Estado assim já não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos. Organizações cujo campo de ação era efetivamente limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, saíram portanto perdendo, enquanto organizações não limitadas desse jeito, como empresas transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite, saíram ganhando (1995, p. 413).

Na leitura de Hobsbawm, a progressiva depressão do Estado advém da transnacionalização da economia capitalista e se desdobra no enfraquecimento do aporte teórico destinado a manter o equilíbrio na sociedade, por meio dos mecanismos de regulação e estratégias de controle que asseguravam os códigos sociais mais amplos. A quebra dos monopólios estatais, pontuada pelo autor, pode ser demonstrada no PPA 1996-99 na política destinada às telecomunicações e ao setor de energia:

Em síntese, a eliminação do monopólio estatal das telecomunicações não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como parte de um conjunto de ações que serão desenvolvidas pelo Governo visando a reestruturação institucional do setor, de modo a criar condições para o afluxo dos investimentos privados e para o fortalecimento do aparelho do Estado nas áreas de concessão, regulamentação e fiscalização dos serviços.

A descentralização e a desestatização em curso no setor energético demandará um papel mais ativo do Governo como regulador, coordenador e fiscalizador, funções que tem exercido de forma precária. Para tanto, o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DNAEE e o Departamento Nacional de Combustíveis - DNC deverão ser reestruturados e reaparelhados (BRASIL, Ministério do Planejamento, 1996).

Pierre Bourdieu (1998) alerta que está em vias de se universalizar uma utopia neoliberal, cuja lógica do mercado puro e perfeito, como lugar de superação das contradições e solução dos conflitos das sociedades, vem solapando todas as estruturas coletivas. Em sua compreensão, o neoliberalismo tem justificado ideologicamente, tanto a relação de dominação (conforme apresentada em parágrafos anteriores), como o corte social processado pelos Estados nacionais contemporaneamente.

*nação*, cujo espaço de manobra não pára de diminuir; *grupos de trabalho*, com, por exemplo, a individualização dos salários e das carreiras, em função das competências individuais e a resultante atomização dos trabalhadores; *coletivos de defesa* dos direitos dos trabalhadores, sindicatos, associações, cooperativas; até a *família*, que, através da constituição de mercados por classes de idade, perde uma parte do seu controle sobre o consumo... (Idem, p. 137, grifos do autor)

Para Alex Fiúza de Mello, o processo de transnacionalização da acumulação de capital provoca uma expansão da produção de mercado, ímpar na história da economia capitalista. O autor acentua a passagem de uma acumulação internacional para uma transnacional, seria tal movimento transfronteiras, a conferir a tônica das mudanças processadas no bojo da globalização. Advoga pela primazia metodológica do conjunto constituído pelos Estados nacionais, qual seja uma totalidade que se sobrepõe às suas partes. Nessa perspectiva, o autor sustenta que estas unidades políticas não devem ser consideradas anuladas por completo, mas é preciso privilegiar estudos que tenham em conta o novo contexto (1999, p. 248).

O Estado-nação, não obstante, vai reequacionado numa ordem de hierarquização societária (...), mediante: a) uma maior integração deste nos circuitos do capital com dimensões globais; b) uma ampliação das responsabilidades do Estado como instrumento de regulação dos interesses do capital financeiro transnacional; c) uma redefinição dos princípios de operação do sistema estatal para além de sua tradicional focalização nacional; d) uma reorganização das estruturas sociais, consistente com a internacionalização de segmentos da economia doméstica. Ou seja, no contexto da planetarização político-estratégica efetivada sob hegemonia das

organizações transnacionais, os Estados nacionais (...), refuncionalizados para cumprir, primordialmente, a tarefa de garantir a estabilidade e previsibilidade político-institucional, econômica e societária (...) para a atuação multinacional de tecnologia avançada e para o capital de risco (*Ibidem*, p. 249)

Sem negar de modo algum a influência da transnacionalização dos padrões capitalistas de produção, comercialização e consumo, é crível supor que, ao acentuar a existência da globalização pelo prisma da evolução do capitalismo, naturaliza-se a crise dos Estados nacionais. Esse viés interpretativo obstaculiza tornar inteligíveis os meandros do processo em que se construiu o estereótipo da crise, tornando-se necessário, portanto, esmiuçar as diversas variáveis em jogo na formulação da idéia globalizada de fim do Estado nacional. É imperioso ter em conta que tal problemática coloca em questão a emergência de redes de poder – não apenas econômico, mas também político, social e cultural – que ultrapassam as fronteiras nacionais:

- redes que impõem condições de transnacionalidade: os processos integrativos, a exemplo da formação de entidades como a União Européia, Nafta e Mercosul, as quais vêm projetando novas formas de representar pertencimento a unidades sócio-culturais, políticas e econômicas; as corporações como a Organização das Nações Unidas e as organizações não-governamentais cujos agentes desenvolvem novas lealdades desterritorializadas e supranacionais (RIBEIRO, 1997);
- o estabelecimento de ordenamento jurídico no relacionamento entre Estados – ainda que este se debite mais à teoria do que à prática – que ao transcender as divisas nacionais, parece implicar na limitação do poder soberano singular em favor do *totus orbis* (mundo inteiro), é o caso das questões que podem comprometer a continuidade da espécie humana: problemática ambiental, mudanças climáticas. Existem também temas de fundo moral: pedofilia,

torturas, extermínio de minorias étnicas ou religiosas; ou ainda, de defesa social: terrorismo, tráfico de drogas, organizações criminosas internacionais (FERRAJOLI, 2002).

Octávio Ianni em seu artigo “A política mudou de lugar” (1997) reconhece a crise dos Estados nacionais provocada pela transnacionalização da economia, contudo concentra sua análise no conteúdo que informa, nos tempos de globalização, algumas categorias caras ao pensamento político – soberania, hegemonia, cidadania e democracia – e como tal modificação subsidia o entendimento do novo “... palco no qual a política está sendo reterritorializada” (p. 27). Neste ponto, destacamos que a análise de Octávio Ianni nos interessa em particular na discussão que faz acerca da separação entre as demandas do campo político e aquelas provenientes da sociedade, decorrentes do deslocamento de poder provocado pela globalização e seus efeitos sobre a soberania dos Estados nacionais.

Sendo assim, está em causa a crise do princípio da soberania nacional. Ao intensificarem-se e generalizarem as injunções “externas”, as condições e as possibilidades da soberania alteram-se, redefinem-se e também reduzem-se. Se cresce a importância das “injunções externas”, configurando a dinâmica da globalização, pode reduzir-se a importância das forças sociais “internas”, no que se refere à organização e as diretrizes do poder estatal.

Daí o hiato crescente entre sociedade civil e o Estado. (...) a sociedade civil está predominantemente determinada pelo jogo das forças sociais “internas”, o Estado parece estar crescentemente determinado pelo jogo das forças sociais que operam em escala transnacional (*Idem*, p.18”).

Tudo que foi até aqui discutido em relação ao declínio dos Estados nacionais parece apontar para uma aporia entre a soberania popular – o Estado como lugar de legitimidade, representante da vontade de todos, o foco no bem do povo – e a soberania nacional – o Estado representa e defende os interesses da nação, ou seja, com foco no bem público. No contexto da globalização, isso pode vir a significar escolher entre agir sem a sanção dos cidadãos, ou

atender às expectativas internas e não ter garantia de um posicionamento vantajoso para além das fronteiras nacionais. Acredita-se ser o grande desafio imposto pela globalização aos Estados nacionais: ser eficaz em articular as duas dimensões.

Para Michel Foucault (1979), variações circunstanciais na sociedade, como as que neste capítulo foram demonstradas a partir das idéias dos autores, devem ser analisadas em longo prazo, pois deste modo é possível apreender as modificações que geram nas relações básicas, por meio das quais a sociedade se organiza. Isso significa que os acontecimentos não são apenas produtos de conjunturas, mas produtores de estruturas.

Desde o século XVIII vivemos a era da governamentalidade. A governamentalização do Estado (...) foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. (...) são táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não é estatal, etc; portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 1979, p. 292).

Sustenta-se que os eventos atuais que circundam a existência do Estado nacional, também podem ser tomados como denunciadores de que ele se reveste de um novo *virtú* (MAQUIAVEL, 1996). Desregulamentar, flexibilizar, liberalizar (aparentes perdas decorrentes das prescrições neoliberais, ou da concepção de que a soberania do Estado-nação está sendo subsumida pelo sistema mundial), ofuscam as manobras empreendidas no sentido de conjugar forças, a exemplo dos Estados europeus, que, desde de 1958, empreendem esforços nessa direção, resultantes na União Européia.

as políticas nacionais tornam-se mais importantes diante do desafio que requerem a adaptação a um maior grau interdependência – dimensão universal – e a necessidade de sincronizar os objetivos nacionais com os Estados integrados num determinado bloco – dimensão regional. Em outros termos: as duas tendências superpõem uma adaptação do Estado nacional, que uns interpretam como diminuição de sua autoridade, outros como mudança de função (CERVO, 2001, p. 187)

Amado Luiz Cervo confirma a tese da mudança de função dos Estados nacionais. Em seu entendimento, a globalização e a integração regional são duas tendências, que não se constituem numa antinomia e, por isso mesmo, "... permitem definir as novas funções gerais (e ideais?) de um Estado-nação que se move por dentro da ordem internacional em transição nos anos 90..." (2001, p. 189).

Concorde à tese da modificação de função, encontra-se a percepção de que a adaptação às novas condições implica em validar a política de globalização que enfraquece os Estados nacionais, isso significa uma reformulação dos quadros institucionais em curto tempo, que em termos objetivos se expressaria na destruição do Estado social (BOURDIEU, 2001, p. 73-74). Considera-se pertinente a seguinte pergunta: quais serão as conseqüências dessa transformação em longo prazo? Norbert Elias argumenta que

Com a ajuda de evidências singulares [históricas], as investigações mostraram que se pode de facto observar transformações não-planejadas, mas direcionadas, das estruturas da sociedade e da personalidade. A questão não é se essas transformações são para melhor ou pior; a questão é, em primeiro lugar, que tipo de transformações são essas e sobretudo como podem ser explicadas. No centro das atenções estão, antes de tudo, o seu "como" e o seu "porquê". Só quando questões desse tipo estiverem próximas de uma solução é que estamos na posição de julgar em que sentido e para quais grupos humanos as transformações observáveis das estruturas da sociedade e da personalidade, vistas de uma perspectiva de longo prazo, trazem consigo mais vantagens ou mais desvantagens, ou seja, se são transformações para melhor ou para pior (2006, p. 215-216).

Assim sendo, supõe-se que a reflexão crítica sobre projetos e ações políticas nacionais requer, na contemporaneidade, colocar em foco o governo, não apenas como instância central de poder, mas, principalmente, como tipo de poder do Estado nacional que deve ser definido a partir de sua vinculação a uma população, pois se trata de um tipo de poder do Estado em relação à sociedade.

Aquilo a que o governo se refere é não um território e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com as coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de

subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc; finalmente os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (FOUCAULT, 1979, p. 282)

A compreensão é de que o cenário político e econômico contemporâneo não prescinde dessa instância política, administrativa e jurídica. Contrariamente, observa-se que o momento é de transição, no qual se reorganizam os quadros institucionais, se redefinem funções e se reestrutura o poder político. As mudanças nos campos políticos singulares devem ser compreendidas como a habilidade dos Estados em delimitar seu *locus* no processo político-econômico e, primordialmente, no social, de maneira eficaz.

Em atenção à finalidade de fundo de nossa reflexão – situar a política externa brasileira de implemento à cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa na reformulação do campo político nacional nas últimas décadas do século XX – a conceituação de Foucault atende como recurso heurístico para identificar, na documentação oficial, os indícios que permitem verificar o argumento acerca da reformulação qualitativa no campo político brasileiro.

Reconhece-se a objetividade da globalização por meio do par conceitual tempo-espço no sentido atribuído por Giddens, mas também se entende a globalização como uma política conforme a significação de Bourdieu: um empreendimento estratégico na luta em validar universalmente o discurso produzido no campo econômico mundial, de modo que seus agentes e suas instituições disponham de vantagens inquestionáveis quanto à supremacia deste em comparação aos outros campos, em especial o social. Tudo isso com vistas a sustentar uma relação de dominação.

É neste cenário de definição teórica e conceitual que a cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa será tomada para que seja possível demonstrar a reformulação qualitativa no campo político do Estado brasileiro diante da globalização.



A governamentalização do Estado no Brasil pode significar o desenvolvimento de estratégias e mecanismos de regulação e controle não mais diretos, porém indiretos, tais como fiscalizar, conceder, coordenar, assistir, promover; isso lhe assegurará responder, por um lado, às pressões advindas do meio externo, para não ser subtraído à lógica do mundo globalizado; por outro, garantirá manter-se legitimamente junto à sociedade nacional como mais importante instância política, jurídica e administrativa (FOUCAULT, 1979).

Ainda que discursos possam ser considerados produto da mídia e, portanto, não podem servir à fundamentação da argumentação central deste texto, considera-se as palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como representante do governo brasileiro – proferidas na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”, parte das comemorações do Ano do Brasil na França<sup>6</sup>, em treze de setembro de 2005 –, pertinentes a este momento da reflexão: “... Hoje o que importa é buscar espaço neste mundo globalizado, por meio de uma ação política que preserve a soberania nacional, garanta a soberania popular e contribua para o aprofundamento da solidariedade internacional.” (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2005).

---

<sup>6</sup> A cada ano, como forma de homenagem, a França convida um país diferente para apresentar em todo território francês, as diferentes facetas de sua Cultura. São as *Saisons Culturelles* (Temporadas Culturais) – para as quais o Brasil foi o país convidado no ano de 2005 –, manifestações do Governo da França organizadas pela Associação Francesa para a Ação Artística/Ministério das Relações Exteriores francês. Foi criado, por decreto presidencial (publicado no Diário Oficial de 3 de fevereiro, Decreto nº 4.976/2004), o Comissariado Brasileiro para coordenar a participação brasileira no Ano do Brasil na França.

## **Capítulo 3**

### **A integração regional e a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa.**

#### **3.1 Integrar para não desintegrar.**

Acredita-se que a institucionalização da cooperação fronteiriça entre Brasil e França na fronteira Amapá/Guiana Francesa pode ser considerada como expressão, numa escala micro, da tendência que recorrentemente vem caracterizando a relação interestatal. A integração ou regionalização, cessada a ordem bipolar dos tempos de Guerra Fria, instaura-se com a nova ordem mundial emergente das configurações do processo de globalização, aqui entendida como idéia força a impulsionar uma ação política econômica calcada nos avanços científicos e tecnológicos que patrocinaram uma transformação na morfologia da comunicação e relacionamento humanos, garantindo êxito na transnacionalização de circuitos produtivos, de sistemas financeiros e das relações de mercado.

Ao considerar como premissa a concepção de globalização do estudioso das colonizações Marc Ferro (2004), não seria incorreto pressupor a existência de novos projetos de colonialismo camuflados sob a lógica da globalização, segundo a qual, sociedades são compelidas a adotar uma escala de valores. Uma mudança dessa ordem implica reconhecer que a história se repete como drama e o colonialismo a que se refere Ferro, se encontra

implícito na conformação de um contexto econômico e político global, que tem por função desarticular sistemas sócio-culturais locais.

Contudo esse movimento se apresenta em mão dupla, ou seja, a apropriação do global pelo local se processa em ritmos distintos, a vida em dimensão planetária se torna objetiva em função da circulação de informações que conectam o mundo em tempo real. Por outro lado, o local recria o global conforme suas próprias condições histórico-sociais: “... Do lugar, fluem as diferenças, e ao lugar reflui, simultaneamente, a mundialização...” (RESENDE. 1997, p. 33).

Em meio a essa dialética se encontra o Estado nacional: redimensionado pelos postulados econômicos e políticos além de suas fronteiras, e confrontado pelas expectativas de melhores condições sociais e econômicas de vida, aquém dessas mesmas fronteiras. A defesa dos Estados se faz pela crítica severa ao modelo anterior – *welfare state* – e pressupõe uma reformulação qualitativa no campo político capaz de redimensionar suas intervenções.

E, numa tentativa de reação e/ou adaptação diante desse processo, fortalecem-se as ações políticas de integração e cooperação entre Estados nacionais. No âmbito dessa formulação, as fronteiras emergem como espaços privilegiados na medida em que potencializam os esquemas de integração regionais.

Qual o significado da integração regional para a política de Estado no Brasil? Como deve ser entendida a institucionalização da cooperação fronteira Brasil/França? Responder a essas perguntas significa não esgotá-las por completo, mas diagnosticar alguns indícios que possam descortinar possibilidades heurísticas.

Os desequilíbrios apresentados em parágrafo anterior desafiam velhas hierarquias e promovem intensa competição entre os Estados nacionais, que passam a buscar uma participação mais efetiva na economia e política mundiais. As novas hierarquias engendram

desigualdades de riqueza, poder, privilégio e conhecimento (HELD. MAcGREW, 2001, p. 94).

Em se tratando de nações em desenvolvimento ou não-desenvolvidas – da África, Ásia, América, excetuando-se Estados Unidos e Canadá – essa lógica lhes impõe o desafio da propalada inserção soberana, conceito chave que traduz a reformulação qualitativa no campo das políticas de Estado, detectadas em transformações na matriz do pensamento político e econômico definido a partir do processo de globalização.

A idéia de globalização tem sua força política na inevitabilidade de seus postulados econômicos (BOURDIEU, 1998). Todos os esforços empreendidos pelos Estados nacionais contemporaneamente devem ser avaliados dentro de uma concepção hierárquica de sociedade, não mais nacional e sim global (IANNI,1994). Desse modo, torna-se compreensível que em face da conformação de uma rede de pressões, não apenas econômicas, mas também políticas, sociais e culturais, transcendentem às fronteiras nacionais, os Estados articulem esquemas de integração numa tentativa em neutralizar os efeitos da globalização.

As iniciativas estatais em processar demandas domésticas e mundiais merecem reflexões, já que explicitam as idéias que estruturam o campo político nacional e põem em foco como isso se desdobra no interior das sociedades, a cuja realidade cada vez mais se impõem condições integrativas de transnacionalidade. Ou seja, “... os modos de representar pertencimento a unidades sócio-culturais aumentaram em complexidade no tempo através de processos de integração de pessoas e territórios em entidades cada vez maiores (RIBEIRO, 1997, p. 3).

A opção foi primeiramente examinar algumas reflexões sobre integração regional ou regionalização; até mesmo porque os processos integrativos contemporâneos são caracterizadamente distintos daqueles com os quais se ocupavam as ciências humanas e sociais, ou seja, não se encontram mais limitados a Estados e sociedades nacionais singulares.

Segundo Luciano Tomassini (1988), o surgimento de uma nova visão política no campo das relações entre os Estados nacionais desdobra-se na integração, e esse processo estaria empurrando os Estados nacionais a declinarem suas prerrogativas soberanas em nome da emergência de uma comunidade mundial.

uma nueva visión de la política mundial que privilegia la interacción entre los distintos segmentos de las sociedades nacionales em función de múltiples intereses específicos, dentro de um mundo cada vez más transnacionalizado, en el que predominan los conceptos de “interdependência” y “bienestar”... (TOMASSINI, 1988, p. 61).

No âmbito dessa citação verifica-se que o processo de integração é devido em parte a uma alteração na política externa entre as nações, associada à emergência de tendências econômicas e políticas em escala mundial. Tais tendências promovem um embate de forças, que atua como condicionante na conformação de espaços vantajosos na geografia econômica mundial.

Nesse ponto, o processo se torna mais tenso e contraditório. Pois ainda que a integração entre as partes pressuponha reconhecer a convergência de interesses em alguns domínios e, conseqüentemente, o desenvolvimento da interdependência, a situação se complica; porque nenhum membro aceita tornar-se mais dependente do que era antes. Advém disso o que Norbert Elias denomina de “tensões de integração e desintegração”, as quais atuam em um mesmo processo como forças centrífugas e centrípetas (2006, p. 63).

Para Mônica Arroyo (1998), a integração advém da interdependência desencadeada pelo estabelecimento de redes de informação e comunicação, graças aos avanços técnicos e científicos que engendram acentuada circulação de capitais, títulos, mercadorias e serviços, configurando uma nova arquitetura no sistema financeiro global.

Em sua análise, demonstra que a ampliação das atividades econômicas em escala planetária gera modificações consideráveis na produção, nas atividades financeiras e na relação empresas e Estados nacionais. As empresas transnacionais tendem a implantar unidades produtivas em diversos países, atraídas, sobretudo, pela redução dos custos com mão-de-obra. Além disso, hoje os lucros não dependem apenas de investimentos na produção de bens e serviços, mas também de operações especulativas realizadas na esfera financeira (ARROYO, 1998).

Marcus Castro (2005) ressalta que não são apenas questões econômicas a suscitar a interdependência, pois a pauta recorrente de temas como esgotamento dos recursos naturais, mudanças climáticas, transferência de tecnologia, minorias étnicas, terrorismo e o narcotráfico internacional, são exemplos da composição de uma agenda de negociação e cooperação entre as nações que transcende a abordagem unilateral, e impele os Estados nacionais a adotarem uma política externa bilateral ou multilateral.

A retórica, de que o aumento da interdependência entre os Estados nacionais promoveria um ordenamento mais equilibrado e menos desigual entre os países, leva-nos ao argumento de Giddens ao afirmar que “... o caráter dialético da globalização e a influência dos processos de desenvolvimento desigual...” são promotores de desequilíbrios também globais, ou seja, perdas em algumas partes do sistema implicam em ganhos em outras partes (1991, p. 72).

Em face dessas dificuldades, e inspirados no sucesso do mais emblemático caso de integração, a União Européia, os países em desenvolvimento e não-desenvolvidos procuraram estabelecer associações com outros Estados, sob a máxima de que a união faz a força, de maneira a alcançar maior competitividade. Desde década de 1970, esses países tentam projetar sobre o cenário internacional a expressão de seus interesses, grosso modo, essa intenção foi frustrada, contudo fez emergir a percepção da diversidade de interesses e anseios

mais pontuais de uma ordem mundial econômica e politicamente mais justa (SARAIIVA, 2001, pp. 82-87).

A situação do Brasil no cenário mundial evoluiu de forma significativa graças à estabilidade econômica trazida pelo Real e à estratégia de inserção política no sistema internacional, possibilitada pela identificação de oportunidades abertas em função das transformações globais.

Os últimos quatro anos foram marcados pelo aprofundamento do respeito e da credibilidade internacional do Brasil, em virtude da estabilidade econômica, da modernização institucional, das reformas estruturais, do fortalecimento da democracia e da presença equilibrada e construtiva da diplomacia brasileira. Paz, democracia, abertura econômica e desenvolvimento sustentável são princípios norteadores da ação externa do País.

As diretrizes de política externa apresentam duas dimensões complementares: a política global (ONU, OMC, meio ambiente, narcotráfico, direitos humanos, paz e segurança) e a política regional e bilateral (o fortalecimento das relações com os principais parceiros, o Mercosul e a integração latino-americana)<sup>7</sup>.

Assim sendo, a integração regional é uma estratégia que corresponde a essas expectativas surgidas no âmbito da globalização. Temos por um lado, a integração em atenção à interdependência entre nações e, por outro lado, a integração como estratégia institucional que finaliza proteger as economias nacionais da voracidade do mercado mundial. Esse procedimento tem o objetivo de gerar margens de manobra mais folgadas e mecanismos de negociação para essas nações, evitando que fiquem excluídas do processo de globalização política e econômica.

Para Amado Luiz Cervo não é pertinente considerar que a relação entre a globalização e a integração ou regionalização seja de exclusão, já que, na verdade, a questão é considerar em que medida a primeira influencia, ou não, a segunda. Nesse sentido, o autor assinala que a globalização pode ser favorável quando impulsiona os Estados a processos aproximativos, conformando uma trama de acordos por pares ou grupo de países por razões econômicas, políticas, científicas, tecnológicas, culturais ou de segurança, tendo em vista criar meios para

---

<sup>7</sup> Mensagem ao Congresso Nacional. 1999. Na Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. (on line). Disponível em <[https://200.181.15.9/publi\\_04/COLEÇAO/00MENS9.htm](https://200.181.15.9/publi_04/COLEÇAO/00MENS9.htm) [24 nov 2007]

neutralizar os impactos da globalização; mas também pode ser desfavorável, na medida que a emergência de temas globais como meio-ambiente e direitos humanos exigem um desenho institucional além das regiões integradas (2001, p.187).

A abordagem sociológica dos processos de integração pode proporcionar o diagnóstico dos surtos de direção em que estão se processando transformações, deslocando estruturas e norteando novos direcionamentos no desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades (ELIAS, 2006, p. 197).

O conhecimento produzido no campo das ciências sociais, enquanto arcabouço de signos de orientação, tem muito a contribuir com as carências humanas para o pensar, agir, sentir e planejar, adequando-se às especificidades de cada figuração social em um período particular.

A integração crescente da humanidade aponta cada vez mais inequivocamente para a interdependência de processos intra e interestatais. A isso corresponde o fato de que o campo de tarefas da sociologia não se restringe aos processos sociais intra-estatais, por exemplo à dinâmica dos processos de industrialização ou dos conflitos sociais de Estado singular. Processos de formação ou desintegração estatal e supra-estatal podem servir como exemplo de processos sociais cuja estrutura e transcurso de processos de Estados singulares, mas que não se deixam mais esclarecer e determinar diagnosticamente pela limitação do campo de investigação. Pode servir como exemplo o poderoso processo de integração que, atualmente, leva todas as sociedades singulares da humanidade a uma dependência cada vez mais estreita uma das outras. Ele merece a atenção dos sociólogos. (...) Uma teoria dos processos sociais não pode ignorar processos desse tipo, ou seja, processos que englobam a humanidade (ELIAS, 2006, pp. 30-31).

Elias afirma que os processos de integração podem acarretar contradições advindas dos antagonismos no que tange às características identitárias dos grupos ou subgrupos humanos envolvidos no processo integrador. Isso pode traduzir os conflitos entre demandas sociais de populações, as quais construíram suas tradições sócio-culturais no âmbito de Estados nacionais específicos, e as diretrizes impostas pelos projetos políticos integracionistas (*Idem*, p.62).



As colocações feitas até este ponto pretendem subsidiar o objetivo de situar a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa na reformulação qualitativa do campo político brasileiro, que em virtude das grandes transformações que caracterizaram a emergência da globalização opera uma transição constitucional e institucional. As configurações da globalização engendram a produção de novas idéias econômicas que validam a realidade contemporânea. Tal modelo advoga uma divisão definitiva e irrevogável entre economia e sociedade. Dessa forma, essas idéias são, ao mesmo tempo, estruturas estruturadas no campo econômico e político mundial; mas também estruturas estruturantes dos novos sentidos atribuídos pelos Estados às políticas nacionais (BOURDIEU, 2006).

Tangencialmente, a reflexão acima oportuniza indicar a ambigüidade presente na retórica da cooperação fronteiriça – muito utilizada em programas do Estado – quando confrontada com as reais condições sócio-econômicas da população que reside no município fronteiriço de Oiapoque, cujo slogan é bastante sugestivo: “Aqui começa o Brasil” (figuras 3 e 4).



Figura 3. Marco da fronteira no Oiapoque.  
Fonte: Carmentilla Martins  
12/11/2007



Figura 4. Detalhes do marco da fronteira no Oiapoque. Fonte: Carmentilla Martins.  
12/11/2007

A fronteira no extremo norte da Amazônia pode ser considerada como representativa do profundo hiato na relação entre Estado e sociedade no Brasil no domínio das reformas empreendidas no campo político brasileiro a partir de meados dos anos noventa do século XX.

A observação realizada em Oiapoque, no período de 11 a 18 de novembro de 2007, que contou também com depoimentos de muitos moradores acerca da cooperação fronteiriça, demonstrou a carência dessa população de ações do Estado nacional, articuladas com representações locais, que objetivem suprir urgentemente sérias insuficiências em setores fundamentais, tais como: saúde, educação, infra-estrutura urbana. Os moradores de Oiapoque enfrentam problemas como a falta de pavimentação na maior parte das ruas e avenidas; não há coleta regular de lixo (figura 5), nem saneamento, o que contribui para a proliferação de moscas; as catraias que realizam o transporte regular entre Oiapoque e *Saint Georges*, no outro lado da fronteira (figura 6), não contam com uma estrutura física adequada ao fluxo de pessoas e mercadorias que circulam entre as duas cidades-gêmeas.



Figura 5. Localização do lixo público.  
Fonte: Carmentilla Martins  
13/11/2007.



Figura 6. Local de embarque/desembarque das catraias. Fonte: Carmentilla Martins  
13/11/2007

Espera-se, desse modo, alcançar, de acordo Roberto DaMatta (2000), a compreensão de que os valores sociais e a cultura não apresentam nenhuma ascendência na organização do poder, fato que impede a percepção estatal de que reformas devem pressupor não apenas ajustes institucionais ou constitucionais, mas, sobretudo romper com padrões hierárquicos e pessoais, vigentes e importantes na sociedade brasileira. Essa tarefa não é fácil, contudo não será realizável apenas com rupturas no campo político nacional que ambicionem vencer as estruturas viciadas e viciantes presentes no Estado brasileiro, isto requer

enxergar a sociedade com suas etiquetas, seus valores e suas razões. Porque se o universalismo, o igualitarismo e o mercado vieram de fora, a hierarquia e a lealdade aos amigos é nossa. Ignorá-las apenas agenda seu retorno nas roupagens autoritárias e nos conflitos e frustrações que conhecemos bem demais. (DAMATTA, 2000, p. 362)

O argumento de DaMatta conduz ao pensamento de Pierre Bourdieu (1998) acerca da unificação e integração, pois focaliza o caráter mercantilista desse projeto, que não pretende criar um espaço supranacional, nem mesmo em organismos como FMI, OMC e Banco Mundial, nem em entidades como a União Européia. Ao demonstrar como as relações entre sociedade e Estado são estruturadas por meio das prescrições e coerções da globalização, que impõem dramáticos cortes nas políticas sociais, o autor traduz a percepção de que as idéias que sustentam a nova arquitetura no campo político brasileiro em relação as suas fronteiras, no caso aqui a fronteira Amapá/Guiana Francesa, não remetem ao desenvolvimento efetivo de novos mecanismos representativos que contemplem o nível local.

Até esse ponto de reflexão, parece que as fronteiras foram reinventadas sob a mesma lógica: a do poder central; e apesar da eloquência em relação a maior flexibilidade na defesa nacional, permanecem válidos os dispositivos da lei da faixa de fronteira – Lei nº 6634/79 – elaborada no governo militar de Ernesto Geisel. As idéias que vêm estruturando as ações políticas brasileiras estão muito mais relacionadas às prescrições neoliberais do

“fazer mais com menos” (BRASIL. PPA 2000-03), que em lugares distantes dos centros de decisão nacional, sem grande significância econômica, demográfica ou política, desdobra-se em um “não fazer nada”.

Persiste, portanto, uma das ambigüidades constitutivas de nossa tradição social: o Brasil legal e o Brasil real. Essa aporia foi retirada do texto de Ângela de Castro Gomes (1998), cuja explanação analítica busca explorar o confronto imposto à mudança processada no campo político brasileiro ao longo da primeira metade do século XX, situando nesse contexto a questão identificada ao mesmo tempo como sua marca original e seu trágico dilema, qual seja: a situação de fronteira entre público e privado; a construção teórica da autora demonstra que a modernização no campo político nacional, não é, historicamente, um fato novo.

## **3.2 A integração na perspectiva política brasileira: o que os Planos Plurianuais revelam.**

### **3.2.1 O projeto IIRSA.**

Não é competência deste texto analisar o projeto de integração regional na América do Sul ou na Amazônia, contudo é necessário tomar em consideração que a cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa se insere nesse projeto macro. Considerando que a cooperação fronteira se inicia em 1996, foram escolhidos os Planos Plurianuais de 1996-99 e 2000-03. Isso decorre do reconhecimento de que em termos qualitativos os planejamentos são instrumentos operacionais (GÓES, 2007) que procuram determinar estratégias,

compromissos e ações estabelecidas a partir das idéias estruturadas no campo da política brasileira.

A integração começou a ser inserida, de forma mais substantiva, como parte da política de Estado no Brasil, após a abertura democrática na década de oitenta. Conhecida na historiografia latino-americana como a década perdida, devido às conjunturas econômicas desfavoráveis; ainda assim, foi o tempo da retomada do regime democrático após o período de autoritarismo e repressão das ditaduras militares.

Paulo Vizentini (2003) afirma que tanto o Tratado de Cooperação Amazônica, quanto o Tratado da Bacia do Prata representam dois mecanismos institucionais que cristalizam o esforço de aproximação entre os países da América Latina, tendo em conta atenuar os malefícios advindos da condição marginal desses Estados no contexto internacional na década de 1980 (2003, p. 91-92).

Coelho (1992), ao demonstrar o novo significado para as fronteiras amazônicas no sentido de potencializar a integração, destaca que, a despeito da história de conflitos quanto à demarcação de limites entre os países amazônicos, em 1980, foi celebrado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Segundo Pedro Coelho, esse tratado “... constitui importante conquista para a confirmação da Bacia Amazônica como espaço de cooperação entre os países da região...” (1992, p. 116). São partes contratantes, além do Brasil, a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana e o Suriname, excetuando-se o Departamento Ultramarino Francês Guiana Francesa.

As fronteiras brasileiras começaram a apresentar novo significado, à medida que os países da América do Sul se reconheciam iguais diante das dificuldades impostas pelas configurações da globalização a partir da década de oitenta,

Quanto mais se estreitavam as possibilidades de atuação do Brasil no plano global, mais a América do Sul foi valorizada como alternativa estratégica, tendo seu eixo centrado na cooperação e integração com a Argentina, que vivia problemas semelhantes aos do Brasil.

Para o Brasil, especificamente, a integração permitia aumentar a base regional para inserção internacional do país, num caminho que conduzirá, em 1991, à criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (VIZENTINI, 2003, pp. 67-68).

Para países vizinhos, a integração regional é potencializada por pelo menos dois fatores econômicos: o das atividades comerciais, porque com a regionalização se conforma um espaço protegido e seguro à realização das mercadorias dos países membros; os investimentos, pois as regiões integradas tendem a aumentar a área de atuação das empresas transnacionais, impulsionando com isso a estruturação de um mercado regional.

O então presidente da república Fernando Henrique Cardoso em 1999 apresentou uma proposta de integração da infra-estrutura física da América do Sul, que foi oficializada em agosto de 2002 (*Idem*, 2003, pp. 95-100). A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, como ficou conhecida – resultou na elaboração de um plano de implementação em dez anos. Nas três reuniões de presidentes da América do Sul (Brasília – setembro/2002, Guayaquil – julho/2002, Cuzco – dezembro/2004) foi confirmado que, a despeito das mudanças de governo, o tema da integração física sul-americana permanece como prioridade nas agendas políticas dos Estados. Nas consultas estratégicas realizadas pelos representantes dos países que compõem a IIRSA, foram definidos dez Eixos de Integração e Desenvolvimento: Andino, Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia, Capricórnio, Escudo Guianês, Andino do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Hidrovia Paraná-Paraguai e Sul<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Ministério do Planejamento. Notícias (on line). Disponível em <[www.planejamento.gov.br/planejamento-investimentos/conteúdo/noticias.asp?Cod=1167](http://www.planejamento.gov.br/planejamento-investimentos/conteúdo/noticias.asp?Cod=1167)>. [24/11/07]

Cabe observar que a integração pode ser operada não apenas em nível sub-regional como também inter-regional, foi o caso do Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional entre Mercosul e União Européia em dezembro de 1995.

Nos últimos anos, o aprofundamento do trabalho diplomático para promover o crescimento da parceria Brasil-Europa esteve, em grande medida, concentrado na meta de lançamento de negociações entre Mercosul e União Européia, com vistas a liberalização do comércio entre os dois agrupamentos, conforme previsto no Acordo-Quadro assinado em 1995. (...) é importante destacar que do ponto de vista europeu, a negociação com o Mercosul se justifique, antes, como uma resposta aos desdobramentos da Alca [Área de Livre Comércio da América], uma vez que não deseje perder espaço econômico-comercial no agrupamento do bloco sul-americano (VIZENTINI, 2003, p. 94).

O diálogo e a cooperação são as estratégias definidas para garantir uma inserção soberana dos países da América do Sul. Esse direcionamento expressa a persistência dessas nações em atravessar a linha divisória que as separa do grupo de países desenvolvidos.

o fortalecimento de compromissos objetivos e precisos entre os países da América do Sul tornou-se vital para que os países da região pudessem acompanhar os desenvolvimentos que ocorrem no cenário internacional. Nesse sentido, tal fortalecimento não pôde ser interpretado como subterfúgio e, sim, como uma articulação interna que delimita as reais potencialidades dos países sul-americanos, para o fortalecimento de processos de integração mais amplos de que fazem parte, a exemplo do Grupo do Rio ou da Área de Livre Comércio das Américas (*Ibidem*, 2003, p. 97).

### **3.2.2 O Acordo Quadro de Cooperação: relações bilaterais Brasil/França e a fronteira Amapá/Guiana Francesa.**

Conforme destacado no primeiro capítulo a fronteira Amapá/Guiana Francesa foi causa de conflitos diplomáticos em relação à definição dos limites políticos entre os territórios brasileiro e francês; contudo a importância atribuída pela administração do estado do Amapá

ao Acordo-Quadro, entre Brasil e França, em maio de 1996, acabou por conduzir a problematizar a institucionalização da cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa. Questões de fronteira sempre estiveram associadas à defesa do território nacional. A análise da documentação oficial sobre o assunto demonstra um novo direcionamento na política brasileira para essa área fronteiriça, em especial quando situada na historiografia que trata do tema, apresentada no primeiro capítulo.

Em termos epistemológicos, o estudo da cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa tem muito a indicar do re-ordenamento territorial motivado pela introdução, no campo político brasileiro, de um conjunto de idéias originadas numa visão geoeconômica dos espaços. Por ocasião de sua palestra no Seminário América do Sul realizado em Quito no Peru (15 e 16 de julho de 2002), o secretário de planejamento e investimentos estratégicos José Paulo Silveira definiu o que vem a ser uma visão geoeconômica:

No mapa geoeconômico são mais visíveis as vocações, as potencialidades e as demandas. São mais evidentes as oportunidades de desenvolvimento geradas pela integração de regiões produtoras e consumidoras. Está presente a questão ambiental. É mais eficiente a aplicação dos recursos disponíveis para investimento. Para tanto, é necessário abstrair, apenas para fins de planejamento, as fronteiras políticas de países, de regiões e de estados, para a identificação dos projetos estruturantes de integração e desenvolvimento (SILVEIRA, 2002, p. 2).

O interesse maior reside em verificar em que medida esse arcabouço teórico, ao ser inserido no campo político brasileiro na última década do século XX, desencadeou uma nova percepção em relação às fronteiras nacionais, em particular a fronteira Amapá/Guiana Francesa. Trata-se da superação da visão geopolítica subjacente ao modelo de Estado das décadas anteriores. A visão geoeconômica cartografa os espaços segundo uma lógica norteadas por interesses gerados na transnacionalização dos mercados e na ampliação da competição no



campo econômico mundial; dessa forma, faz parte das estratégias desenvolvidas pelos Estados nacionais para enfrentar as provocações imperativas da globalização.

A viagem oficial do então governador do Amapá Sr. João Alberto Capiberibe a Caiena (novembro de 1995), depois de décadas de relativa indiferença, foi a primeira iniciativa na direção de encadear negociações para estabelecer laços de cooperação com a Guiana Francesa. No ano seguinte, de fins de janeiro a meados de fevereiro, o governador foi a Portugal, França e Alemanha com vistas a promover as potencialidades do estado do Amapá; na ocasião, o governador procurou sensibilizar as autoridades francesas da relevância em promover a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa<sup>9</sup> (AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento do Amapá. 1996). Isso só se tornou possível devido a maior relevância atribuída à descentralização, uma estratégia nova que chegou ao Brasil juntamente com o receituário neoliberal. A descentralização implicava, entre outras coisas, em maior autonomia para os entes federados, inclusive na política externa. A federação enquanto “... unidade dentro da diversidade (...). É expressão do poder central com respeito às autonomias locais” (LAFER, 1994, p. 29).

Existe, assim, respeitada a competência do Poder Executivo federal na condução das relações externas do país, uma diplomacia federativa que se exerce como parte do encaminhamento e da projeção dos interesses nacionais. O governo central, não atua isoladamente nessa tarefa em relação aos poderes da Federação.

É uma atividade cuja importância se faz sentir cotidianamente em múltiplas iniciativas, como ultimamente, nas nossas relações com países limítrofes, na condução de legítimas aspirações locais que envolvem projetos de integração física e econômica (*Idem*, p. 29).

A mudança pode ser detectada quando retomamos a questão das autonomias locais, que em termos históricos, sempre se mostrou contraditória. Pois, apesar de previstas no princípio

---

<sup>9</sup> Relatório elaborado pela Embaixada do Brasil em Paris.

de organização jurídico-constitucional, instituído a partir da Proclamação da República, acabaram por ser limitadas em diversos períodos do século XX, a exemplo, cita-se a criação dos territórios federais, dentre os quais o Amapá, em 1943; ou ainda a nomeação de interventores para os estados brasileiros, durante o Estado Novo; ou no severo controle imposto às eleições legislativas durante a ditadura militar, pós-Golpe de 1964 (FAUSTO, 2002).

De qualquer modo, ultimamente o estabelecimento de contatos internacionais com envolvimento de atores estaduais e municipais deixa entrever um novo arcabouço de idéias devido às configurações da globalização.

Nesse contexto, identifica-se certa modificação na concepção da fronteira Amapá/Guiana Francesa; já que houve uma transição da fronteira como divisão de soberanias, para de fronteira como espaço potencial a romper com descontinuidades impostas por limites políticos e facilitar a integração, gerando maiores oportunidades econômicas.

A mutação qualitativa, no que concerne a institucionalização da cooperação fronteiriça, no caso particular da citada fronteira, parece não espelhar a mudança de perspectiva indicada por Lia Osório Machado (1998). A autora entende a desfuncionalização das fronteiras como uma nova perspectiva dos Estados em relação ao papel da fronteira: “... A fronteira pode ser estendida *para fora*, não a partir do estado central, o que provocaria conflito, mas a partir dos lugares. *Cada lugar quer estender sua influência e reforçar sua centralidade além dos limites internacionais e sobre as faixas de fronteiras*” (p. 42, grifos da autora).

A tese da autora destoa do argumento desta reflexão, pois se faz a defesa de que a mutação na perspectiva em relação a essa fronteira se insere na reformulação qualitativa do campo político brasileiro, e, portanto, a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa deve ser dimensionada do ponto de vista de uma política de Estado e não do local. Não se trata de

proselitismo contra políticas de Estado, ao contrário, o objetivo é chamar atenção para a importância da articulação entre nacional e local tendo em vista o contexto global.

Em seu texto “Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado” Pedro Coelho (1992) vislumbra a faixa de fronteira amazônica como espaço favorável ao desenvolvimento desse tipo de cooperação. O ponto de vista do autor exprime a possibilidade de, por meio do intercâmbio entre países vizinhos, definirem-se estratégias para solucionar problemas comuns aos países amazônicos, e em fazer dessa aproximação, mecanismo para o aproveitamento das vantagens que regiões fronteiriças apresentam para a integração econômica.

A argumentação do autor se constrói inicialmente com a explanação de dois casos emblemáticos de cooperação fronteiriça, quais sejam: Estados Unidos e México e os países da Europa Ocidental. O autor procura demonstrar as diferenças entre os dois processos integrativos no intuito de caracterizar os múltiplos formatos na institucionalização da cooperação fronteiriça. De posse desse conhecimento, elabora seus postulados em referência às novas possibilidades descortinadas contemporaneamente para regiões de fronteira, em especial, os municípios fronteiriços localizados na faixa de fronteira amazônica.

Não é correto acreditar que a integração através de fronteiras na Europa tenha se processado naturalmente, ainda que suas regiões fronteiriças se apresentem densamente povoadas e as relações se desenvolvam em um quadro regional economicamente estruturado. A cooperação fronteiriça européia exigiu um esforço de coordenação aprimorado capaz de superar tanto o significado político de fronteira como divisão, quanto as questões ligadas aos efeitos gerados pelas configurações territoriais dos Estados europeus após as duas grandes guerras mundiais (COELHO, 1992, pp. 28-29). A maior contribuição do caso europeu, segundo Pedro Coelho, é no sentido de demonstrar:

Que o espaço fronteiriço, em sua complexidade, requer uma focalização específica, temporalmente produzida tanto no sentido comunidade e lideranças locais-

institucionalização governamental, como, eventualmente, no sentido inverso, ou seja, o do estímulo governamental-articulação local. (*Ibidem*, p. 39).

A integração fronteiriça desenvolvida na Europa interessa, em particular, devido ao fato de que se desenvolveu no âmbito do Acordo-Quadro Europeu, ratificado pela França em 1984, país onde a idéia de integração no nível internacional costuma ser acompanhada pela noção de desintegração da pátria. Na visão de Coelho, o posicionamento francês seria resultado de sua tendência ao centralismo nacionalista (1992, p. 35).

Desse modo, é correto supor que dessa disposição advenha o desinteresse da França em participar do Tratado de Cooperação Amazônica (atualmente denominado de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), e que ela também explique que, apesar de Brasil, Departamento Ultramarino Guiana Francesa, Suriname, Guiana, serem contíguos e isso se apresentar vantajoso à integração plural, a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa foi resultado de relações bilaterais, não sucedidas de multilaterais, comum nos processos de integração.

Como exemplo, destacam-se as relações bilaterais estabelecidas durante o mandato do presidente José Sarney (1985-1990) envolvendo Brasil/Argentina, caso do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que previa o estabelecimento de um mercado comum entre os dois países fronteiriços. Tais relacionamentos acabaram por evoluir para o multilateralismo com a inserção do Uruguai e Paraguai, conduzindo ao Tratado de Assunção em 1991 que conferiu personalidade jurídica ao Mercosul (VIZENTINI, 2003, p. 67-68). Entretanto a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa, que completou dez anos em 2006, não alcançou aquele estágio; de modo que Brasil e França mantêm-se firmes na opção pelo bilateralismo:

As Partes Contratantes dispõem-se a conferir renovado impulso às relações bilaterais. Com esse objetivo, empenhar-se-ão em favorecer os contatos políticos em todos os níveis entre os dois Estados e em reforçar o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica, segundo as modalidades definidas no presente Acordo (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, 1996).

A indagação sobre a opção pelo bilateralismo se torna mais substantiva quando confrontada com a teoria das relações internacionais, para a qual os processos de integração estão relacionados ao pluralismo como indicado anteriormente. Nesse ponto, o processo se torna mais contraditório, pois a Guiana Francesa não possui – para manter a análise no nível da política de Estado – autonomia política, ainda que dentre os departamentos ultramarinos franceses, seja a mais subvencionada. A explicação parece residir no fato de estar localizada em território guianense a base espacial de *Kourou*, a mais importante da União Européia para lançamento de satélites.

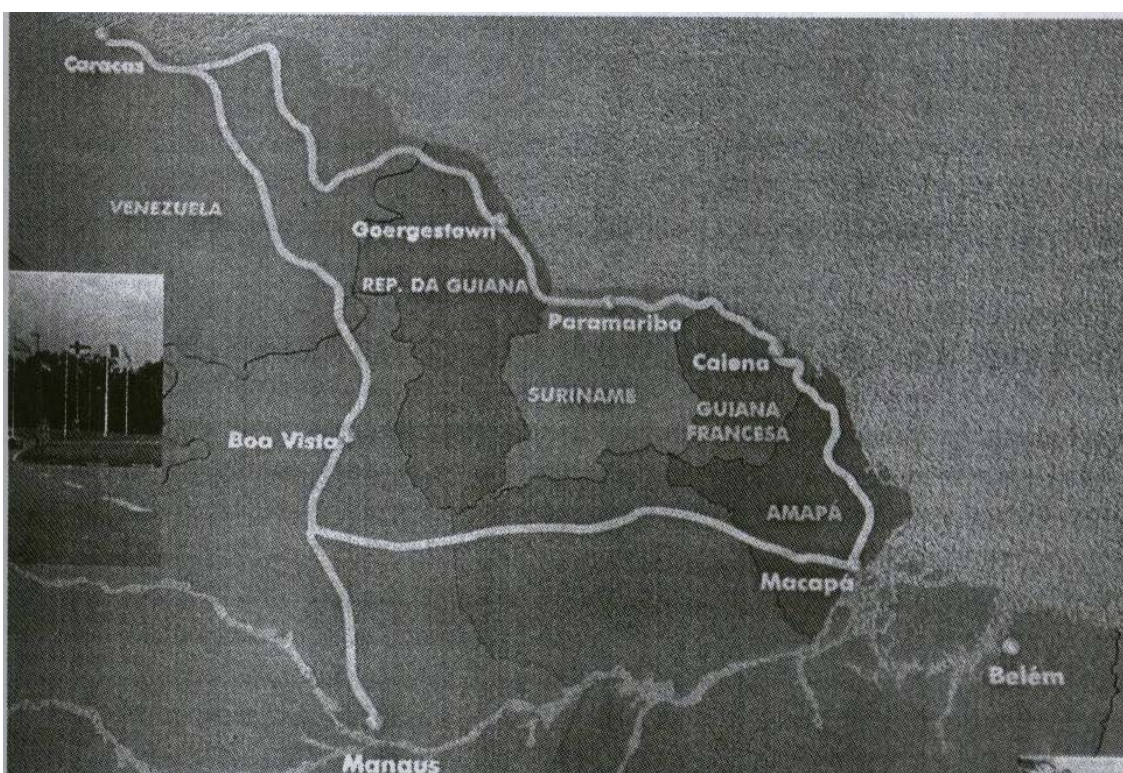


Figura 7. Mapa da Rodovia Transguianense. Fonte: Revista Veja 30/09/98

Na perspectiva do Amapá, a cooperação fronteiriça é o mecanismo institucional que pode viabilizar a abertura de um eixo de integração – a partir do Amapá – do Brasil com o Platô das Guianas e mais a Venezuela, através da rodovia Transguianense (Figuras 7 e 8).



Figura 8. Detalhes da Rodovia Transguianense. Fonte: Adaptado de Lia Osório MACHADO, p.43

A rodovia Transguianense foi idealizada em 1997, pelo governo do estado do Amapá e, de acordo com Lia Osório Machado, alude à mudança de perspectiva para as fronteiras contemporaneamente: a perspectiva a partir do lugar (MACHADO, 1998, pp. 42-43). É importante ressaltar que a pavimentação da BR-156 (que liga Macapá a Oiapoque) não consta entre as ações e projetos previstos para o setor de transportes no PPA 1996-99.

A previsão de custos no PPA 1996-99, para o setor de infra-estrutura, foi definida tendo como referente os eixos que pudessem vir a estruturar o desenvolvimento.

Na Região Norte, foram identificados projetos que otimizam o sistema de transporte pela utilização dos diversos modais disponíveis. São investimentos em rodovias, hidrovias e ferrovias, que integram a Região ao resto do País e ao exterior, reduzindo os custos de frete e ampliando as perspectivas de desenvolvimento (BRASIL. Ministério do Planejamento, 1999).

Segundo José Paulo Silveira, os eixos de integração e desenvolvimento não são apenas corredores de transportes:

São espaços, articulados por malhas de infra-estrutura de transportes, energia, telecomunicações, onde ocorre o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Onde é possível estabelecer uma visão estratégica de longo prazo para o desenvolvimento, como também promover a convergência de decisões dos diferentes agentes públicos e privados (2002, p. 2).

Na tabela a seguir é possível identificar quais projetos foram priorizados para a região norte e, em seguida, constatar que a pavimentação da BR 156 não é contemplada no orçamento.

Principais projetos de Transporte para a Região Norte
<p><b>Restauração/reconstrução de trechos rodoviários</b></p> <p>BR-364 - São Simão/Cuiabá/Rio Branco/Sena Madureira BR-153 - Araguaína/Divisas SP e PR</p> <p><b>adequação e construção de trechos rodoviários</b></p> <p>BR-174 - Manaus/Caracará/Fronteira Venezuela BR-317 - Rio Branco/Assis Brasil BR-401 - Boa Vista/Fronteira Guiana BR-230 - Marabá/Altamira/Itaituba (Transamazônica) BR-153 - Marabá/São Geraldo (interligação Hidrovia Araguaia) BR-425 - Abunã/Guajará-Mirim</p> <p><b>hidrovias</b></p> <p>HIDROVIAS DO ARAGUAIA E DO TOCANTINS HIDROVIA DO RIO MADEIRA</p> <p><b>ferrovias</b></p> <p>FERROVIA NORTE-SUL (conclusão do trecho Imperatriz/Estreito)</p>

Quadro 1. Fonte: Adaptado do PPA 1996-99. Ministério do Planejamento e Orçamento.

Mesmo que inicialmente a BR-156 não se encontre orçada no PPA 1996-99, em maio 1998 a Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, elaborou um documento para contribuir com os esforços da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no intuito em fornecer subsídios na discussão de uma política de desenvolvimento para a faixa de fronteira do Brasil.

No referido documento consta – dentre os empreendimentos coerentes com os eixos nacionais de integração e desenvolvimento – a pavimentação da BR-156 como estratégia para integrar a economia do Amapá e interligar o Brasil à Guiana Francesa. Nas diretrizes do Programa Brasil em Ação (no âmbito do PPA 1996-99), a conclusão da rodovia BR-156 seria importante na consolidação, em longo prazo, de um grande corredor de integração



internacional, unindo, em sentido longitudinal, as cidades de Brasília e Caiena (AZEREDO, 1998, pp.14, 18-19).

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento expressam uma das idéias-força que possibilitam compreender o alcance político do PPA 2000-03 e fornece a sustentação ao entendimento de que a institucionalização da cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa não é um acontecimento político isolado. Outrossim, faz parte de um contexto relacional, no qual economia e política se entrelaçam, desvelando uma realidade com distintos sentidos e múltiplos desdobramentos sociais quando se trata do contexto amazônico.

Segundo Hervé Théry (2005), o território amazônico representa 60% da superfície do Brasil, contudo sua participação no PIB não passa de 5% (2005). Essa informação pode ser constatada empiricamente nos inúmeros problemas sociais e econômicos (noticiados pela mídia) cristalizados na pobreza das periferias dos centros urbanos; nos conflitos fundiários e em seu saldo de mortos; na luta de indígenas, ribeirinhos e comunidades de afrodescendentes por cidadania; na biopirataria e degradação de sua biodiversidade.

Hervé Théry (2005) apresenta os eixos de integração e desenvolvimento de ontem, hoje e amanhã. O mapa abaixo, apresentado pelo autor, permite a observação de um retorno à integração sul/norte ao longo do eixo Araguaia-Tocantins (pela BR-163), e dos eixos Manaus-Venezuela e Amapá-Guiana Francesa.

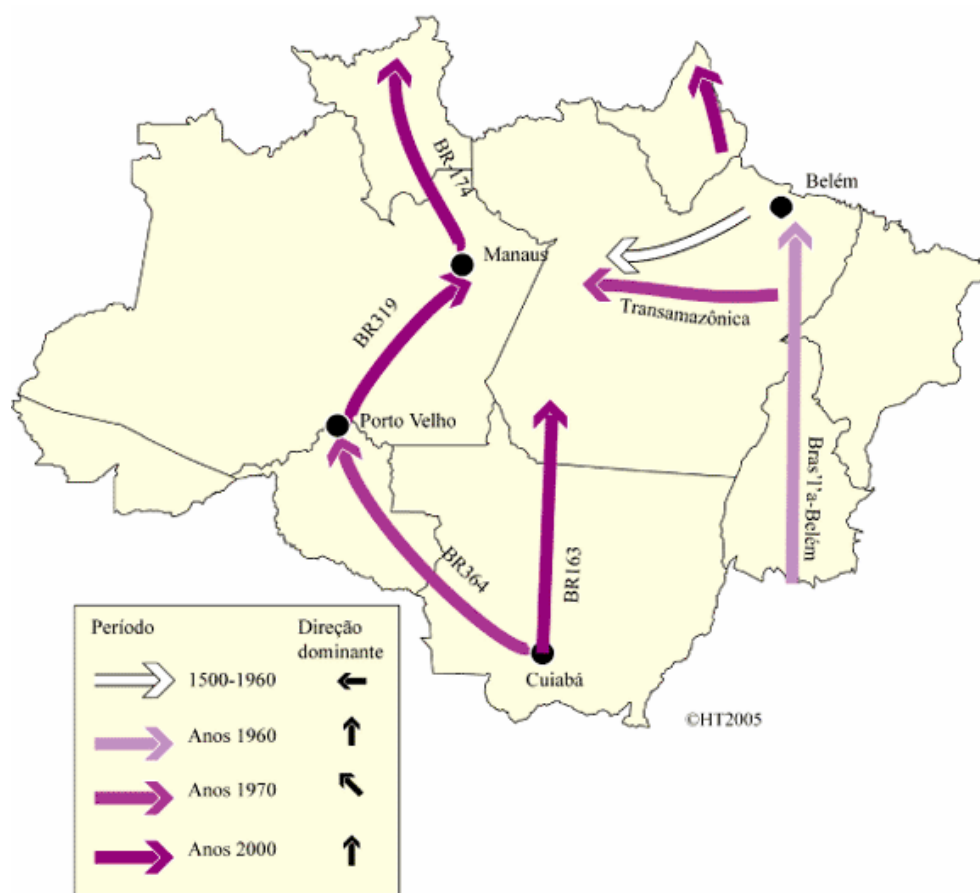


Figura 9. Eixos de integração e desenvolvimento.

Nos PPA's de 1996 a 2003, foi possível identificar o foco do Estado brasileiro na questão do desenvolvimento sustentável; e a re-organização territorial a partir de uma geografia econômica. Em ambas, a fronteira no Amapá ganha destaque na elaboração dos programas de governo; na primeira, o fato de que se encontra situada entre duas unidades de conservação ambiental: Parque Nacional do Cabo Orange e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; quanto à segunda, sob a lógica da integração, os espaços são selecionados segundo suas potencialidades de investimentos ou comercialização, sendo este último o critério que classifica a fronteira Amapá/Guiana Francesa como estratégica.

A definição de um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil contempla ao mesmo tempo duas das condições ideológicas de transnacionalidade implícitas na

globalização: “... das muitas ideologias centrais para encarar o mundo como uma única entidade, mencionarei brevemente apenas duas, desenvolvimento e ambientalismo... (RIBEIRO, 1997, p. 17)”.

Isso remete ao grande desafio enfrentado pelos amazônidas que Bertha Becker diagnosticou em termos de projetos geopolíticos, mas que exprime com clareza o desafio particular do Amapá, cuja área territorial se encontra em parte sob domínio do poder nacional.

Hoje, o imperativo é modificar esse padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980. É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do *saber* das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e também regional. Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos.

Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesses, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento.

Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social (2005, p. 72, grifo da autora).

No mapa um pouco mais abaixo (figura 10), é possível visualizar o dilema imposto ao Amapá, que, como outras unidades da federação, não conta com um sistema sócio-econômico que alcance níveis de satisfação. O setor da economia amapaense que mais cresce é o de serviços. Segundo estatísticas do IBGE, em 2004 esse setor correspondia a 9% do PIB

estadual, enquanto as atividades do setor industrial e agropecuário, respectivamente 1% e 2%, portanto estas últimas ainda se apresentam bastante elementares<sup>10</sup>.

Se os padrões de crescimento ainda se pautam no modelo de produção com exploração de grandes parcelas de natureza, como resolver a questão da geração de emprego e renda interna para ampliar o nível de oportunidades e promover maior igualdade social, num estado cuja maior parte do território está sob tutela da União: sejam áreas de proteção integral ou de proteção com uso sustentado, sejam áreas indígenas?

O desafio é grande e, sem uma política de Estado que contemple esses aspectos, a situação se complica. A cooperação fronteiriça poderia apresentar-se como alternativa viável ao desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentado, por meio do turismo verde, ao se ter em conta as belíssimas paisagens naturais que o estado contém. Mas fazer turismo sem infra-estrutura parece muito complicado, e a rodovia BR-156 que liga Macapá/Oiapoque ainda não se encontra concluída, e o trecho que falta ser pavimentado, além de precário é extremamente perigoso. As obras estão em andamento, mas, com a chegada do inverno (nos meses de janeiro a junho), dificilmente serão concluídas em curto espaço de tempo<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Disponível em <  
[www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php/sigla=ap&tema=pibmun2004&título=Produto%20Interno%20Bruto%2004%20](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php/sigla=ap&tema=pibmun2004&título=Produto%20Interno%20Bruto%2004%20). [28/11/2007]

<sup>11</sup> Esta informação foi constatada empiricamente pela autora desta dissertação no dia 18/11/2007, quando de sua viagem de retorno a Macapá após a pesquisa de campo em Oiapoque. Não sendo possível tirar fotos porque o transporte era coletivo e o motorista não se propôs a fazer paradas.

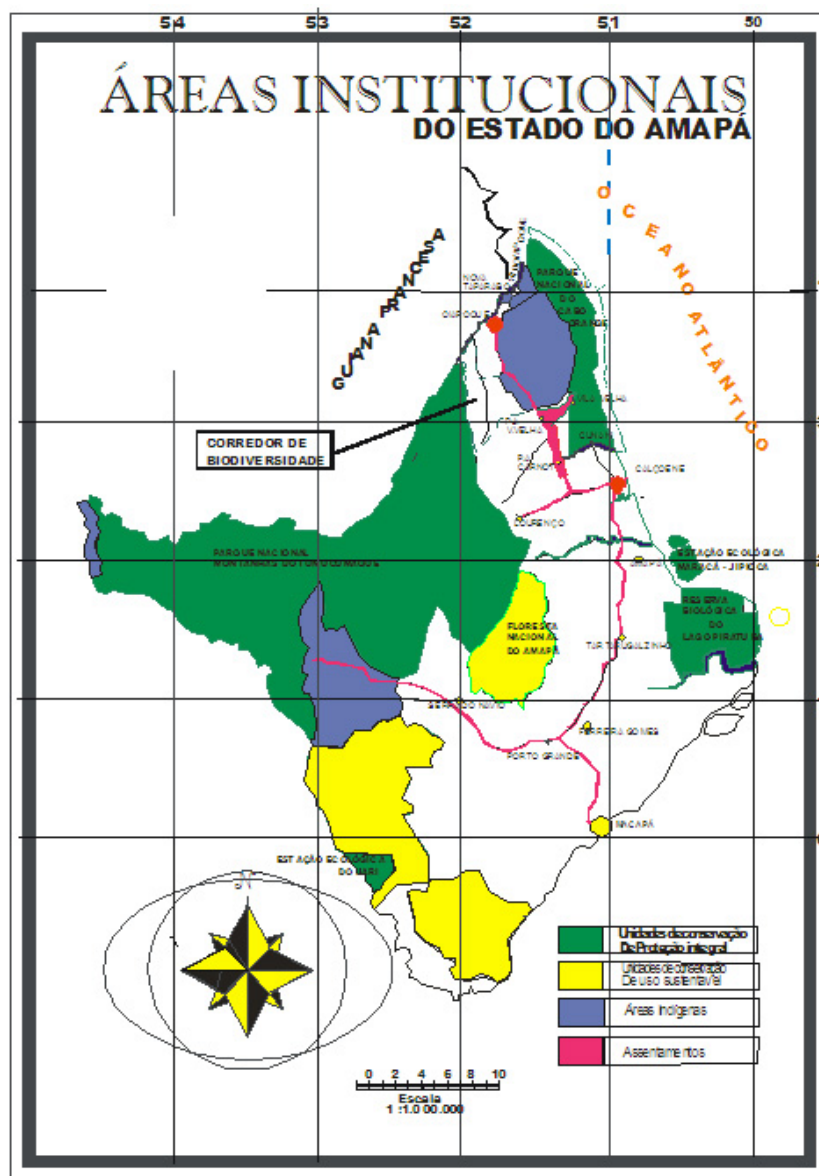


Figura 10. Áreas Institucionais no Amapá. Fonte: IBAMA/Oiapoque

Nos PPA's analisados, é persistente a idéia do projeto brasileiro de desenvolvimento sustentável, que engloba três dimensões: a social, a econômica e a ambiental. A consecução, no entanto, desse objetivo requer investimentos que contemplem as três dimensões. Inicialmente isso deveria ser feito por meio de programas de ações estatais, entretanto os investimentos públicos foram abandonados como anacrônicos, e isso subentende que o desafio da política nacional é promover parcerias que se desdobrem em investimentos públicos/privados ou somente privados.

De acordo com Marcel Bursztyn (2005, pp. 60-62), são cinco os postulados necessários à concretização do desenvolvimento sustentável:

- Desenvolvimento implica a elaboração de um projeto nacional, elemento indissociável de qualquer referência a iniciativas consistentes de construção de pontes para o desenvolvimento.
- A universalização da educação é um pressuposto na promoção de desenvolvimento, pois é garantia de mudança de mentalidade e continuidade das políticas correspondentes.
- O Estado deve adequar-se ao projeto nacional de desenvolvimento, atendendo as suas demandas. Isso envolve seu crescimento, tanto quantitativamente com o aumento de suas estruturas, como qualitativamente com a incorporação de novas funções.
- A geração de riquezas para o desenvolvimento demanda uma base natural, com a apropriação de seus recursos.
- Sustentabilidade. A lógica da economia industrial é insustentável. Contemporaneamente é preciso considerar as barreiras tecnológicas e ambientais a um projeto de desenvolvimento nacional – dificultando aos países mais pobres utilizarem seu estoque de natureza para promover riquezas.

Essa perspectiva indica que qualquer ação no sentido de atender a promoção de um desenvolvimento sustentável deverá ser capitaneada pelo Estado, o que reintroduz o mesmo como principal instância para articular re-ordenamento territorial e reorganização social.

Acredita-se que é na esfera das políticas de governo que se encontram os principais instrumentos nessa direção: regulamentação do uso dos recursos naturais e investimentos na educação. Porém é importante destacar que com o atual contexto da globalização não se pode mais restringir essas políticas a um único nível, seja nacional ou local, já que sua elaboração requer um posicionamento crítico em relação aos condicionantes que o contexto global impõe.

O PPA 1996-99 expressa a iniciativa do governo em seguir na direção das mudanças: concretizar reformas, descentralizar atribuições, projetar cenários. O viés do plano é romper com o modelo de Estado desenvolvimentista nacionalista em vigor desde a década de 1950. Tal modelo postulava um Estado forte, controlador, investidor. Em linhas gerais, as principais características do Estado desenvolvimentista no Brasil foram: a) a industrialização através da substituição de importações; b) os investimentos estatais no fortalecimento da indústria de base, na modernização da infra-estrutura econômica (transportes e energia); c) a abertura da economia ao capital estrangeiro; d) o aumento da produtividade em escala vertical com apropriação cada vez maior de parcelas da natureza; e) a geração de recursos internos com o achatamento do poder de compra da classe assalariada devido a uma política econômica de emissão de moeda; f) a obtenção de tolerância na classe trabalhadora por conta do impacto da industrialização acelerada na massa total de empresas e na ideologia do Brasil grande e desenvolvido, que mobilizava os trabalhadores em torno da euforia nacionalista dos “Anos Dourados” (SILVA, 1990).

O planejamento apresenta como objetivos prioritários: a promoção do desenvolvimento com manutenção da estabilidade; a reformulação institucional e constitucional; o aumento da produtividade por meio de modernização na infra-estrutura econômica (transportes, energia, telecomunicações); a descentralização administrativa e implementação de parcerias em relação aos investimentos, incluso o capital estrangeiro; a redução dos desequilíbrios espaciais: a gestão do território nacional passa a ter como matriz teórica a geografia

econômica, em substituição a geografia política do Estado centralizador – e sociais: a modificação na forma de participação popular através da promoção de cidadania.

Nesse horizonte analítico, é possível demonstrar a transição de uma política para fronteira norteada pelo princípio da defesa territorial, para outra, na qual prevalece a concepção de fronteira cooperação mais adequada aos processos de integração regional. Essa nova perspectiva política, adotada pelo Estado brasileiro, não significa o abandono das idéias que prescreviam entender a fronteira como espaço de separação de territórios diversos e soberanos, mas a indicação de que esses lugares devem ser articulados segundo sua potencialidade, que para o caso em destaque, advém da contigüidade que lhe é inerente, vantajosa à logística em termos de comércio exterior.

Atualmente as fronteiras são resignificadas: perdem conteúdo político e ganham conteúdo econômico. Ainda assim a defesa nacional na Amazônia se norteia pelo reconhecimento de que:

Também importante será o fortalecimento da presença militar na Amazônia, através da rearticulação e reorganização das forças terrestres, no sentido de dar prioridade a essa região no planejamento estratégico das Forças Armadas, consoante com as políticas governamentais (BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento, 1996).

Tendo em vista a continuidade do Projeto Calha Norte (PCN), a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), a implementação (em 1996) de uma infra-estrutura econômica (Corredor Fronteira Norte) que se propõe a integrar a Amazônia, não apenas ao Brasil, mas com os demais países amazônicos, é possível identificar uma nova perspectiva estatal para as fronteiras, as quais permanecem como espaços constituídos sob a lógica de um poder central. Isso conduz a entender que o campo político brasileiro não focaliza apenas o “corpo da pátria” – metáfora apresentada por Demétrio Magnoli (1997) que expressa o



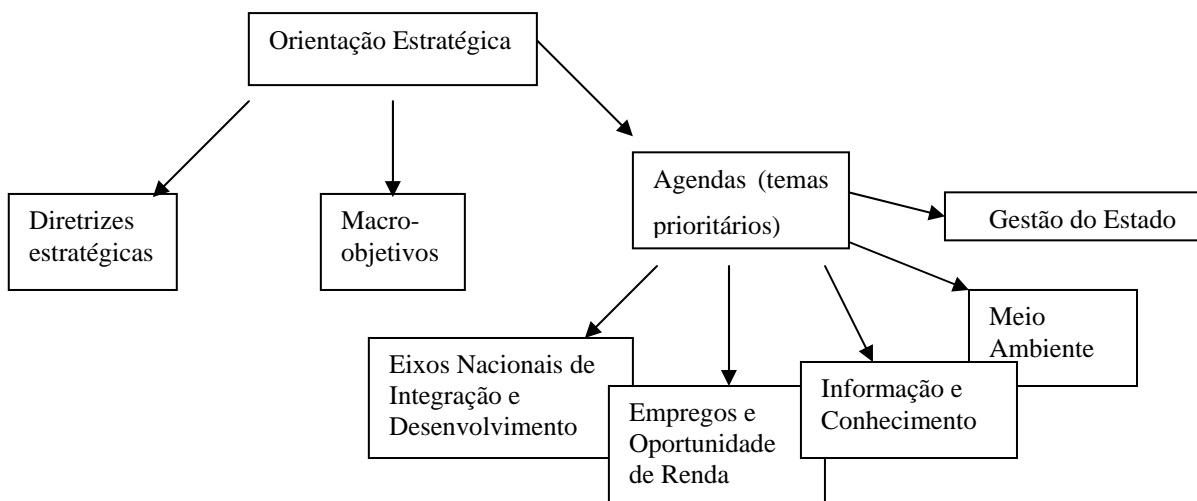
sentido anterior à atual concepção de fronteira –, mas, sobretudo, as potencialidades que possam ser, vantajosamente, incorporadas ao projeto nacional de desenvolvimento.

O PPA 2000-03 foi elaborado como instrumento moderno de gestão de governo, e cuja orientação estratégica está estruturada em torno de seis grandes diretrizes: consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado; promover o desenvolvimento sustentável voltado para geração de empregos e oportunidades de renda; combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social; consolidar a democracia e os direitos humanos; reduzir as desigualdades inter-regionais e promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação. A consecução dessas diretrizes representava o esforço em manter o país no ritmo das mudanças iniciadas no PPA 1996-99, e nesse sentido foram estabelecidas três idéias fundamentais à ação do Estado, as quais compõem a matriz teórica do plano:

- Constituir uma nova geografia para o país a partir dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, a idealização do território nacional ancorada em uma cartografia de regiões, nas quais são identificadas vantagens que justifiquem a alocação de investimentos produtivos, sociais, ambientais e de informação e conhecimento.
- Direcionar os investimentos tendo como referência os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, âncoras da integração entre as regiões consideradas em termos das vantagens estratégicas de cada uma.
- Racionalizar o aparato político e administrativo do Estado: descentralizar decisões e ações, buscar parcerias para formulação e execução dos programas; desenvolver instrumentos de gestão que oferecesse maior liberdade

operacional ao Estado, introduzindo o conceito de eficiência para obtenção de resultados.

O esquema a seguir tem caráter didático, a pretensão foi elaborar um desenho que simplificasse a estrutura do Anexo I do PPA 2000-03.



Em relação às agendas políticas, o PPA esclarece que

É provável que em nenhum outro período da História do País os objetivos permanentes de desenvolvimento econômico e social e respeito à pessoa humana tenham dependido tanto da conjugação de mudanças nas dimensões referidas. No entanto, há ainda um conjunto de desafios que diz respeito desde já a todas as Nações e que deverá transformar-se em grandes preocupações durante significativa parte do próximo século. São questões decorrentes das mudanças em curso na economia mundial, nas relações internacionais que envolvem o meio ambiente, na capacidade de regulação dos Estados e na manutenção da coesão socioeconômica das regiões no interior das fronteiras. São cinco os temas escolhidos, transformados em cinco Agendas que compõem a parte final da Orientação Estratégica. Sua abrangência e importância para os próximos anos, exigem a mobilização de todo o Governo. Por essa razão, é fundamental a sua aplicação na forma mesma de atuar do Governo, isto é na construção e implementação do programa. As Agendas são princípios observados durante a elaboração dos programas e espelham os novos desafios que perpassam toda a ação governamental (BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000).

O programa Corredor Fronteira Norte – Agenda Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – tem por meta integrar os países da fronteira norte por meio de uma infraestrutura física<sup>12</sup>.

## CORREDOR FRONTEIRA NORTE

Integração com os países da fronteira norte

### Resultados:

Concluir em 2002 a pavimentação das rodovias;

BR-401/RR – Boa Vista/Fronteira com a Guiana, inclusive a ponte internacional.

BR-156/AP – Ferreira Gomes/Oiapoque (453 km).

BR-364/AC – Sena Madureira/Rio Liberdade.

BR-317/AC – Brasília/Assis Brasil.

Construir os trechos rodoviários:

BR-317/AC – Rio Branco – Divisa AC/Amazonas.

BR-317/AM – Boca do Acre – Divisa AM/AC

Concluir em 2002 a seguinte obra:

Construção de Anel Rodoviário – BR-364/AC – Rio Branco.

Quadro 2. Corredor Fronteira Norte. Fonte: Adaptado de Ministério dos Transportes. Relatório de Situação. Julho 2002.

<sup>12</sup> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (on line). Disponível em < [www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/spi/programs\\_estrategicos/situacao\\_agosto\\_33\\_40.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/programs_estrategicos/situacao_agosto_33_40.pdf). [11 nov 2007].

Em atenção à possibilidade em abrir eixo de integração sul/norte que seja capaz de promover uma maior incorporação do norte e nordeste brasileiros aos benefícios advindos com o MERCOSUL, Heraldo Munhoz afirma que

Apesar de bem reconhecido o surgimento de um pólo de desenvolvimento no eixo Belo Horizonte e Buenos Aires, em virtude do Mercado Comum do Cone Sul, há uma visão que percebe efeitos negativos decorrentes do avanço do Mercosul, em termos de um suposto “agravamento das desigualdades regionais internas” no Brasil.

Entretanto, os dados estatísticos parecem desmentir a hipótese das desvantagens para o Norte e Nordeste do Brasil provenientes do processo integrador do MERCOSUL. (...) Ainda que os fluxos de comércio se situem em níveis modestos, o estado do Maranhão no Nordeste expandiu suas vendas ao MERCOSUL em 1,068%, enquanto que o estado de Rondônia, no Norte, aumentou seu intercâmbio com esse bloco econômico em 1,546%, observando-se para esses estados interessantes potencialidades de desenvolvimento do setor turístico, agro-industrial e outros, em sua relação com os países do bloco (1996, p. 114).

Ao analisar o argumento do autor, observa-se que seus dados se mostram insuficientes para dar conta da realidade dos estados amazônicos em sua totalidade. A problemática dos desequilíbrios regionais na organização espacial brasileira consta como uma das diretrizes estratégicas definidas pelo PPA 2000-03.

Na Amazônia isso assume contornos críticos, pois, como afirma Bertha Becker (2005), as políticas de Estado, que finalizavam integrar a região na organização territorial brasileira, deixaram lacunas que o tempo não preencheu, o que provê entendimento para os conflitos no espaço e pelo espaço. Demandas por direitos políticos e melhores condições sociais e econômicas não são atendidas, acrescente-se a isso a questão dos recursos naturais, que cada vez mais passam da condição de abundantes para de recursos escassos em nível global. A relação sociedade/Estado em fronteiras amazônicas se encontra muito esgarçada e pode, no futuro, implicar em comprometimento à legitimidade da política do Estado brasileiro. A cooperação fronteiriça como parte do processo de integração nacional e sul-americana, deve ir além da retórica da integração e do desenvolvimento.

A nova geografia econômica identificada nos planejamentos parece representar um forte condicionante teórico para o governo, na medida em que lhe favorece definir estratégias de ação em sincronia com condições espaciais específicas, sendo nessa dimensão que o papel do Estado nacional brasileiro deve ser compreendido.

Os governos se referem à arte de governar, não apenas instituições, mas também as pessoas e as coisas, e a todo o universo de relações que esses dois elementos constituem (FOUCAULT, 1979). Segundo Foucault, a governamentalização do Estado lhe garantiu sobreviver, a despeito de todas as conjunturas históricas; portanto, contemporaneamente, são governos que: recepcionam novas idéias, visualizam cenários, definem estratégias, implementam reformas, promovem decisões, selecionam projetos a receber financiamentos, planejam ações. Enfim, sob a governamentalização dos Estados, emerge a proposta brasileira de desenvolvimento, na qual se encontram imbricadas a economia, a sociedade e o meio ambiente, que conduz a supor que afeta em particular a Amazônia. Mencionar a governamentalização do Estado brasileiro não significa que a proposta tenha alcançado êxito ou não, nosso intuito foi de destacar o conceito, que permite classificar a reformulação qualitativa no campo político brasileiro na última década do século passado.

## Capítulo 4

### Oiapoque: “aqui começa o Brasil”

*O Oiapoque, em que tanto se falara nas explosões de patriotismo, nas contendas e nos tratados internacionais – farta literatura o demonstra – ficara só um acidente geográfico, nenhum brasileiro a percorrer-lhe as cristalinas águas, a aproveitar-lhe o abundante pescado, a facilitar-lhe a árdua tarefa de sentinela do Setentrião da Pátria<sup>13</sup>.*

#### 4.1 O estudo de campo: a coleta das informações.

As palavras do biógrafo do Oiapoque Pe Rogério Alicino foram escritas em 1971 e faziam referência ao abandono em que foi relegada a região após a sentença arbitral que reconheceu em definitivo a soberania brasileira sobre aquelas terras. Apesar de já transcorridos trinta e seis anos do momento em que foram escritas, as palavras servem para demonstrar que transformar potencialidades em produtos é um trabalho árduo, que requer um adequado encaminhamento.

Para verificação *in locus* da opinião dos moradores de Oiapoque sobre a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa, realizou-se um estudo de campo entre os dias 11 e 18 de novembro de 2007. As técnicas de coleta de dados selecionadas foram: a observação simples,

---

<sup>13</sup> Pe Rogério Alicino.

associada a entrevistas semi-focalizadas, por serem mais apropriadas aos estudos qualitativos de caráter exploratório (GIL, 2006).

A observação foi direcionada aos lugares de maior concentração de pessoas na cidade, quais sejam:

- Avenida Barão do Rio Branco e a Rua Joaquim Caetano da Silva na orla do rio Oiapoque, ambas formam o eixo mais importante do centro comercial;
- A praça da cidade – ladeada de bares e restaurantes – para onde se dirigem ao fim do dia tanto moradores, quanto turistas.

Também foi feito o registro do trecho onde a BR-156 finaliza, local previsto para a construção da ponte internacional. A obra da BR-156 é a de maior relevância, senão a única, no âmbito da cooperação fronteiriça.

Para apreender qual é o nível de intervenção do Estado brasileiro no município e quais atividades recebem maior atenção, foram feitas entrevistas com os funcionários das instituições federais representadas na cidade: Polícia Federal, Inspetoria da Receita Federal, Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ministério da Defesa (Exército), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).

Todas as instituições foram visitadas. Considera-se ter alcançado o volume de informações suficientes ao objetivo proposto pela investigação. As atuações mais expressivas do poder central foram constatadas no 34º Batalhão de Infantaria de Selva, 1ª Companhia de Fuzileiros de Selva, Companhia Especial de Fronteira/Clevelândia do Norte; no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente; e na Polícia Federal.

As demais entrevistas efetivaram-se com moradores da cidade: comerciantes; funcionários públicos estaduais; motoristas das caminhonetes que fazem o transporte

Macapá/Oiapoque/Macapá; um membro do Conselho das Montanhas de Tumucumaque; dois franceses, um legionário aposentado e um médico em atividade na localidade de Camupi (Guiana Francesa). Com esse *corpus* de dados elaborou-se este capítulo final, que tem a pretensão de relatar as informações coletadas no intento de indicar futuras possibilidades de pesquisa.

Antes de iniciar o relato proposto considerou-se conveniente apresentar alguns dados sobre a história do município e alguns índices obtidos junto a Confederação Nacional dos Municípios.

#### **4.2 Dados gerais do município.**

Após a solução do impasse diplomático em relação à definição dos limites entre Brasil e França na América do Sul, as terras que correspondem hoje ao Amapá foram incorporadas ao estado do Pará e, conforme relata Pe Rogério Alicino (1971), ainda continuaram os franceses a explorar a região fronteira, abandonada que estava das autoridades brasileiras. Em 1919, o então senador pelo Pará Justo Chermont apresentou um orçamento ao Congresso da República pedindo autorização “... para fundação de patronatos e colônias de nacionais na fronteira do Oyapock, de acordo com o Governo do Estado, dando preferência aos emigrados do Nordeste brasileiro...” (*Idem*, p. 71). Justificava sua solicitação tendo em conta o grande número de migrantes nordestinos em fuga da intensa seca que atingia o nordeste brasileiro. Para Chermont a iniciativa configurava-se como patriótica, pois, levaria os flagelados pela seca a ocupar um vazio demográfico que tornava a fronteira setentrional vulnerável à presença estrangeira. Desse modo, foi formada a Comissão Colonizadora do Oiapoque chefiada pelo engenheiro Dr Gentil Norberto. Em maio de 1922, foi oficialmente inaugurada a Colônia



Agrícola de Clevelândia do Norte, uma homenagem a Grover Cleveland, presidente dos EUA e árbitro na contenda do Acre, em que o Brasil saiu vitorioso (ALICINO, 1971, p. 85).

Entretanto, acontecimentos políticos no sudeste brasileiro (Movimentos Tenentistas de 1922 e 1924) acabaram transformando a Colônia Agrícola num lugar de desterro para prisioneiros políticos e criminosos comuns. Este fato alterou a rotina de Clevelândia de tal modo, que já em fins da década de 1920 estava em franca extinção, situação que permaneceu até 1940 quando Clevelândia passou à administração do Exército brasileiro (*Idem*, pp. 94-102).

A Colônia Militar de Oiapoque fundada, à mesma época, deveria cumprir os seguintes desideratos: “... a) Nacionalizar a fronteira que ocupa; b) Criar e fixar núcleos de população nacional; promover o desenvolvimento da população nacional...” (*Ibidem*, p.105).

A cidade de Oiapoque foi denominada (conforme tradição toponomástica) inicialmente de Martinique, devido ser lugar de residência de seu primeiro morador, Emile Martinique. Com a criação do Território Federal do Amapá (1943), foi elevada à categoria de município (julho de 1945). Abaixo alguns dados estatísticos sobre Oiapoque:

- IDH municipal em 2000: 0,738;
- População: 12.886, conforme censo demográfico de 2000 (IBGE);
- Área territorial: 22.625 km<sup>2</sup>, que representa 15.8422 % do estado do Amapá 0.2663% do território nacional;
- Distância da capital do estado Macapá: 431 km<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Confederação Nacional dos Municípios [on line]. Disponível na Internet: [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br). [30 nov. 2007].

### 4.3 A observação e as entrevistas com os moradores de Oiapoque.

A cidade de Oiapoque não apresenta infra-estrutura básica. As ruas e avenidas, como visto no capítulo anterior, não são pavimentadas e, até onde foi possível observar, apenas a Av. Barão do Rio Branco e a Rua Joaquim Caetano da Silva apresentam uma fina camada de asfalto. A orla fluvial, cartão de visita da cidade, foi contemplada com o financiamento do projeto de urbanização – numa parceria governo federal e estadual – contudo a obra está parada há cerca de um ano (figuras 11 e 12), tempo também de afastamento do prefeito Manoel Elicio por improbidade administrativa.



Figura 11. Obra incompleta.

Fonte: Carmentilla Martins em 12/11/2007.



Figura 12. Obra incompleta.

Fonte: Carmentilla Martins em 12/11/2007.

Não há calçamento, monturos de lixos espalhados por todos os cantos da cidade, os quais favorecem a proliferação de moscas. A construção da rodoviária da cidade está praticamente concluída, mas ninguém sabe informar porque ainda não foi inaugurada, de modo que os passageiros desembarcam na praça central da cidade.

Na praça central (figuras 13 e 14) se reúnem diariamente pessoas para beber, comer, conversar e “paquerar”. Ao indagar sobre a causa daquela movimentação, mesmo durante a semana, a resposta recaiu sobre o turismo sexual, fortalecido pela presença de garimpeiros e de franceses, os quais possuem duas moedas fortes: o ouro e o euro. Nessa atividade turística, o custo pode variar entre R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 100, 00 (cem reais), por “programa”, mas o valor pode subir, dependendo da demanda. Assim comenta a população local.



Figura 13. Situação da praça central. Fonte: Carmentilla Martins em 14/11/2007.



Figura 14. Situação da praça central. Fonte: Carmentilla Martins em 15/11/2007.

Um fato que indica o intenso trânsito de franceses é a presença de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e lanchonetes. O comércio da cidade também é bastante diversificado, existem lojas que vendem produtos populares, mas também *boutiques* ou lojas que atendem a um público mais exigente. Em decorrência da circulação do euro, o custo de vida é relativamente alto.

Sra. Maria José Souza Chagas, residente em Oiapoque aproximadamente há quinze anos, proprietária de uma loja de *griffes*. A empresária reclamou da falta de infra-estrutura na cidade que afasta os turistas. Também disse que o projeto de vida das brasileiras residentes em Oiapoque é conseguir um relacionamento estável com um francês.

Citou casos de ex-prostitutas que tiveram tal sorte e hoje vivem bem. Mas também lembra que algumas brasileiras não conseguem se “comportar” e acabam abandonadas numa “pior”. Relatou casos de franceses que chegam a gastar R\$ 5.000, 00 (cinco mil reais) em “agrados” às suas namoradas brasileiras.

Sr. Firmino Bispo Martins, conhecido como Mascate, presidente da Associação Comercial de Oiapoque, residente há onze anos na cidade, participava inicialmente de todos os encontros promovidos em torno da cooperação, mas devido à falta de apoio das autoridades foi tomado pelo desengano e acabou por se afastar de tais atividades.

Comentou que o encontro entre os presidentes Lula e Sarkozy, previsto para acontecer ainda este ano, deve estar relacionado à construção da ponte internacional e não com os problemas e entraves atuais à cooperação. Segundo Firmino, os franceses estão resistindo em construir a ponte no local anteriormente selecionado, ponto mais estreito do rio, que do lado brasileiro a BR-156 já está aberta até a beira do rio Oiapoque (figura 15 e 16). Divergem brasileiros e franceses quanto à localização da ponte, pois onde está prevista sua construção exigiria que a França providenciasse a abertura de uma estrada em meio à mata fechada, ao contrário, se a ponte for deslocada de Oiapoque para Vila Vitória (localidade que fica distante

do centro de Oiapoque, aproximadamente 2 km), isso não seria mais necessário. Por outro lado toda a obra realizada no lado brasileiro estaria perdida e caberia ao Brasil abrir um novo trecho de estrada até a margem do rio (figura 17).



Figura 15. Trecho da BR-156 que conduz ao lugar onde será construída a ponte internacional.

Fonte: Carmentilla Martins em 15/11/2007



Figura 16. Trecho da BR-156.

Fonte: Carmentilla Martins em 15/11/2007.



Figura 17. A outra margem do rio Oiapoque, lugar em que os franceses deveriam abrir o acesso a ponte.

Fonte: Carmentilla Martins em 15/11/2007

Outro ponto destacado por Firmino diz respeito às relações comerciais, bastante impulsionadas no início da cooperação, que se deterioraram em função do crescimento da atividade de garimpagem. Ele afirmou que a entrada de garimpeiros em condição ilegal provoca uma severa reação francesa, que acaba por se estender a todos os brasileiros que chegam a Saint Georges, mesmo aqueles que poderiam ser classificados como turistas eventuais. A garimpagem ilegal, na opinião de Firmino, é a grande responsável pelo esfriamento das relações comerciais entre as duas cidades, para ele, não estão os franceses errados em combater a garimpagem ilegal; errados são os brasileiros que praticam tal atividade, que de passagem traz outro grave problema nas relações fronteiriças: a prostituição. Segundo suas informações, os garimpos localizam-se na área de Camupi (lado francês), ocupada por aldeias indígenas. Em frente a Camupi existe a Vila Brasil, povoado ribeirinho que serve de base logística a garimpagem ilegal praticada por brasileiros no outro lado da fronteira.



É de Vila Brasil que saem mantimentos, combustível e demais gêneros necessários à manutenção dos garimpeiros; ele afirmou que um amigo seu ganha cerca de dez gramas de ouro para transportar nas costas um galão com 30 litros de óleo ou fardo de mantimentos, o tempo em média que leva para realizar a tarefa é de aproximadamente uma semana. Ressalta que a repressão francesa, operada pelas instituições: *Gendarme*, *Service de Police aux Frontières* e Legião Estrangeira, todas com poder de polícia, não consegue acabar com o problema. Quando uma dessas polícias encontra um garimpo destrói tudo, prende os brasileiros e os deporta para Belém. Segundo Firmino, de nada adianta, pois, no mesmo dia os brasileiros pegam o primeiro navio para o Amapá e voltam a Oiapoque, de onde seguem para os garimpos ilegais. Firmino disse que o fluxo de garimpeiros é tão intenso que o trânsito Macapá/Oiapoque é garantido diariamente por sessenta camionetes e cinco ônibus.



Figura 18. Porto de embarque/desembarque. Catraias que fazem transporte de gêneros aos garimpos.

Fonte: Carmentilla Martins em 17/11/2007.

Bruno Terra Alta, consultor de comércio exterior prestando serviços para uma empresa americana, em fase de negociação para prestar seus serviços à empresa européia, acusa o poder municipal pelo fracasso da cooperação. Declara também que o governo federal prometeu investir em infra-estrutura na cidade e não cumpriu. Ele afirma relacionar-se muito bem com o pessoal do outro lado e que a França concebe o Amapá como entorno fronteiriço. Para os franceses, quanto mais tranqüila transcorrer a vida em Oiapoque, menores os problemas que atravessam o rio e chegam do outro lado da fronteira. Bruno Terra Alta também acusa os brasileiros legalizados de discriminar outros brasileiros, inclusive negando-se a falar o português. Bruno alerta que o “jeitinho brasileiro” torna as relações fronteiriças complicadas, ou seja, os brasileiros querem sempre levar vantagem à custa dos franceses. Ele também se queixa da atividade de garimpagem. Para ele, a cooperação fronteiriça poderia trazer bons resultados por meio do turismo, mas alerta que sem infra-estrutura não há como promover o turismo local. Em sua opinião, a única alternativa de superar a retórica e converter a cooperação em ganhos mais efetivos é com a intervenção direta de uma política do Estado brasileiro, o entrevistado lembrou que o senador pelo Amapá, Sebastião Rocha (Bala) elaborou algum tempo atrás um projeto de lei com vista a transformar Oiapoque em território federal e tem esperança que isso um dia se torne realidade.

Sr. José Abreu Vieira, conhecido como Zezinho, proprietário do Hotel Cristal, que freqüentemente viaja a Camupi, questionou a informação prestada por Bruno Terra Alta, de que os brasileiros ilegais sejam os grandes culpados da repressão imposta na Guiana Francesa aos outros brasileiros. Ele afirmou que nem o Brasil, nem a França dispõem de meios eficientes para acabar com a garimpagem ilegal, o tráfico de drogas ilícitas e a prostituição nessas áreas. Zezinho afirmou que a cooperação inflacionou o valor da mão-de-obra especializada na cidade, em especial pedreiros e carpinteiros; pois esses profissionais encontram trabalho fácil e melhor remunerado na Guiana Francesa. Ele informou que isso



começou na época da construção da Base Espacial de Kourou, quando os franceses necessitavam de mão-de-obra qualificada e barata e não se importavam tanto com a presença dos brasileiros, mesmo aqueles em condição ilegal.

Francis Venu, francês, médico especialista em emergências, residente em Camupi há dois anos, informou que as autoridades francesas proibiram qualquer tipo de atendimento médico aos brasileiros, quando acontece de chegar um brasileiro acidentado no posto médico em que trabalha, atende por solidariedade, mas sob pena de perder o emprego; portanto, assim que presta o socorro mais imediato, manda-o embora rapidamente. Afirmou ser muito alto o consumo de bebidas alcoólicas entre os índios. Também comentou que muitas mulheres índias engravidam e atravessam para o outro lado da fronteira um pouco antes do parto. A atitude tem como objetivo receber o auxílio financeiro que o governo da França concede às mulheres, cujos filhos nascem em seu território. Para melhor exemplificar afirmou que uma mulher que tem oito filhos chega a receber três mil euros por mês.

Em relação aos indígenas é importante ressaltar sua livre mobilidade através da fronteira, devido a antigas tradições sócio-culturais e/ou laços de parentesco. As terras indígenas Uaçá I e II formam uma *zona-tampão indígena* no lado brasileiro da fronteira e abrigam as etnias *Galibi Marworno, Palikur, Karipuna do Amapá*, numa média 3.600 índios (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, 2005).

Nestor del Aguila del Aguilar, peruano, membro do Conselho do Parque Nacional do Cabo Orange<sup>15</sup>. Em sua entrevista falou da importância de “poder falar” pela população na defesa do patrimônio natural que o Parque Nacional do Cabo Orange contém. Acredita estar, dessa forma, contribuindo para a continuidade das gerações futuras, inclusive sua própria

---

<sup>15</sup> Organismo de gestão participativa do Parque Nacional do Cabo Orange, em consonância com Lei Federal 9985 de 18 de julho de 2000, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

descendência; as reuniões, encontros e oficinas de treinamento promovidas pelo Conselho contribuem para que a atuação dos conselheiros seja potencializada.

A partir da fala desses entrevistados selecionamos algumas questões que merecem destaque em função da frequência com que apareceram nas demais entrevistas realizadas: a garimpagem ilegal e tudo que ela traz de passagem; a ampliação do controle à entrada de brasileiros em Saint Georges que tem gerado constrangimentos; as esperanças da população em torno da construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque; a deterioração do relacionamento comercial na fronteira; o turismo sexual praticado pelos franceses na cidade de Oiapoque; e a mais recorrente de todas, percebida na maioria das entrevistas, diz respeito à ausência do governo federal na concretização da cooperação fronteiriça, indicada como grande responsável pelo esfriamento dos relacionamentos fronteiriços. Mesmo assim a população de Oiapoque ainda acredita que a cooperação poderá beneficiar a cidade.

#### **4.4 As entrevistas nas instituições representativas do Governo Federal.**

A Inspetoria da Receita Federal cuida da arrecadação tributária, a atividade mais rotineira é o controle na entrada de veículos. Por não se tratar de delegacia, não tem poder de polícia. O combate ao contrabando fica a cargo da Polícia Federal. Não há registro de operações realizadas no âmbito da cooperação fronteiriça. A fronteira foi classificada como pacata, sem grandes problemas.

Na Funai, as informações obtidas estão relacionadas ao trânsito de indígenas de um lado a outro da fronteira, que, antes da eleição de Sarkozy, não causava maiores problemas, contudo a orientação do novo Governo francês é de intensificar o controle quanto a entrada de brasileiros, índios ou não. A diretora disse que em junho de 2007 houve uma prisão de índios,

fato que lhe obrigou a enviar um documento ao Itamaraty solicitando orientação quanto a forma de tratar a questão em face da nova situação, pois nos governos anteriores os índios brasileiros tinham livre acesso.

A Coordenação de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, departamento da ANVISA realizam a fiscalização fito-sanitária na fronteira; a maior preocupação é com a possibilidade de penetração de portadores de dengue, sub-tipo 4, o mais agressivo, e febre amarela silvestre. Não há registro de ações no âmbito da cooperação fronteiriça. Os serviços de fiscalização e controle ficam comprometidos por conta da extensão da fronteira e a insuficiência de recursos humanos e materiais.

O órgão que sinalizou com alguma ação mais efetiva no âmbito da cooperação foi o IBAMA. As iniciativas para a elaboração de programas e projetos Guiana/Amapá foram iniciadas em 2005, como também o reforço às ações de cooperação regional. Nos encontros, houve conveniência a ambas em ampliar o diálogo sobre possíveis cooperações triangulares, tendo como beneficiários principais, os países da América Latina. Foi igualmente ressaltada a importância de adequar um quadro político-institucional apto ao exercício de funções como controle e fiscalização na fronteira e no rio Oiapoque. Foram identificados dois problemas graves, que exigem esse tipo de ajuste: garimpos clandestinos e a falta de recursos humanos.

Encontra-se em fase de finalização o Projeto OYANA (Programa Oiapoque Natureza), um Programa de Gestão Integrada Transfronteiriça da Zona Estuarina do Rio Oiapoque - Cooperação Brasil-França. A execução do projeto ficou ao encargo *Parc Naturel Regional de la Guyane* (PNRG) e Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO). Abaixo a localização da área do projeto (figura 19). Imagens cedidas por Kelly Bonach (IBAMA/Oiapoque).

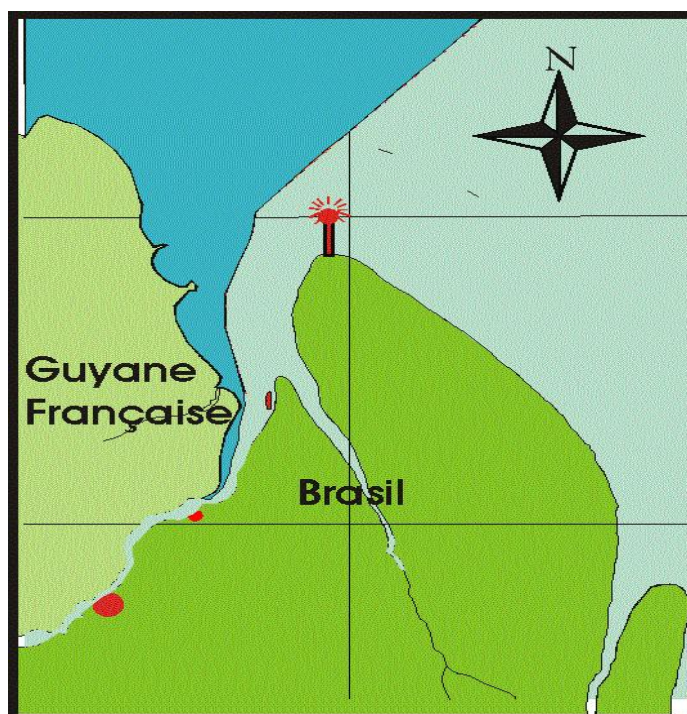


Figura 19. Identificação da área do Projeto Oyana.

Fonte: IBAMA/Oiapoque

Os entraves à cooperação estão relacionados às políticas, divergentes em vários aspectos. A legislação francesa, por exemplo, não contempla crimes ambientais e permite caça às espécies silvestres. Outro problema é a questão dos vistos, pois mesmo com a supressão prevista na Declaração Conjunta Brasil/França em maio de 2006 na qual

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva registrou sua satisfação com o anúncio da decisão do Governo da França de suprimir a exigência de visto de curta duração para passaportes, desde que mediante a apresentação de passaporte diplomático e de serviços brasileiros para o acesso ao território da Guiana Francesa (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 2006).

Mesmo assim o *Service de Police aux Frontières* não permite que brasileiros ultrapassem a cidade de Saint Georges. Por ocasião de uma visita técnica de uma comitiva do

Ibama, convidada a participar de um evento ambiental promovido em maio de 2007 pelo *Parc Naturel Regional de la Guyane*, os membros da comitiva sofreram constrangimentos e foram impedidos de seguir para Caiena, local do evento. Apenas aqueles com passaportes que continham vistos, conseguiram prosseguir em viagem. O constrangimento foi de tal maneira agravante que Kelly Bonach, analista ambiental do Ibama, partícipe da comitiva, escreveu uma carta ao Itamaraty relatando o acontecimento e solicitando providências.

Tanto o 34º Batalhão de Infantaria de Selva. 1ª Companhia de Fuzileiros de Selva. Companhia Especial de Fronteira – Clevelândia do Norte, quanto a Polícia Federal possuem funções relacionadas a controle, vigilância e fiscalização. Algumas operações nesse sentido são realizadas em conjunto com a *Gendarme* e o *Service de Police aux Frontières*. O foco das operações da Polícia Federal é o tráfico de drogas ilícitas, garimpos clandestinos, ou mesmo contrabando de metais pesados, como urânio.

O comandante em Clevelândia informou que existe uma preocupação do Exército brasileiro em defender o patrimônio genético de nossa biodiversidade, pois é difícil definir até que ponto vai a cooperação científica e onde começa a biopirataria, pois lembra que conhecimento e recursos naturais são, contemporaneamente, sinônimo de poder. Ele relatou que existe uma rota de tráfico internacional de drogas ilícitas pelo Suriname, mas que não está ativa. Poderia ser ativada, caso a rota pela Venezuela, de algum modo, fosse fechada. Em sua opinião, os pontos de convergência entre Brasil/França necessitam ser ampliados para que a cooperação se torne mais objetiva. Alegou que os cuidados do governo francês devem-se mais à Base Espacial de Kourou, do que com desenvolvimento da Guiana Francesa. Resultados da cooperação fronteiriça adviriam das paisagens naturais, cujo potencial merece ser desenvolvido. Observou que apesar das freqüentes queixas francesas dos garimpos ilegais e das operações conjuntas de combate, até o momento de nossa entrevista não havia registro de

nenhuma grande apreensão de ouro. Faz-se então a pergunta: onde está o ouro garimpado pelos brasileiros?

Passados onze anos da celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/França, as relações fronteiriças entre Oiapoque e Saint'Georges, segundo as informações coletadas, em vez de evoluírem, deterioraram-se. A promessa de desenvolvimento sócio-econômico contido na cooperação fronteiriça, que também garantiria incorporar comercialmente o Amapá ao Platô das Guianas – num esforço em superar seu relativo isolamento em relação ao restante do território nacional – até o dia de encerramento do estudo de campo não havia se concretizado.

Reitera-se que o objetivo deste capítulo foi apontar novas possibilidades de investigação, por esse motivo ele se apresenta em caráter exploratório. Através da observação e das entrevistas, buscou-se verificar o que foi ou está sendo realizado no âmbito da cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa. O levantamento de informações junto às representações do governo federal na cidade prestou-se a qualificar o nível de intervenção do Estado na área. Tendo em conta as funções dos órgãos federais, tanto a fiscalização quanto vigilância (apesar de a fronteira ser caracterizada como tranqüila), parecem indicar que a atuação do Estado ainda se faz na perspectiva de constituir um espaço sob controle. Também não se poderia deixar de relatar como parcela da população local concebe a cooperação fronteiriça. A reflexão sobre tais opiniões conduz a se pensar novamente na noção de governamentalidade elaborada por Foucault (1979), pois o local da fronteira, as pessoas que nele vivem e os recursos naturais que contém ainda carecem de novas análises. Pois o campo político brasileiro continua a ter o poder do Estado, e, considerando a disposição hierárquica dos campos, que seja redimensionada sua intersecção com o campo social.

## Considerações Finais

Faz parte do senso comum no mundo contemporâneo associar à globalização todas as transformações que caracterizaram a passagem do século XX para o XXI. Tornou-se freqüente definir as mais variadas causas para a globalização: a transnacionalização do capitalismo; a emergência de temáticas que dizem respeito a toda humanidade, caso da questão ambiental ou do terrorismo; a revolução tecnológica que encurtou distâncias e favoreceu a comunicação humana sem presença física; muitas outras causas lhe poderiam ser atribuídas. Na mesma medida, a globalização passou a ser apontada como causa: da crise dos Estados nacionais; da desfuncionalização das fronteiras por conta dos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços, capitais; e dos processos de integração entre nações.

O ponto de partida deste trabalho foi perceber que por conta das configurações da globalização, muitos fatos foram sendo entendidos simplesmente como parte desse processo. Se assim fosse, pareceria mesmo natural, que Brasil e França celebrassem um acordo que contemplasse a cooperação na fronteira Amapá/Guiana Francesa. Contudo, as informações históricas sobre o processo de definição dos limites nessa fronteira indicam que sua demarcação não foi resultante de um relacionamento fronteiriço propriamente cooperativo.

Somente em termos históricos foi possível diagnosticar que a institucionalização da cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa enunciava uma mudança na perspectiva política brasileira em referência a referida fronteira.

A institucionalização da cooperação fronteiriça Brasil/França foi tomada como objeto de análise, na medida em que, a partir dela se tornou possível alcançar as diretrizes estabelecidas no campo político brasileiro em face dos desafios – internos e externos – que se impunham na última década do século XX.

Na sociedade brasileira o momento era de transição, retomava-se o regime democrático e, com o Plano Real, conseguira-se controlar a inflação, que na década anterior, havia sido o grande fantasma daqueles envolvidos com a elaboração de uma política macro-econômica que conseguisse colocar o Brasil novamente no caminho do desenvolvimento.

Ao observar os acontecimentos em curso para além das fronteiras nacionais, os governantes brasileiros perceberam que “lá fora” também os tempos eram de grandes transformações. Caíra o muro de Berlim e com ele toda ordem bipolar vigente. Debatia-se em torno da questão ambiental o futuro da humanidade. Conceitos como transnacionalidade e supranacionalidade, ou expressões como desfuncionalização das fronteiras, colocavam em pauta o possível desaparecimento dos Estados nacionais.

Sob os auspícios de tais desafios, o campo político brasileiro precisava reformular-se, não bastaria elaborar políticas setoriais pontuais, era preciso romper com o modelo de Estado anterior, ineficiente para responder satisfatoriamente às urgências do presente, e ineficaz diante dos cenários que delineavam o futuro.

Para manter-se como *locus* do poder, o campo político brasileiro buscou debater a reformulação. Não era suficiente uma política econômica que assegurasse a estabilidade, o momento exigia mais, era necessário também modificar dispositivos constitucionais e institucionais. Contudo, simultaneamente, a prudência recomendava não se deixar levar pelos acontecimentos, isso poderia indicar uma fragilidade, que naquele momento seria danosa à condução das reformas. A transição político-institucional havia de atender por um lado à solução de eventuais urgências, e, por outro lado, não denotar qualquer tipo de vulnerabilidade do Estado, pois disso dependia a manutenção do poder em postular os códigos mais amplos da sociedade.

O Estado brasileiro se governamentalizou, ou seja, não foram os mecanismos de controle e regulação que se alteraram, mais as diretrizes e as estratégias de ação e intervenção,



o que põe em foco o governo. O governo contempla o saber que singulariza a administração estatal, por isso pode ser identificado nos planejamentos. A análise dos PPA's 1996-2003 revelou quais idéias estruturaram tanto as diretrizes, como as estratégias de ação e intervenção.

A reformulação qualitativa do campo político brasileiro se expressa na redução de instituições e na modificação de funções. No âmbito dessas colocações respondemos a pergunta que norteou esse texto: qual o significado de fronteira cooperação no campo político brasileiro? A concepção geoeconômica do território brasileiro provê entendimento do conteúdo que o conceito contempla. A re-organização do território sob a visão geoeconômica de espaço pressupôs articular as regiões brasileiras conforme suas potencialidades. Assim sendo, tendo em conta as configurações da globalização, tais potencialidades foram dimensionadas em um contexto global. Os lugares seguiram a mesma lógica.

O processo de integração entre países se apresenta vantajoso: por um lado protege as economias nacionais dos efeitos nocivos da intensa competitividade estabelecida no campo econômico mundial; por outro lado, entidades transnacionais, a exemplo do Mercosul e União Européia, adquirem maior poder de barganha no campo político mundial.

No âmbito dessas colocações, evidencia-se que a contigüidade presente nas fronteiras é a potencialidade que deve ser aproveitada em favor dos interesses nacionais. Os lugares de fronteira atendem à logística do processo de integração, conforme indicação da formulação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, os quais devem articular-se aos Eixos de Integração e Desenvolvimento definidos no projeto de integração da América do Sul. O Programa Fronteira Norte se enquadra nessa diretriz, cujo objetivo é promover a integração do norte do Brasil com os países da fronteira. A BR-156 faz parte desse programa. A institucionalização da cooperação fronteira Amapá/Guiana Francesa deve ser dimensionada nessa nova perspectiva política.

Para a geografia econômica que cartografa as fronteiras nacionais, elas deixam de ser limites a definir discontinuidades entre soberanias, e passam a ser percebidas como espaço que pode potencializar a continuidade, seja na solução de problemas, seja na consecução de objetivos. A inserção da variável espaço nos projetos e programas estatais poderia vir a ser muito importante, caso fosse acompanhada da variável tempo, pois no tempo se constroem visões de mundo, as quais permeiam a mudança nas configurações espaciais.

As considerações finais devem ser compreendidas como o momento em que se acredita ter alcançado o objetivo proposto neste trabalho. Porém, as considerações finais não significam que o tema esgotou-se, mas que foi cumprida uma etapa na construção de um conhecimento. Mereceria uma investigação, por exemplo, entender o porquê da letargia em que se encontra atualmente a cooperação fronteiriça Amapá/Guiana Francesa, que foi observada durante o estudo de campo realizado em Oiapoque.

## Referências

ALICINO, Rogério. **Clevelândia do Norte**. Publicação 420. – Biblioteca do Exército-Editora, 1971. (Coleção Taunay)

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII”. In **Revista Arralbades**, ano I, n 2, Rio de Janeiro, setembro/dezembro de 1988.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. – 4ª reimpressão da 2ª edição. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

AMAPÁ. Agência de Desenvolvimento do Amapá. Departamento de Relações Internacionais. Documentos Diversos sobre a Cooperação Transfronteiriça Amapá/Guiana Francesa.

ARAÚJO, Emmanuel. “Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais”. In DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ARROYO, Mônica. “O processo da globalização e a integração regional”. In STROHAECKER, Tânia Marques et al. **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre. 1998.

BARBOSA, Rui. *A Imprensa*. In PARANHOS, José Maria da Silva. **Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica**; texto de Rubens Ricupero; organização, iconografia, legendas de João Hermes Pereira de Araújo, com a colaboração de Ricardo Joppert; – 2ª ed. rev. e ampl. Pelo autor. – Brasília: FUNAG:CHDD, 2002.

BECKER, Bertha. “Geopolítica na Amazônia”, **Estud. av.**, São Paulo, v.19, n. 53, 2005. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-14402005000100005&en=nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-14402005000100005&en=nrm=iso). Acess on: 11 Nov 2006. doi: 10.1590/S0103-14402005000100005.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**; texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; tradução Denice Bárbara Catani. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos**: por um movimento social europeu; tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal por um movimento social europeu; tradução Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa. Decreto nº 2.200, de 08 de Abril de 1997. Disponível em: [www2.mre.gov/dai/francoperacao.htm](http://www2.mre.gov/dai/francoperacao.htm). Acesso em 20 Nov 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Declaração Conjunta Brasil/França. Brasília 25 Maio 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento e Orçamento. Plano Plurianual 1996-1999. – Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2000-2003. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. AZEREDO, Luiz Cezar Loureiro de. “Desenvolvimento Sustentável da Faixa de Fronteira”. – Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BURSZTYN, Marcel. “Políticas públicas para o Desenvolvimento (Sustentável)”. In BURSZTYN; Marcel. **A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos sócio-ambientais**; 2ª edição. – Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

CALMON, Pedro. In FRANCO, Álvaro da Costa. CRUZ, João Batista (orgs.). **Rio Branco por grandes autores**. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “O Trabalho na Colônia”. In LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. – 9ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

CARVALHO, João Rênor F. de. **Momentos de História da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. “O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje”. In GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999.

CASTRO, Marcos Faro de. **Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos**. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. – Rio de Janeiro: Ed Bertrand, 1990.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992. (Relações Internacionais).

CERVO, Amado Luiz. “O final do século XX: dificuldades para construção de uma ordem global”. In SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Relações Internacionais - Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 aos nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001. (Relações Internacionais, II)

DAMATTA, Roberto. “Estado e sociedade: a casa e a rua”. In DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. – Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DORATIOTO, Francisco. “Rio Branco e a consolidação da Amazônia brasileira: A Questão do Amapá”. In SARNEY, José. MOURÃO, Gonçalo Mello. DORATIOTO, Francisco. COELHO, Mauro Cezar. CÔRREA, Luiz Felipe de Seixas. **Rio Branco e a Questão das Fronteiras com a Guiana Francesa**. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editorações e Publicações, 2003.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios; 1: Estado, processo e opinião pública; organização e apresentação, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort; tradução textos em inglês, Sérgio Benevides; textos em alemão, Antonio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

FALCON, Francisco. MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. – Rio de Janeiro: Ed Campus, 1989. (Contribuições em Ciências Sociais).

FAULHABER, Priscila. “A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema”, **BIB**, São Paulo, nº 51, 1º semestre de 2001.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FAUSTO, Boris. DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**; tradução dos textos em castelhano por Sérgio Molina. – São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**: nascimento e crise do estado nacional; tradução Carlo Coccioli, Márcio Lauria Filho; revisão da tradução Karina Jannini. – São Paulo: Martins e Fontes, 2002. (Justiça e direito).

FERRO, Marc. **História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX**; tradução Rosa Freire d’Aguilar. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **O livro negro do colonialismo**. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 7ª reimpressão da 5ª edição. – São Paulo: Atlas, 2006.

GAMA, Ruy. “Cooperação pós-colonial”. In HAMBURGUER, Amélia Império et al. **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. – São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GÓES, David Souza. **Estudo das estratégias desenvolvidas nas micro e pequenas empresas, no comércio varejista de materiais de construção de Macapá, estado do Amapá**. 2007, Dissertação de Mestrado (Maestria em Gestión de Empresas) – Universidad Autonoma de Asuncion; Assunção, Paraguai.

GÓES FILHO, Synésio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras no Brasil.** – São Paulo: Martins e Fontes, 1999. (Temas Brasileiros)

GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**; coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lília Moritz Schwarcz. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 4).

GORENDER, Jacob. “Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização”, **Estud. av.**, vol. 9, no. 25, São Paulo. Sept/Dec. 1995.

HELD, David. McGrew, Anthony. **Prós e contras da globalização**; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**; tradução Alex Marins. – São Paulo: Martin Claret, 2006. (Série Ouro)

HOBBS, Thomas. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. “Globalização: Novo paradigma das ciências sociais”. **Estud. av.**, vol.8, no.21, São Paulo. May/Aug. 1994

\_\_\_\_\_. “A política mudou de lugar”. In DOWBOR, Ladislau. IANNI, Octávio. RESENDE, Paulo-Edgar A. **Desafios da Globalização.** – Petrópolis: Vozes, 1997.

KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** – São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LAFER, Celso. “Política Externa Brasileira: Reflexão e Ação”. In MARCOVITCH, Jacques (org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MACHADO, Lia Osório. “Limites, Fronteiras, Redes” In STROHAECKER, Tânia Marques et al. **Fronteiras e Espaço Global.** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros. – Seção Porto Alegre, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997. (Biblioteca Básica).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**; tradução Maria Júlia Goldwasser; revisão Roberto Leal Ferreira. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARIN, Rosa E. Acevedo. “Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos”. In GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). **Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003. (Relações Internacionais, 9)

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a globalização**. – São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MUÑOZ, Heraldo. **A Nova Política Internacional**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. “Condições de privacidade na colônia”. In **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**; coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organização Laura de Mello e Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 1).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Amazônia Monopólio, Expropriação e Conflitos**. 5ª edição. São Paulo: Papirus, 1995.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. – São Paulo: Brasiliense, 2000.

PIMENTEL, Carlos Alberto de Azevedo. TROYJO, Marcos Prado. **O Relacionamento Brasil – França no Campo da Ciência e Tecnologia e da Cooperação Técnica**. Seminário Brasil – França. São Paulo, 1996.



PORTELLA, Eduardo. **Identidade Cultural, Estado, Cooperação**. Seminário Brasil – França. São Paulo, 1996.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000**. Macapá: SETEC, 2003.

PRADO JR., Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. 213 p. (Coleção Retratos do Brasil; 161).

\_\_\_\_\_. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira; A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa**. 2ª edição. Belém: SECULT, 1993. V. 1ª. 250 p. (Coleção Lendo o Pará; 15)

\_\_\_\_\_. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. – Belém: Secretaria de Estado e Cultura (SECULT), 1994.

\_\_\_\_\_. **Território do Amapá: perfil histórico**. – Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RESENDE, Paulo-Edgar. “A Federação como alternativa democrática nas relações entre as nações”. In DOWBOR, Ladislau. IANNI, Octávio. RESENDE, Paulo-Edgar A. **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “A condição da transnacionalidade”. **Série Antropologia** 223. Brasília, 1997.

RIO BRANCO, Barão. Despacho para Legação brasileira em Buenos Aires, 22/11/1904. In SARNEY, José. MOURÃO, Gonçalo Mello. DORATIOTO, Francisco. COELHO, Mauro Cezar. CÔRREA, Luiz Felipe de Seixas. **Rio Branco e a Questão das Fronteiras com a Guiana Francesa**. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editorações e Publicações, 2003.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**; 5ª edição. – Macapá: Valcan, 1998.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **Relações Internacionais - Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 aos nossos dias)**. Brasília: IBRI, 2001. (Relações Internacionais, II)

SARNEY, José. COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. (Coleção Brasil 500 Anos)

SARNEY, José. MOURÃO, Gonçalo Mello. DORATIOTO, Francisco. COELHO, Mauro Cezar. CÔRREA, Luiz Felipe de Seixas. **Rio Branco e a Questão das Fronteiras com a Guiana Francesa**. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editorações e Publicações, 2003.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto. SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado**. – 2ª edição. – São Paulo: ATLAS, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Conquista e Colonização da América Portuguesa – o Brasil Colônia”. In LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

SILVEIRA, José Paulo. “Eixos de Integração e Desenvolvimento da América do Sul. Concepção e Financiamento”. (*on line*). Disponível em <[www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/America%20do%20Sul/papers/Jose%20Paulo%20Silveira-palestra%20.Quito.doc](http://www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/America%20do%20Sul/papers/Jose%20Paulo%20Silveira-palestra%20.Quito.doc)>. [24 nov 2007]

THERY, Hervé. “Situações da Amazônia o Brasil e no Mundo”. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100003&Ing=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100003&Ing=pt&nrm=isso). Acesso em: 11 Nov 2006. doi: 10.1590/S0103-40142005000100003.

TOMASSINI, Luciano. **Relaciones Internacionales: teoria e practica**. – Santiago, Chile: PNUD-CEPAL, Proyecto de Cooperación com los Servicios Exteriores de América Latina, 1988.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: o Nacionalismo e a Política Externa Independente 1951 – 1964**. Petrópolis: Vozes, 1995. 325 p.

\_\_\_\_\_. “A política externa brasileira em transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo”. In MARTINS, Estevão Chaves de Resende (org.). **Relações**

**Internacionais: visões do Brasil e da América Latina.** – Brasília: IBRI, 2003.  
(Relações Internacionais; 9).

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações;** tradução Jean Melville. – São Paulo:  
Editora Martin Claret, 2005.

## **Anexos**

## Anexo - 1

### **LAUDO ARBITRAL de 1900 – Brasil/França**

**1 de Dezembro de 1900**

#### **O CONSELHO FEDERAL SUISSO**

Chamado pelos

#### **ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL E A FRANÇA**

A resolver como Arbitro o litígio que divide os dous Estados por causa das fronteiras do Brazil e da Guyana Franceza, Proferiu a sentença do teor seguinte:

#### **O TRATADO DE ARBITRAMENTO**

A 10 de abril de 1897 foi assignado no Rio de janeiro entre o Governo da Franceza e o Governo da República dos Estados Unidos do Brazil um tratado pelo qual os dous Estados encarregaram o Conselho Suisso de fixar definitivamente, por decisão arbitrai, as fronteiras do Brazil e da Guyana Francesa.

Nesse tratado as partes definirão como se segue as questões teem de ser resolvidas, assim como a natureza e a extensão da missão do Arbitro.

#### **ARTIGO I**

A República dos Estados Unidos do Unidos do Brazil pretende que, conforme o sentido preciso do art. 8 do tratado de Utrech, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o Oyapoc, que desagua no Oceano a oeste do cabo de Orange e que pelo seu thalweg deve ser traçada a linha de limites.

A República Franceza pretende que, conforme o sentido do art. 8 do tratado de Utrech, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o rio Araguay (Arawary), que desagua no Oceano ao sul do cabo do e que pelo seu thalweg deve ser traáca a linha de limites.

O Arbitro resolverá definitivamente sobre as pretenções das duas Partes, adoptando em sua sentença, que será obrigatória e appellação, um dos dous rios pretendidos ou, se assim entender, algum dos rios comprehendidos elles.

## ARTIGO II

A República dos Estados Unidos do Brazil pretende que o limite interior, parte do qual foi reconhecido provisoriamente pela Convenção de Pariz, de 28 de agosto de 1817, é o paralelo de 2° 24' que partindo do Oyapoc vá terminar na fronteira da Guyana Hollandeza.

A França pretende que o interior é a linha que partindo da cabeceira principal do braço principal do Araguay, siga para oeste paralelamente ao rio Amazonas até encontrar a do rio Branco e continue por esta margem até encontrar o paralelo que passe pelo ponto extremo da serra de Acarahy.

O Arbitro resolverá definitivamente qual é o limite interior, adoptando em sua sentença, que será obrigatória e sem appellação, uma das linhas pretendidas pelas duas Partes, ou escolhendo como solução intermedia, a partir da cabeceira principal do rio adoptado como sendo o Oyapoc ou Vicente Pinsão até a fronteira da Guyana Hollandeza, divisão de águas da bacia do Amazonas que nesta região é constituída em quasi sua totalidade pelas cumiadas da serra Tumucumaque.

(Seguem as considerações, argumentações das partes e histórico das intervenções)

## SENTENÇA

Vistos os factos e os motivos acima expostos, o Conselho Federal Suisso, na sua qualidade de Arbitro chamado pelo Governo da Republica Franceza e pelo Governo dos Estados Unidos do Brazil, segundo o tratado de arbitramento 10 de abril de 1897, a fixar a fronteira da Guyana Franceza e do Brazil, certifica, decide e pronuncia:

### I

CONFORME O SENTIDO PRECISO DO ART. 8 DO TRATADO DE UTRECHT, O RIO JAPOC OU VICENTE PINSÃO É O OYAPOC, QUE SE LANÇA NO OCEANO IMMEDIATAMENTE AO OESTE DO CABO DE ORANGE E QUE POR SEU THALWEG FORMA A LINHA FRONTEIRA.

### II

**A PARTIR DA NASCENTE PRINCIPAL                    DESTA    RIO    OYAPOC    ATÉ    A  
FRONTEIRA**

**HOLLANDEZA, A LINHA DE DIVISÃO DAS AGUAS DA BACIA DO AMAZONAS QUE, NESSA REGIÃO, É CONSTITUÍDA, NA SUA QUASI TOTALIDADE, PELA LINHA DA CUMIADA DA SERRA TUMUCUMAQUE, FORMA O LIMITE INTERIOR.**

Decidido em Berne na nossa sessão de 1 de dezembro de 1900.

A presente sentença, revestida do sello da Confederação Suissa, será expedida em três exemplares francezes e três exemplares allemães.

Um exemplar francez e um exemplar allemão serão communicados a cada uma das partes pela nossa Repartição Politica; o terceiro exemplar francez e o terceiro exemplar allemão serão depositados nos archivos da Confederação Suissa.

Em nome do Conselho Federal Suisso:

O Presidente da Confederação,

HAUSER.

O Chancellor da Confederação,

RINGIER.

## Anexo – 2

# Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Convencidos de que a participação ativa do Brasil e da França nas relações políticas e econômicas internacionais, bem como sua contribuição ao diálogo das culturas, favorecem o estabelecimento de uma ordem mundial mais aberta e mais equânime;

Animados pelo desejo de instituir uma nova parceria e de reforçar suas tradicionais relações de amizade pela criação de um mecanismo de consultas bilaterais regulares e pelo aprofundamento do diálogo político;

Ciosos de promover a cooperação nos campos econômico, cultural, científico e técnico, bem como em novos setores de interesse comum;

Desejosos de desenvolver suas relações de boa vizinhança na zona fronteiriça situada de um lado e de outro de sua fronteira comum;

Tendo em vista ser o Brasil membro do Mercosul e a França, da União Européia, e conscientes da importância do diálogo cada vez mais estreito que se desenvolve entre esses dois grupos regionais,

Acordam o seguinte:

### Artigo 1º

As Partes Contratantes dispõem-se a conferir renovado impulso às relações bilaterais. Com esse objetivo, empenhar-se-ão em favorecer os contatos políticos em todos os níveis entre os dois Estados e em reforçar o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica, segundo as modalidades definidas no presente Acordo.

### Artigo 2º

1. As Partes Contratantes decidem reunir bianualmente uma Comissão Geral franco-brasileira, que terá a missão de promover o diálogo político, de coordenar os diferentes aspectos das relações bilaterais e de estabelecer um programa de trabalho para o biênio seguinte.

2. A Comissão Geral franco-brasileira, que se reunirá alternadamente no Brasil e na França, estará integrada por representantes dos dois Governos, sob a presidência dos Ministros das Relações Exteriores. As Partes Contratantes determinarão, de comum acordo e por via diplomática, a data e a agenda das reuniões.

3. Os Grupos de Trabalho previstos nos diferentes acordos de cooperação setorial em vigor, ou que venham a ser criados, relatarão bianualmente seus trabalhos à Comissão Geral franco-brasileira.

### Artigo 3º



1. As Partes Contratantes confirmam o espírito no qual estabeleceram os instrumentos de cooperação cultural, científica e técnica e decidem adaptá-los às novas condições da cooperação franco-brasileira.
2. Com tal objetivo, as Partes Contratantes reunirão bianualmente, sob a égide da Comissão Geral franco-brasileira, uma Comissão Científica e Técnica e uma Comissão Cultural e Lingüística encarregadas de estabelecer um programa comum de cooperação em suas respectivas áreas de atuação.
3. Entre duas sessões da Comissão Geral, reunir-se-á, quando necessário, um grupo de avaliação e de acompanhamento encarregado das questões científicas e técnicas e um grupo de avaliação e de acompanhamento encarregado dos assuntos culturais lingüísticos.

#### Artigo 4º

1. As Partes Contratantes reafirmam sua intenção de desenvolver relações econômicas, especialmente em matéria de intercâmbio comercial, de investimentos e de cooperação financeira e, em especial, a promoção de iniciativas no nível de pequenas e médias empresas dos dois países.
2. Para esse fim, as Partes Contratantes reunirão bianualmente, sob a égide da Comissão Geral, uma Comissão Econômica franco-brasileira, que sucederá à Comissão Econômica franco-brasileira para Indústria e Comércio, criada pelo Comunicado Conjunto franco-brasileira, em 6 de novembro de 1975.
3. Entre duas sessões da Comissão Geral, a Comissão Econômica franco-brasileira reunir-se-á periodicamente sob a presidência dos Ministros competentes em matéria econômica internacional ou de seus representantes.
4. Com o objetivo de associar mais estreitamente as empresas dos dois países no desenvolvimento da cooperação econômica franco-brasileira, a Comissão Econômica franco-brasileira poderá fazer representantes do setor privado participarem de seus trabalhos e criar grupos de trabalho setoriais ou temáticos nos campos julgados prioritários pelas Partes Contratantes.

#### Artigo 5º

1. Nos anos em que a Comissão Geral não se reunir, as Partes Contratantes manterão consultas políticas em nível de altos funcionários, a fim de proceder a um amplo intercâmbio de idéias sobre as questões bilaterais correntes, bem como sobre os assuntos internacionais de interesse comum.
2. Essas consultas realizar-se-ão, alternadamente, no Brasil e na França. As datas, a agenda, o nível e o local de cada reunião serão determinados de comum acordo pela via diplomática.

#### Artigo 6º

1. As Partes Contratantes realizarão a cada ano consultas visando ao favorecimento da cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos dois países, no quadro das legislações nacionais. Representantes dessas coletividades locais poderão estar associados a esses trabalhos.
2. Esse grupo de consulta reunir-se-á alternadamente no Brasil e na França.

#### Artigo 7º

Ficam ab-rogados:

- a) o artigo 12 do Acordo Cultural entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Francesa, firmado em 6 de dezembro de 1948;
- b) o Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Francesa, que cria uma Comissão Mista franco-brasileira de desenvolvimento econômico, firmado em 24 de abril de 1954;
- c) o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, que constitui uma Grande Comissão, firmado em 24 de outubro de 1975.

#### Artigo 8º

A lista dos Acordos em vigor será estabelecida após exame conjunto pelas Partes Contratantes. Os acordos omitidos nessa lista não serão considerados como automaticamente ab-rogados, salvo se as Partes Contratantes assim convierem.

#### Artigo 9º

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais e legais internas requeridas para a entrada em vigor do presente Acordo, que terá efeito no primeiro dia do mês seguinte à data de recepção da segunda notificação.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer uma das Partes Contratantes, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data do recebimento da notificação respectiva.

Em fé do que, os representantes das duas Partes Contratantes, devidamente autorizados para tanto, assinaram e selaram o presente Acordo.

Feito em Paris, em 28 de maio de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil	Pelo Governo da República Francesa
Luiz Felipe	Lampreia Hervé
Ministro das Relações Exteriores	Ministro dos Negócios Estrangeiros

## Anexo – 3

### **ACORDO POR TROCA DE NOTAS SOBRE SUPRESSÃO DE VISTOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA**

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa firmaram em Paris, em 28 de maio de 1996, um Acordo, por troca de Notas, sobre Supressão de Vistos.

O Acordo em apreço tem o seguinte teor:

Paris, 28 de maio de 1996.

A Sua Excelência o Senhor  
Hervé de Charette  
Ministro dos Negócios Estrangeiros da  
República Francesa

Senhor Ministro

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, de 28 de maio de 1996, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Animados pelo desejo de favorecer as relações bilaterais entre nossos dois países e desejando facilitar a circulação de seus nacionais, pareceu adequado a meu Governo propor ao Governo da República Federativa do Brasil a supressão da exigência de visto de curta duração entre nossos dois países nos seguintes termos:

1. Os nacionais da República Federativa do Brasil terão acesso ao território europeu da República Francesa sem visto, mediante a apresentação de passaporte nacional diplomático, oficial, de serviço ou comum válido, para permanências de duração máxima de 3 meses por período de 6 meses.

No caso em que entrem no território europeu da República Francesa após haver transitado pelo território de um ou de vários Estados Partes da Convenção de aplicação do Acordo de Schengen, de 19 de junho de 1990, a permanência de 3 meses passará a ser contada da data de acesso facultado, a partir da fronteira exterior, ao espaço de livre circulação constituído por esses Estados.

2. Os nacionais da República Francesa terão acesso ao território da República Federativa do Brasil sem visto, mediante a apresentação de passaporte nacional diplomático, oficial, de serviço ou comum válido, para permanências de duração máxima de 3 meses por período de 6 meses.

3. As permanências previstas nos parágrafos 1 e 2 não permitem o exercício de atividades remuneradas.

4. Aos nacionais de ambos os países continuará a ser exigido visto para permanências de duração superior às mencionadas nos parágrafos 1 e 2.

O mesmo tratamento se aplicará aos nacionais franceses que viajem ao território brasileiro para procedimentos de adoção de menores ou para a realização de filmagens de cunho comercial.

5. Estas disposições se aplicam desde que preencham os requisitos das leis e regulamentos em vigor na República Francesa e na República Federativa do Brasil.

6. As duas Partes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus passaportes nacionais novos ou modificados, bem como dados relativos ao emprego desses passaportes, na medida do possível, no prazo de sessenta dias antes de sua utilização.

7. O presente Acordo anula e substitui o Acordo, por troca de Notas, sobre o mesmo assunto, de 24 de julho de 1984.

8. O presente Acordo, por troca de Notas, poderá ser denunciado a qualquer momento, com notificação prévia de trinta dias, por via diplomática.

9. A aplicação do presente Acordo, por troca de Notas, poderá ser suspensa, na totalidade ou em parte, por qualquer uma das Partes. A suspensão em questão deverá ser notificada imediatamente, por via diplomática.

10. As duas Partes acordam que o presente Acordo entrará em vigor trinta dias depois da data de sua assinatura.

Muito agradecerá o obséquio de me informar se vosso Governo estaria de acordo com as disposições precedentes. Em caso afirmativo, a presente Nota assim como sua resposta constituirão um Acordo entre nossos dois Governos.

Peço que aceite, Senhor Ministro, a expressão de minha alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passará a constituir um Acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Ministro de Estado das Relações Exteriores da  
República Federativa do Brasil

MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES  
REPUBLIQUE FRANÇAISE  
LE MINISTRE

Paris, le 28 mai 1996

M. Luiz Felipe LAMPREIA  
Ministre des Relations Extérieures de la  
République Fédérative du Brésil

Monsieur le Ministre,

Animé du désir de favoriser les relations bilatérales entre nos deux pays et désireux de faciliter la circulation de leurs ressortissants, il est apparu souhaitable à mon Gouvernement de proposer au Gouvernement de la République Fédérative du Brésil la suppression de l'obligation de visa de court séjour entre nos deux pays selon les modalités suivantes :

1. Les ressortissants de la République Fédérative du Brésil auront accès au territoire européen de la République française sans visa, sur présentation d'un passeport national diplomatique, officiel, de service ou

ordinaire en cours de validité, pour des séjours d'une durée maximale de 3 mois par période de 6 mois.

Lorsqu'ils entreront sur le territoire européen de la République française après avoir transité par le territoire d'un ou de plusieurs Etats Parties à la Convention d'application de l'accord de Schengen, en date du 19 juin 1990, le séjour de 3 mois prendra effet à compter de la date de franchissement de la frontière extérieure délimitant l'espace de libre circulation constitué par ces Etats.

2. Les ressortissants de la République française auront accès au territoire de la République Fédérative du Brésil sans visa sur présentation d'un passeport diplomatique, officiel, de service ou ordinaire en cours de validité, pour des séjours d'une durée maximale de 3 mois par période de 6 mois.

3. Les séjours prévus aux points 1 et 2 ne permettent pas l'exercice d'activité rémunérée.

4. Les ressortissants de l'un et l'autre pays continueront à être soumis à l'obligation de visa pour des séjours d'une durée supérieure à celle mentionnée aux points 1, 2.

Il en va de même pour les ressortissants français qui se rendent sur le territoire de la République Fédérative du Brésil en vue de l'accomplissement de procédures d'adoption ainsi que pour le tournage de films commerciaux.

5. Les dispositions de la présente note s'appliquent sous réserve des lois et règlements en vigueur dans la République française et dans la République Fédérative du Brésil.

6. Les deux Parties se transmettent par la voie diplomatique les spécimens de leurs passeports nationaux nouveaux ou modifiés, ainsi que les données concernant l'emploi de ces passeports et ce, dans la mesure du possible, soixante jours avant leur mise en service.

7. Le présent accord aintule et remplace l'échange de notes du 24 juillet 1984.

8. Le présent accord peut être dénoncé à tout moment avec un préavis de trente jours. La dénonciation du présent accord sera notifiée à l'autre Partie par voie diplomatique.

9. L'application du présent accord peut être suspendue en totalité ou en partie par l'une ou l'autre des Parties. La suspension devra être notifiée immédiatement par la voie diplomatique.

10. Les deux parties conviennent que le présent accord entrera en vigueur trente jours après la date de sa signature.

Je vous serais obligé de me faire savoir si les dispositions qui précèdent recueillent l'agrément de votre Gouvernement. Dans l'affirmative, la présente lettre ainsi que votre réponse constitueront un accord entre nos deux Gouvernements.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Ministre, l'expression de ma haute considération.

HERVE DE CHARETTE

## Anexo - 4

## RELAÇÕES BILATERAIS FRANÇA-BRASIL.

**VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FRANCESA, JACQUES CHIRAC****DECLARAÇÃO CONJUNTA****Brasília, 25 de maio de 2006**

A Visita de Estado ao Brasil do Presidente Jacques Chirac, decorridos dez meses da visita realizada à França pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, traduz a vontade política dos dois países de reforçar a cooperação bilateral nos setores político, econômico e cultural, particularmente no domínio da alta tecnologia. A visita inscreve-se no contexto de relações dinâmicas em que o Brasil e a França se unem na busca de respostas aos grandes desafios do mundo contemporâneo com base em uma parceira estratégica.

2. Os estreitos laços de amizade entre o Brasil e a França repousam sobre os valores que ambos os países compartilham de respeito aos princípios democráticos, aos direitos humanos, ao direito internacional, à promoção do desenvolvimento com justiça social, ao fortalecimento do multilateralismo e à defesa da paz e da segurança, à não-proliferação de armas de destruição em massa e ao desarmamento, à proteção do meio ambiente e à diversidade cultural.

3. Na seqüência das decisões que criaram a Comissão de Construção da Paz e o Conselho de Direitos Humanos, os dois Presidentes reafirmaram a necessidade de se completar, no mais breve prazo, o processo de reforma das Nações Unidas com o intuito de torná-la mais apta a enfrentar os desafios mundiais. O Brasil e a França comprometem-se a trabalhar juntos por uma reforma capaz de refletir as aspirações da comunidade internacional por um Conselho de Segurança mais representativo e eficaz. O Presidente da República Francesa reafirmou o firme apoio da França à candidatura do Brasil a uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança.

4. Os dois Chefes de Estado congratularam-se pela realização, em Brasília, no último dia 23 de maio, da Conferência Ministerial sobre o Haiti. Ressaltaram, ainda, a importância da recente realização de eleições presidenciais naquele país e reafirmaram o compromisso com a estabilidade, a consolidação democrática e o desenvolvimento econômico e social do Haiti.

5. Os dois líderes analisaram em profundidade a situação no Oriente Médio em todos os seus aspectos no quadro do engajamento mútuo com a promoção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento na região. Sublinharam a necessidade da retomada do processo de paz, com vistas a garantir a segurança de Israel, bem como a criação de um Estado Palestino independente. Lembraram ainda seu apreço à soberania e à independência do Líbano. Assinalaram também a importância da promoção da estabilização do Iraque e da preservação de sua integridade territorial. Manifestaram, ainda, a expectativa de se alcançar uma solução política para a questão iraniana. Tomaram, ademais, a decisão de intensificar a cooperação conjunta em operações de paz.

6. Os dois Presidentes reafirmaram seu pleno apoio ao sistema multilateral de comércio e o endosso ao compromisso assumido na Conferência Ministerial de Hong Kong de concluir com êxito as negociações de Doha da Organização Mundial do Comércio em 2006. Renovaram, igualmente, seu compromisso de unir esforços para concluir um Acordo de Associação Inter-Regional MERCOSUL-UE ambicioso e eqüitativo.

7. Os dois Presidentes felicitaram-se pela decisão de organizar o “Ano da França no Brasil” em 2009, em reciprocidade ao memorável e bem-sucedido “Ano do Brasil na França”, realizado em 2005. No âmbito da programação do referido evento, acordaram em atribuir especial ênfase às áreas científica, tecnológica e cultural.

8. Reafirmaram seu engajamento na luta contra a pobreza, a injustiça e a exclusão e seu apoio à implementação de mecanismos inovadores de financiamento em benefício de países em desenvolvimento. Os Presidentes Lula e Chirac saudaram a criação do Grupo Piloto sobre contribuições solidárias em prol do desenvolvimento, atualmente presidido pelo Brasil e no qual a França ocupa a Secretaria Executiva, bem como os avanços realizados pelo Grupo na implementação de duas propostas concretas: a contribuição solidária sobre as passagens aéreas e a Central Internacional de Compras de Medicamentos. Os dois Presidentes reiteraram a importância de continuar os esforços conjuntos para ampliar o acesso aos medicamentos destinados à luta contra a AIDS, a malária e a tuberculose. Registraram, ainda, a importância do desenvolvimento da cooperação entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS), de um lado, e da Fiocruz e do Instituto Pasteur, de outro, no desenvolvimento de atividades de pesquisa no campo da saúde.

9. Os dois Presidentes assinalaram os progressos logrados pelos seis Grupos de Trabalho franco-brasileiros criados pelo Protocolo de Intenções de 15 de julho de 2005, nas áreas de energia nuclear, energia renovável, tecnologias de defesa, inovação tecnológica, cooperação conjunta em países africanos e tecnologias espaciais. Dos trabalhos dos referidos Grupos resultaram atos assinados durante a visita e entendimentos quanto a novos projetos de cooperação em diferentes campos, inclusive na exploração de urânio.

10. Os dois líderes saudaram a aprovação pelo Congresso brasileiro do Acordo relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque, assinado em 15 de julho de 2005, bem como o parecer favorável do Conselho de Estado da França ao texto do Acordo. Afirmaram que a construção da ponte deverá contribuir para estreitar ainda mais os laços entre os dois países no contexto amazônico. Registraram a especial relevância que atribuem à cooperação transfronteiriça em seus aspectos sociais, consulares, ambientais, trabalhistas, econômico-comerciais e anunciaram a realização da Comissão Mista Transfronteiriça em 2007.

11. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva registrou sua satisfação com o anúncio da decisão do Governo da França de suprimir a exigência de vistos de curta duração para passaportes diplomáticos e de serviços brasileiros para o acesso ao território da Guiana Francesa.

12. Os dois Presidentes anunciaram, com satisfação, a criação de um Grupo de Trabalho franco-brasileiro sobre o meio ambiente.

13. Os dois Presidentes anunciaram o lançamento de um Comitê Consultivo Agrícola França-Brasil.

14. Ao sublinhar que o crescimento econômico sustentado depende em grande medida do acesso a fontes diversificadas de energia, os dois Presidentes expressaram a expectativa de prosseguir na identificação de novas vertentes de cooperação nessa área visando garantir a segurança energética. Os dois mandatários saudaram a adoção da Declaração sobre Biocombustíveis que estabelece os parâmetros para o desenvolvimento de projetos conjuntos de disseminação de tecnologias para a produção de combustíveis renováveis, em particular o etanol, em países em desenvolvimento da África e do Caribe, em particular no Haiti. Os dois Presidentes acordaram em apresentar essa proposta por ocasião da próxima reunião do G-8 em São Petersburgo.

15. Os dois Presidentes destacaram o desenvolvimento da cooperação descentralizada no âmbito das administrações locais francesas e brasileiras, tendo sido realizadas as primeiras reuniões relativas à cooperação descentralizada franco-brasileira em Marselha, de 22 a 24 de maio.

16. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jacques Chirac estão de acordo em intensificar a cooperação na área da segurança pública. Com esse objetivo, o Governo Brasileiro recebeu com interesse uma proposta francesa de negociação de um acordo nesse setor.

17. Durante a Visita de Estado do Presidente da República Francesa ao Brasil foram concluídos os seguintes atos:

- Protocolo de Intenções sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas franco-brasileiras, que estabelece reuniões regulares entre os Chanceleres, no quadro da dinamização da parceria estratégica entre os dois países;
- Acordo Relativo ao Intercâmbio de Funcionários Diplomáticos que visa favorecer o conhecimento mútuo da organização e do modo de funcionamento dos dois Ministérios das Relações Exteriores a fim de estreitar as relações entre os corpos diplomáticos. Este Acordo favorece a dinâmica criada pelo êxito da cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Estudos Políticos de Paris;
- Protocolo de Cooperação referente à Promoção da Inovação Tecnológica que estabelece programa

de cooperação nas áreas de tecnologias avançadas com vistas a favorecer a implementação de pesquisas conjuntas e o desenvolvimento tecnológico de empresas de pequeno e médio porte dos dois países;

- Declaração sobre biocombustíveis, que inclui a perspectiva de desenvolver projetos de cooperação na África e no Caribe, em particular no Haiti, na produção de combustíveis renováveis;
- Protocolo de Cooperação sobre a Promoção Recíproca dos Idiomas no Ensino, que prevê o lançamento de um sítio eletrônico franco-brasileiro de ensino dos dois idiomas, a ampliação do programa de estímulo a vocações científicas no ensino básico e o desenvolvimento de uma rede de estabelecimentos de excelência que ensinem o francês.
- Protocolo de cooperação referente à criação de um Fórum Franco-Brasileiro de Ensino Superior e Pesquisa, que prevê o estabelecimento de novas parcerias no campo da pesquisa.
- Convênio de funcionamento do Colégio Doutoral Franco-Brasileiro que permitirá ampliar o número de teses elaboradas e reconhecidas simultaneamente nos dois países;
- Convenção para a implementação do projeto de gestão dos recursos florestais no Brasil.

18. Foram ainda concluídos entendimentos relativos a contratos e investimentos nas seguintes áreas:

- Parceria tecnológica no Brasil para a produção de fuselagens de helicópteros para a comercialização em nível mundial;
- Compra de crédito carbono no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Kyoto;
- Investimentos para produção no Brasil de radares de longa distância para a comercialização em nível internacional.

17. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jacques Chirac expressaram sua satisfação com os resultados alcançados durante a Visita de Estado e reiteraram o empenho dos dois países em aprofundar e diversificar a parceria estratégica entre o Brasil e a França. Reafirmaram também o compromisso de trabalhar juntos em prol de um mundo mais seguro, mais próspero e mais justo.



## Anexo – 5

### **ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA SOBRE O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE O RIO OIAPOQUE**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa

(doravante denominados "Partes"),

Considerando o Acordo-Quadro de Cooperação entre os dois países assinado em 28 de maio de 1996;

Animados pelo desejo de promover as relações bilaterais transfronteiriças em todas as suas vertentes; e

Desejando favorecer as condições para o desenvolvimento sustentável em ambos os lados da fronteira comum, fortalecendo a parceria bilateral,

Acordam o seguinte:

#### ARTIGO 1

Com a finalidade de construir uma ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, unindo o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, as Partes decidem dar início ao exame de questões referentes à construção e operação da referida ponte, por meio de suas respectivas autoridades locais.

#### ARTIGO 2

1. Para os fins mencionados no Artigo 1 do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Bilateral, composta por um representante de cada um dos Ministérios competentes dos dois Governos e de representantes do Estado do Amapá e da Guiana Francesa.
2. Cada Parte designará um Chefe de Delegação e o notificará à outra Parte.
3. Os dois Chefes de Delegação estabelecerão, de comum acordo, o regulamento da Comissão Bilateral.

#### ARTIGO 3

A Comissão Bilateral terá por objetivo coordenar as decisões de ambos os Governos relativas ao projeto. Para essa finalidade, será de sua competência:

- a) reunir os dados disponíveis e fornecer os estudos complementares necessários relativos aos aspectos técnicos, ambientais, econômicos e financeiros da obra;
- b) com base em tais estudos, propor o local e as modalidades técnicas, administrativas e financeiras para a realização e operação da obra;
- c) propor, a pedido das Partes, os termos de contrato internacional de obra pública contendo a definição da obra, a forma de gerenciamento e as modalidades de financiamento e operação da obra;
- d) propor, a pedido das Partes, os termos de um edital de licitação internacional de obra pública contendo a definição das obras a serem executadas e o processo de escolha das empresas executantes.

#### ARTIGO 4

Dentro do limite dos recursos orçamentários disponíveis:

- a) Cada Parte será responsável pelos gastos decorrentes de sua representação na Comissão Bilateral;
- b) O custo dos estudos mencionados no Artigo 3 do presente Acordo será dividido igualmente entre as Partes. Estes estudos podem ser objeto de financiamento por agências internacionais de crédito.

#### ARTIGO 5

1. As Partes notificar-se-ão sobre o cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias para a entrada em vigor do presente Acordo.
2. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data de recepção da segunda notificação.
3. Qualquer uma das Partes poderá, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo, por via diplomática e por escrito, com antecedência mínima de 6 (seis) meses.

Feito em Brasília, em 05 de abril de 2001, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do  
Brasil

CELSO LAFER

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Governo da República Francesa

HUBERT VEDRINE

Ministro dos Negócios Estrangeiros